



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local

Stella de Castro Santos Machado

A agricultura familiar e políticas públicas como instrumentos para o desenvolvimento local: o cultivo do abacaxi no município de Conceição do Araguaia-PA

Belém
2015

Stella de Castro Santos Machado

A agricultura familiar e políticas públicas como instrumentos para o desenvolvimento local: o cultivo do abacaxi no município de Conceição do Araguaia-PA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará
Orientador: Otávio do Canto
Co-Orientador: Rosana Maneschy

Belém
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFPA

Machado, Stella de Castro Santos, 1969-

A agricultura familiar e políticas públicas como instrumentos para o desenvolvimento local: o cultivo do abacaxi no município de Conceição do Araguaia-PA/ Stella de Castro Santos Machado. - 2015.

Orientador: Otávio Do Canto;

Coorientadora: Rosana Maneschy.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Belém, 2015.

1. Abacaxi – Cultivo. 2. Agricultura familiar – Conceição do Araguaia (PA). 3. Desenvolvimento sustentável – Conceição do Araguaia (PA). I. Título.

CDD 23. ed. 633.576

Stella de Castro Santos Machado

A agricultura familiar e políticas públicas como instrumentos para o desenvolvimento local: o cultivo do abacaxi no município de Conceição do Araguaia-PA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará
Orientador: Otávio do Canto
Co-Orientadora: Rosana Maneschy

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

Otávio do Canto - Orientador _____
Titulação: Doutor em Desenvolvimento Rural
Instituição: Universidade Federal do Pará

Rodolpho Zahluth Bastos- Membro Interno _____
Titulação: Doutor em Geopolítica
Instituição: Universidade Federal do Pará

Aloyséia Cristina da Silva Noronha - Membro _____
Titulação: Doutora em Entomologia
Instituição: Embrapa Amazônia Oriental

Para Oldack, Doraci, Sheila, Ângela, Itamar,

Yuri e Nicolý

Família é a base de tudo.

AGRADECIMENTOS

Aos profissionais e grandes amigos mestrandos do Núcleo do Meio Ambiente, que sempre se preocuparam em compartilhar conhecimentos, enriquecendo muito todos os encontros.

À toda a equipe de professores e colaboradores do NUMA, que nos receberam e nos acompanharam nesta caminhada.

À administração e colaboradores do IFPA- Campus Belém, que me receberam com presteza por todo o período que estive na cidade por conta do curso.

À engenheira florestal Josie Helen, que me orientou, motivou e incentivou.

Aos meus pais, Oldack e Dora, que formaram em mim o desejo de buscar novos conhecimentos e capacitação para prestar bons serviços profissionais.

Ao meu esposo, Itamar, que suportou a ausência quando necessário e que trabalhou em equipe comigo, na coleta de informações a campo, doando seu tempo e recursos, como grande demonstração de amor.

Aos filhos, Yuri e Nicolay, que me fizeram acreditar que seria possível, mesmo diante de tantas adversidades e que acreditam em mim de uma forma incomensurável.

A Deus, que renova minhas forças a cada manhã e que me faz superar desafios impossíveis se não contasse com Ele; que me faz acreditar que posso contribuir para a melhoria da realidade que nos rodeia, me motivando a seguir adiante.

RESUMO

O abacaxi é uma planta tropical nativa da Região Amazônica. Neste contexto, a fruticultura aparece como proposta para a região Sudeste Paraense, a qual apresenta condições edafoclimáticas favoráveis ao cultivo de abacaxi, mão de obra disponível e baixo custo de produção. Por ser uma região com imensa área destinada a assentamentos, estando estes ainda em fase inicial de estruturação, com baixo nível de renda para os colonos e condições ainda precárias de desenvolvimento, é importante e urgente para todo o sudeste paraense que sejam analisadas alternativas de investimento e direcionamento de políticas públicas, visando a estruturação da cadeia produtiva do abacaxi e, conseqüentemente, promovendo o desenvolvimento local. Este trabalho, atendendo a necessidades imediatas dos produtores e gestores do município de Conceição do Araguaia, mostra a abacaxicultura como uma importante alternativa para a agricultura familiar, capaz de trazer benefícios às comunidades de pequenos produtores. Tem como objetivo avaliar a atuação das políticas públicas sobre a atividade abacaxícola, demonstrando as funções previstas para cada entidade pública envolvida nesta atividade e sua real atuação. Avaliando dados bibliográficos e informações obtidas a campo através de questionários, entrevistas e observações, concluiu-se que em lavouras do assentamento Lote-8 do PA Joncon é vantajoso explorar o abacaxi, aproveitando a estrutura familiar na geração de emprego e renda, por não necessitar de grandes áreas de cultivo nem de grandes investimentos em tecnologia. A atuação das políticas públicas apresenta falhas que poderão ser observadas ao longo do trabalho, o que tem dificultado e retardado enormemente o desenvolvimento local. Desafiando as adversidades, os pequenos produtores persistem na atividade e elevam a produção de cada safra, colocando o município em segundo lugar estadual na produção de abacaxi.

Palavras chave: Política pública. Abacaxi. Agricultura familiar. Desenvolvimento Local. Projeto de Assentamento Joncon

ABSTRACT

Pineapple is a tropical native plant of the Amazon region. Hence, the southeast region of Pará is highly benefited by horticulture as it features favorable climate and soil conditions for pineapple cultivation, plenty of labour and low production costs. As it is a region with an immense area for settlements, which has still been in its early stages of structuring with low levels of income to the settlers and still precarious development conditions, it is important and urgent for the entire southeastern Pará that alternatives of investments and direction of public policies aimed at structuring the chain production of pineapple are considered and hence promote local development. This piece of work, meeting the immediate needs of the producers and managers, shows the pineapple culture as an important alternative for family farming, benefiting a great deal communities of small farmers in the southeastern Pará. It aims at evaluating the performance of public policies on pineapple production, showing the roles assigned to each public entity involved in this activity and their actual performance. Looking into bibliographic data and information through on site questionnaires, interviews and observations, it has been concluded that it is advantageous to exploit pineapple in the southeast settlement areas of Para, taking advantage of the familiar structure generating both employment and income, since it does not require large areas of cultivation or huge technology investments. The role of public policy flaws on several points listed throughout the work, which has made it difficult and hindered local development. Defying the odds, small producers keep on struggling and increasing the production of each crop, putting the city in the second place in the national production of pineapple.

Keywords: Public policy. Pineapple. Family farming. Local Development. Profitability

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Assentamentos – Município de Conceição do Araguaia	21
Tabela 2 – Abacaxi – Ranking mundial de produção.....	38
Tabela 3 – Produção Brasileira de abacaxi em 2012.....	39
Tabela 4 - Produção Brasileira (Mil frutos) em lavoura temporária de abacaxi-Ranking descendente- ano 2012.....	40
Tabela 5 – Orçamento simplificado de custeio de 01 ha de abacaxi – 2014.....	45
Tabela 6 – Comparativo entre a rentabilidade de algumas culturas em relação ao do abacaxi.....	47
Tabela 7 - Relatório de Atuação ADEPARA, 2014 - Programa Fitossanitário da Cultura do abacaxi no Estado do Pará.....	68
Tabela 8– Histórico de Operações – PRONAF Agricultura Familiar pelo Banco do Brasil- Conceição do Araguaia.....	81
Tabela 9 – Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção da lavoura temporária	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronograma de implantação das ações nos projetos de assentamento	61
Quadro 2- Ações desenvolvidas pelo Escritório Local da EMATER de Conceição do Araguaia no ano de 2013, ligadas à área agrícola.....	72
Quadro 3 - Ações desenvolvidas pelo Escritório Local da EMATER de Conceição do Araguaia no ano de 2014, ligadas à área agrícola.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização geográfica do município de Conceição do Araguaia-PA.....	32
Figura 2 – Mapa de Localização do Projeto de Assentamento Joncon, em Conceição do Araguaia – PA.....	34
Figura 3 – Cultivar Smooth Cayenne- fruto cilíndrico.....	42
Figura 4 – Cultivar Smooth Cayenne-planta sem espinhos, coroa pequena.....	42
Figura 5 a e b – Cultivar Pérola- folhas com espinho.....	43
Figura 6 a, b, c – Pragas e Doenças do abacaxi	66
Figura 7– Produtores de abacaxi do Lote 8-Joncon, Conceição do Araguaia.....	76
Figura 8– Qualidade visual das lavouras com assistência técnica – Lote 8, Joncon.....	95
Figura 9 – Qualidade visual das lavouras com assistência técnica - Proteção dos frutos contra insolação – Lote 8, Joncon.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Variação Percentual da Suspeita da incidência de Pragas do Abacaxi e de Formigas Doceiras em Propriedades no Estado do Pará.....	67
Gráfico 2- Variação Percentual da Suspeita da incidência de Pragas do Abacaxi em Propriedades do Município de Conceição do Araguaia em 2014.....	67
Gráfico 3- Variação Percentual da Suspeita da incidência de Pragas do Abacaxi em Propriedades do Município de Floresta do Araguaia em 2014.....	68
Gráfico 4 - Comparativo entre número de projetos elaborados pela EMATER e projetos contratados pelos agentes creditícios.....	73
Gráfico 5 - Comparativo de valor de crédito contratado decorrentes dos projetos elaborados pelo ESCL da EMATER, Conceição do Araguaia.....	74
Gráfico 6 – Procedência do chefe de família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	77
Gráfico 7- Idade dos chefes de família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	77
Gráfico 8 - Ocupação anterior do chefe de família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	78
Gráfico 9 - Nível de escolaridade dos integrantes da família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	78
Gráfico 10 - Composição da família quanto ao gênero, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	79
Gráfico 11 - Atividade produtiva desempenhada pelos membros da família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	79
Gráfico 12 - Origem da renda familiar, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	86
Gráfico 13 - Espaçamento entre as mudas adotado na lavoura de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	86
Gráfico 14 - Peso médio de frutos colhidos no ano agrícola de 2014, no lote 8 da Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	87
Gráfico 15 - Valor comercial dos frutos colhidos para o mercado de frutas frescas, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	88
Gráfico 16 - Produtor x Quantidade de adubo utilizada na lavoura, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	88
Gráfico 17 – Nº de adubações em cultivos do abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	89
Gráfico 18 - Controle químico de erva daninha, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015....	90
Gráfico 19 - Destino de embalagens de agrotóxicos, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	91
Gráfico 20 - Destino dos restos de cultura, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	92
Gráfico 21 - Sistema de plantio de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	92
Gráfico 22 - Assistência técnica, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	93
Gráfico 23 - Satisfação do produtor quanto à Assistência técnica, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	94
Gráfico 24 - Fonte de informação sobre crédito bancário, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	98
Gráfico 25 - Origem do recurso para moradia, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	99
Gráfico 26 - Dificuldades na produção de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	99
Gráfico 27 - Dificuldades na colheita de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015.....	100

Gráfico 28 – Escolaridade dos integrantes das famílias de abacaxicultores, Colônia Joncon,
de set/2014 a fev/2015.....101

LISTA DE SIGLAS

APLs - Arranjos Produtivos Locais

APP - Área de Preservação Permanente

ARL - Área de Reserva Legal

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BB - Banco do Brasil

BASA - Banco da Amazônia

BPI- Banco de Projeto de Infraestrutura

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAD - Cadastro Único

CCU- Contrato de Concessão de Uso

CEF - Caixa Econômica Federal

CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONAMA- Conselho Nacional do Meio Ambiente

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAEPA - Federação da Agricultura do Estado do Pará

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPA - Instituto Federal do Pará

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAA - Ministério da Agricultura e do Abastecimento

MCMV - Minha Casa Minha Vida

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PIF - Produção Integrada de Frutas

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRA - Planos de Recuperação do Assentamento

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária

PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

PIB - Produto Interno Bruto

RB - Relação de Beneficiários

REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar

SAFS - Sistemas Agro-florestais

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa

SEDAP - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

SEDECON - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SIAPEC - Sistema de Integração Agropecuária

SIPRA - Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária

SUDAN - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SRs - Superintendências Regionais do INCRA

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

UAGRO - Unidades de Apoio Agropecuário

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	20
3	QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL	23
3.1	AGRICULTURA FAMILIAR	23
3.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	25
3.3	DESENVOLVIMENTO LOCAL	29
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
4.1	LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	31
4.2	FASES DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS	35
4.2.1	Fase 1: Elaboração do projeto de pesquisa	35
4.2.2	Fase 2: Levantamento de campo	36
4.2.3	Fase 3: Tabulação e interpretação de dados	37
4.2.4	Fase 4: Organização da dissertação	37
5	A CULTURA DO ABACAXI E OS AGENTES ENVOLVIDOS NA SUA PRODUÇÃO EM REGIME DE AGRICULTURA FAMILIAR, EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	37
5.1	A CULTURA DO ABACAXI	38
5.1.1	A abacaxicultura a nível mundial e estadual	38
5.1.2	Origem e Dispersão	40
5.1.3	Taxonomia	41
5.1.4	Exigências Edafoclimáticas	43
5.1.5	Custo de produção	44
5.1.6	Potencial de rendimento da cultura	47
5.2	AGENTES DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL	48
5.3	AGENTES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS	61
5.3.1	Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agropecuário e Pesca – SEDAP	62
5.3.2	Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARA	64
5.3.3	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER	70
5.4	AGENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS	74
5.5	CARACTERIZAÇÃO DO COMPONENTE LOCAL	75
5.6	AGENTES CREDITÍCIOS	80
5.6.1	Banco do Brasil – BB	80
5.6.2	Banco da Amazônia - BASA	83
6	CARACTERIZANDO A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ABACAXICULTORES DO SUDESTE PARAENSE	83

6.1	ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA	83
6.1.1	Divisão Social do Trabalho	84
6.1.2	Características Técnicas das Lavouras	86
6.1.3	Política de Assistência Técnica	93
6.1.4	Política Fundiária e Ambiental.....	96
6.1.5	Política de Crédito.....	97
6.1.6	Política de Infraestrutura	98
6.1.7	Política Social.....	101
7	INTERAÇÃO ENTRE OS AGENTES EXECUTORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO DE ABACAXI	102
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
8.1	PROPOSTAS E SUGESTÕES	108
9	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
	APÊNDICES.....	113
	APÊNDICE 1- Questionário de pesquisa.....	113
	APÊNDICE 4- Projeto Produção Integrada de Abacaxi	120
	ANEXOS	147
	ANEXO 1- Quadro Resumo-Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF/2014 e 2015.....	147
	ANEXO 2 - Classificação dos candidatos a financiamento através do PRONAF.....	149
	ANEXO 3: Termo de Ajuste de Conduta.....	150
	ANEXO 4: Nota Técnica INCRA/2014.....	154
	ANEXO 5: Mapa dos Municípios onde foram realizadas inspeções do Programa Fitossanitário do	164
	ANEXO 6: Mapa do Campo de atuação do Escritório Regional de Conceição do Araguaia-Pará - EMATER	165
	ANEXO 7- Relatório Técnico da Adepara - 2014	166
	ANEXO 8 – Relatório Interno EMATER-2015.....	181
	ANEXO 9- Instalação do Assentamento Joncon	191

1 INTRODUÇÃO

A economia mundial vem desenvolvendo um novo modelo produtivo baseado no desenvolvimento em bases sustentáveis, em busca do equilíbrio entre as dimensões econômica, socioambiental e no bem-estar da humanidade. Nesta nova visão, os conceitos da chamada “Economia Verde” definem que o setor produtivo deve adotar tecnologias ambientalmente limpas com vistas a conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores, sem perder a rentabilidade e a competitividade dos negócios no mercado (ROSSI, 2012). Apesar de essa tendência de valores mundiais, e sem levar em conta conceitos ecológicos e cuidados com a preservação do meio ambiente, a partir dos anos 90 a fruticultura paraense experimentou tempos de fortalecimento e expansão, tornando-se a quarta atividade econômica da região Norte, depois da mineração, madeira e pecuária. Hoje a abacaxicultura no estado do Pará é uma atividade de relevante importância econômica, porém, ainda usa técnicas tradicionais de cultivo.

Segundo Cabral (2000), no Brasil, o abacaxi é cultivado predominantemente em minifúndios, com mais de 80% das propriedades de menos de 10 hectares (basicamente em agricultura familiar). Segundo Schneider (2006), mesmo que tardiamente, se comparada aos países desenvolvidos, a agricultura familiar no Brasil vem ganhando espaço, tanto no campo dos estudos científicos quanto na elaboração de políticas públicas. Reconhecendo a importância da participação da agricultura familiar em 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional (ABRAMOVAY, 1999), é momento de as entidades públicas direcionarem sua atenção para essa atividade e ampará-la, viabilizando toda a cadeia produtiva e estimulando o desenvolvimento local.

Apesar da grande produção, Homma et al (2002) considera baixa a produtividade brasileira de abacaxi (25 t/ha a 35 t/ha), quando comparada com outros países produtores (45 t/ha e 55 t/ha).

Em um cenário de grandes áreas de assentamentos e famílias com baixo nível de renda, mostra-se necessária a atenção de estudos às atividades que possam se mostrar alternativas promissoras para a agricultura familiar. Nesse intuito, este trabalho investiga se o abacaxi é uma atividade que possa trazer benefícios à comunidade dos pequenos produtores e colaborar na estruturação da agricultura familiar. Para isso, na fase exploratória foram feitas entrevistas e observações em áreas de produção no Lote-8 da região do PA-Joncon, no município de Conceição do Araguaia, um dos polos de produção da fruta no município e o

único cujos produtores estão se organizando em associação. Esta região de assentamentos apresenta características estruturais e culturais bastante características dos demais assentamentos do sudeste do estado, possibilitando que informações obtidas com este trabalho possam ser socializadas e usadas como referência na elaboração e implantação de políticas públicas que visem a segurança alimentar, a geração de emprego e renda, e o desenvolvimento sustentável.

Durante o estudo foram avaliados aspectos referentes aos fatores que se somam na qualificação da abacaxicultura como opção para o cultivo em agricultura familiar, em especial em áreas de assentamento no sudeste paraense. Foram analisadas as exigências edafoclimáticas; os custos de produção, incluindo necessidade de investimentos em tecnologia; o potencial de rendimento da cultura; a disponibilidade de mão de obra e a organização dos produtores; por fim, a análise central do trabalho, sobre a atuação das políticas públicas capazes de influenciar em lavouras cultivadas em áreas de agricultura familiar.

Este trabalho é um estudo de caso, que utiliza o método dedutivo de análise do problema. Consiste numa pesquisa explicativa, cujo foco principal é comparar a realidade local com as informações obtidas em bibliografia; e qualitativa, porque o próprio ambiente fornece os dados para a atribuição de significados ao fenômeno, sem a necessidade de usar técnicas de estatísticas.

2 PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O município de Conceição do Araguaia, localizado no sudeste paraense, possui 37,7% da área destinada a assentamentos rurais, com capacidade para 2325 famílias assentadas (Tabela 1). Esses assentamentos, ainda em fase de consolidação, enfrentam diversos problemas decorrentes da falta de infraestrutura e, em meio a isso, aparece a cultura do abacaxi como uma forte alternativa de renda.

Tabela 1 – Assentamentos – Município de Conceição do Araguaia; Código do Município: 1502707

Código Assentamento	Assentamento	Capacidade	Famílias Assentadas	Demanda Habitação	Fase do Assentamento	Minha Casa	Brasil Sem Miséria	Bolsa Verde	Água Para Todos	PA C2
						Minha Vida	a – 50		Verde	
MB0146000	PA INDIAPORÃ	136	66	10	4	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0282000	PA PEDRA PRETA PA PRIMAVERA E	49	46	7	3	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0113000	OUTROS	96	43	6	5	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0017000	PA MENINA MOÇA	101	69	2	6	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0061000	PA LONTRA PA CURRAL DE	70	62	12	6	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0077000	PEDRAS	160	159	8	7	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0048000	PA INGÁ III	75	75	13	6	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0409000	PA PARAGOMINAS	41	33	16	4	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0070000	PA SANTO ANTONIO	87	86	2	7	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0047000	PA INGÁ II	70	70	32	5	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0508000	PA UNIAO BATENTE	105	105	21	3	SIM	SIM	0	NÃO	SIM
MB0118000	PA MILHOMEM	54	53	21	7	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0082000	PA MARIA LUIZA PA NOVO	85	79	3	7	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0086000	ARAGUAIA - LOTE 03 PA JONCON/3	124	84	13	4	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0005000	IRMÃOS	420	406	57	6	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0106000	PA GAÚCHA	132	95	26	6	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0078000	PA CANARANA	305	305	22	7	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
MB0007000	PA INGÁ	215	105	16	5	SIM	NÃO	0	NÃO	SIM
TOTAL:		2325	1941							

Fonte: INCRA (2014). Classificação de Fase do assentamento:

- 3 – Assentamento Criado
- 4 – Assentamento em Instalação
- 5 – Assentamento em Estruturação
- 6 – Assentamento em Consolidação
- 7 – Assentamento Consolidado

Por ser uma planta nativa da região norte brasileira, o abacaxi apresenta um bom potencial produtivo no sudeste paraense, com boa adaptação às condições locais (MATOS et al, 2006). Mesmo com o emprego de baixo nível tecnológico, o rendimento da cultura pode chegar a R\$ 20.000,00 líquidos/ha, em um ciclo de 1,5 ano, considerando um preço de venda de R\$ 0,60/fruta (Tabela 4). Essas vantagens fizeram com que a abacaxicultura se tornasse uma tradição entre os assentados e, hoje, mais de 600 agricultores familiares já estão cadastrados no Banco do Brasil - Agência Conceição do Araguaia como abacaxicultores (informação verbal)¹.

¹ Entrevista concedida pela Sr^a Lúcia Maria Carvalho de Sousa, gerente de pessoa física do Banco do Brasil, carteira de Agricultura Familiar, agência Conceição do Araguaia-PA, em 05.01.2015

Apesar da já citada rusticidade e baixo custo de produção, o que possibilitaria um excelente rendimento para famílias de assentados, contribuindo para a consolidação dos assentamentos, a abacaxicultura tem vivido um grave problema no município. Como o principal destino da produção é o mercado de frutas frescas, a baixa qualidade dos frutos produzidos em áreas de agricultura familiar tem levado a um rendimento insatisfatório das lavouras no momento da comercialização. Grande parte da produção (até 80%) não atinge o peso mínimo de 1,2kg classificado como « de primeira » pelo mercado de frutas frescas, e os frutos são recusados pelos compradores. A produção considerada como « de segunda », por não ter outro destino que pague as despesas de colheita, é abandonada ainda no campo, servindo de foco de desenvolvimento de pragas e doenças.

Essa realidade se estende a todo o estado, apesar de o Pará ocupar o primeiro lugar em produção nacional. Isso confirma o que é citado por Matos (2006), de que a alta produção brasileira se deve à enormidade de áreas plantadas e não à produtividade da lavoura.

Este trabalho de pesquisa se justifica por buscar identificar se o problema do baixo rendimento das lavouras é decorrente da ausência ou de falhas na aplicação de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Estudando a atividade desenvolvida em um dos assentamentos com cultivo tradicional do abacaxi e os reflexos das políticas públicas que chegam até esses produtores, pretende-se avaliar qual a influência dessas ações no desenvolvimento local. Para isso, serão identificados os agentes envolvidos na produção de abacaxi em regime de agricultura familiar em Conceição do Araguaia, em seguida, será caracterizada a aplicação dos instrumentos da política pública que atuam diretamente sobre o cultivo do abacaxi em sistemas de agricultura familiar e, por último, será feita a análise da interação entre os agentes e as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar e seus reflexos no desenvolvimento local.

Carneiro (1997) mostra a relevância da ação de políticas públicas em áreas de agricultura familiar. Com base neste fato, a avaliação do apoio do serviço público aos assentados é de grande relevância para que medidas corretivas sejam tomadas e assim, evitados problemas sociais, econômicos e ambientais. Portanto, o emprego de recursos naturais, financeiros e mão de obra de maneira inadequada, além de vários problemas citados ao longo do trabalho, podem contribuir para retardar o crescimento e a estruturação das famílias de pequenos produtores.

Uma atividade com tamanho potencial agrícola e importância sócio-econômica e ambiental merece atenção especial na solução dos entraves que prejudicam seu

desenvolvimento. Um aproveitamento de 20% das lavouras não pode ser aceito por entidades públicas responsáveis pelo desenvolvimento local, tanto no aspecto técnico, quanto social e ambiental como algo normal, como ocorre entre os agricultores.

Como contribuição final, será apresentado ao final do trabalho, o projeto desenvolvido ao longo da pesquisa e já apresentado aos órgãos públicos competentes, onde obteve o apoio do Instituto Federal do Pará (IFPA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA) e da Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia. Este projeto contempla a capacitação técnica dos produtores com a introdução de práticas sustentáveis de produção, utilizando-se de palestras, dias de campo e condução de campos de demonstração; propõe também realizar amplo diagnóstico da atividade e trabalhar a organização e a motivação da base produtora, inculcando valores associativistas que favoreçam a implantação, a condução e a comercialização da lavoura. Pesquisas serão conduzidas dentro das áreas de demonstração e junto com as demais ações fornecerão informações seguras para a tomada de decisões, tanto do poder público quanto dos próprios produtores, visando atingir uma produção rentável e sustentável.

3 QUADRO TEÓRICO CONCEITUAL

Uma vez que a agricultura familiar, a política pública e o desenvolvimento local ocupam a centralidade deste trabalho, estes assuntos serão trabalhados a seguir, fundamentando as discussões apresentadas.

3.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Devido a movimentos sociais do campo, em meados da década de 1990, a expressão “agricultura familiar” passou a fazer parte do contexto brasileiro. A definição do conceito provocou o surgimento de novas categorias sociais que não poderiam ser identificadas somente como pequenos produtores ou trabalhadores rurais. Surgem agora os assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria e outras categorias, que necessitavam de políticas públicas diferenciadas. Além dos movimentos sindicais rurais e o compromisso do Estado, a comunidade científica também se despertou para os seguintes temas: ambiental,

sustentabilidade e reforma agrária. Isso trouxe embasamento para várias mudanças a partir desta década (SCHNEIDER, 2003).

Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar (HESPANHOL, 2000, apud SCHNEIDER, 2003).

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2014) cita que a agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a diversas áreas do desenvolvimento rural. A agricultura familiar consiste em um meio de organização das produções agrícola, florestal, pesqueira, pastoril e aquícola, que são gerenciadas e operadas por uma família e predominantemente dependente de mão-de-obra familiar, tanto de mulheres quanto de homens.

Ao lado das diversas classificações acadêmicas existentes no âmbito nacional, a agricultura familiar passou a ser normatizada pela Lei nº 11.326 que a definiu como:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

(BRASIL, 2006, 25.07)

Segundo Abramovay (2003), anteriormente ao termo “agricultura familiar”, o cultivo de pequenas áreas com mão de obra familiar era denominado “agricultura de baixa renda, pequena produção ou agricultura de subsistência”, considerando previamente, em todos os casos, um baixo desempenho econômico, o baixo acesso ao crédito, o uso de técnicas tradicionais e/ou baixa tecnologia e falta de competitividade. Realmente, muitas unidades brasileiras estão nessas condições, porém, não devemos desconsiderar a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento agrícola no Brasil e em todo o mundo. O autor mostra, por exemplo, que, em São Paulo, tanto a produção quanto a utilização do trabalho caem à medida que aumenta a área das propriedades; muitas propriedades utilizam de mão de obra terceirizada e outras trabalham com atividade não agrícola.

Conceição do Araguaia, município com 113 anos de emancipação, área de 5.829,482 km², 45.557 habitantes (IBGE, 2014), vive uma realidade um pouco diferente, ou

seja, possui 37,7% da área municipal destinada a assentamentos rurais e, de acordo com o INCRA (2014), são 1.941 famílias assentadas, em unidades ainda pouco estruturadas e em fase de consolidação. Considerando 2,6 pessoas acima de 14 anos de idade/por propriedade, a média indicada para agricultura familiar (IBGE, 2006), isso representa 83% da população rural da região, que merecem atenção na criação de planos de desenvolvimento, com políticas públicas que valorizem os atributos locais e o conhecimento tradicional.

Abramovay (1999) ressalta que a organização local, o acesso ao crédito, os investimentos públicos em infraestrutura e serviços (principalmente em educação e formação) podem fazer com que a agricultura familiar não esteja automaticamente ligada ao atraso e ao abandono e que seja explorado todo o potencial de desenvolvimento que ela possibilita.

Estudos apresentados pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério de Desenvolvimento Agrário (GUILHOTO, 2005) demonstram a relevância da agricultura familiar na economia do Brasil, sendo ela responsável por aproximadamente 10% do PIB nacional. Tendo em vista que o conjunto do agronegócio nacional foi responsável, em 2005, por 30,6% do PIB, fica evidente a importância da agricultura familiar na geração de riqueza no País.

Segundo dados da FAO, cerca de 40% da força de trabalho do mundo hoje vive no campo. O Brasil possui 4,8 milhões de estabelecimentos rurais, sendo que cerca de 4,1 milhões são estabelecimentos de agricultura familiar (84% do total), responsáveis por 77% dos empregos rurais e 60% da produção de alimentos do País (BRASIL, 2006). A importância social é fruto da redução do êxodo rural e da geração de emprego e renda, o que dá ao Brasil, caso garanta aos produtores o acesso ao crédito e políticas de estruturação das propriedades, a possibilidade de reorganização fundiária, com melhor distribuição de renda.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Com traços históricos vindos das capitânicas hereditárias, o Brasil tem tradição de políticas agrícolas voltadas às grandes propriedades, priorizando as exportações e monoculturas.

Em 1964, os militares brasileiros incluíram a reforma agrária entre suas prioridades e no dia 30 de novembro de 1964, o governo de Castelo Branco, após aprovação pelo Congresso Nacional, sancionou a Lei nº. 4.504, que criava o Estatuto da Terra. Em 10 de outubro de 1985, o governo do presidente José Sarney elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra. Em 1990, com a pressão do movimento sindical, iniciou-se a

criação de políticas públicas especificamente para a agricultura familiar, com foco para a diversificação de produção e atendimento do mercado interno e de subsistência (SIROTHEAU, 2012, apud SCHNEIDER,). Desde então, começa a descentralização das políticas públicas com a participação da sociedade civil, ONGs, e cresce a atuação das prefeituras (SCHNEIDER et al, 2003).

Em 1994, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que foi o embrião para a criação da primeira e mais importante política pública destinada aos agricultores familiares, o PRONAF (Programa Nacional da Agricultura Familiar). Em 1996, no governo Fernando Henrique Cardoso, o novo programa foi lançado e ganhou nova dimensão em 1997, passando a operar de forma integrada em todo território nacional (SCHNEIDER et al, 2004)

Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)

Criado por meio do Decreto 1.946, de 28 de junho de 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), inicialmente o PRONAF esteve sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) do então Ministério da Agricultura e do Abastecimento (MAA). Em 1999, no início do segundo mandato do então presidente, o programa foi transferido para a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), onde ainda se encontra (BNDES, 2015).

Com vistas a contribuir para a geração de emprego e renda e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, o PRONAF garante apoio técnico e financeiro, normatiza duas formas de crédito (o crédito de custeio e o crédito de investimento), sempre com foco no desenvolvimento sustentável (SCHNEIDER et al, 2004).

Schneider (2004) cita que o PRONAF possui quatro propósitos: a) Crédito de custeio e investimento para atividades produtivas rurais; b) Financiamento de infraestrutura e serviços; c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural visando a geração e a transferência de tecnologias para os agricultores familiares.

Segundo Sirotheau (2012), os créditos de custeio destinam-se aos financiamentos das atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização de produtos, manutenção do beneficiário e de sua família, bem como aquisição de animais destinados à produção necessária à subsistência. Os créditos de investimento financiam projetos técnicos (desde que demonstrem retorno financeiro e capacidade de pagamento suficientes do

empreendimento) e investimentos, inclusive em infraestrutura (implantação de agroindústrias, unidades centrais de apoio gerencial, aquisição de equipamentos de informática), que visem o beneficiamento ou processamento. Com isso, pretende-se fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar (ANEXO 4).

Para ter acesso ao PRONAF, é necessário:

- i. Explorar a parcela de terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);
- ii. Residir na propriedade rural ou em local próximo;
- iii. Dispor, a qualquer título, de área inferior a quatro módulos fiscais;
- iv. No mínimo 50% da renda familiar ser originária da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- v. O trabalho familiar deve ser a base do estabelecimento. Porém, é possível a contratação de empregados permanentes desde que a quantidade seja inferior ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar;
- vi. Renda bruta familiar anual de R\$360.000,00, incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas dentro do estabelecimento e fora dele, por qualquer membro da família. (MDA, 2015).

Para comprovar seu enquadramento nas exigências para acessar o financiamento do PRONAF ou realizar qualquer operação de crédito, o produtor deve apresentar a DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, emitida, de forma gratuita, pelo órgão credenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA na região, geralmente o sindicato, associação de produtores ou escritório da EMATER (MDA, 2015). O documento tem validade de seis anos a contar da data de sua emissão, exceto para os beneficiários dos grupos “A” e “A/C”, que a cada operação devem apresentar novo documento (ANEXOS 1 e 2).

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, com as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais do País. De posse da DAP, com CPF regularizado e livre de dívidas, o agricultor pode pleitear as diversas linhas de crédito atualmente disponíveis no programa:

1. Pronaf Custeio: financia atividades agropecuárias, de beneficiamento, industrialização ou comercialização de produção;
2. Pronaf Mais Alimentos: financia a implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços;
3. Pronaf Agroindústria: financia investimentos em infraestrutura para o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;
4. Pronaf Agroecologia: financia investimentos em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos;

5. Pronaf Eco: financia investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente;
6. Pronaf Floresta: financia investimentos em projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;
7. Pronaf Semiárido: financia investimentos em projetos de convivência com o semiárido;
8. Pronaf Mulher: financia investimentos em propostas de crédito da mulher agricultora;
9. Pronaf Jovem: financia investimentos em propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras;
10. Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: financia as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção de cooperativas ou associações;
11. Pronaf Cota-Parte: financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.

As regras para a aquisição de financiamento foram adequadas de acordo com a realidade dos agricultores familiares (ANEXO 2), levando em consideração a renda bruta familiar anual. Para o programa os candidatos ao crédito foram classificados em grupos, com limites de valor financiado, taxas de juros e prazo de pagamento específicos (ANEXO 1)

Posteriormente, foram criadas outras linhas de crédito, como o Crédito Rotativo (37% do valor do financiamento de custeio do PRONAF); o “Integrado Coletivo”, destinado a associações, cooperativas e pessoas jurídicas clientes do PRONAF; o PRONAF-Agregar, destinado a financiar projetos individuais (SCHNEIDER et al, 2004).

Uma nova reformulação foi feita através da resolução 2.766 de 2000, do Banco Central, com redução de encargos financeiros, dilatação de prazos, elevação dos valores dos descontos e ampliação dos recursos, visando atender a um número maior de beneficiários.

Mesmo com todas as mudanças implementadas, o programa precisa ser sempre atualizado em distorções decorrentes da mudança de quadro econômico-social do país. Mesmo com tamanha liberação de recursos, segundo Sobourin (2007), essa política nunca permitirá a instalação de pequenos produtores competitivos, resumindo-se à política social de combate à

pobreza e ressocialização das populações rurais. Para o autor, esse modelo de política pública, baseado em programas assistencialistas e segmentados em função do público-alvo (mulheres, jovens, velhos, nordestinos do semiárido), transforma os camponeses mais ou menos autônomos em cidadãos de segunda classe, dependentes da ajuda alimentar e social.

Devemos reconhecer a importância do PRONAF como política pública voltada ao desenvolvimento dos pequenos produtores rurais, dando oportunidade de acesso ao crédito e à assistência técnica, além de envolver ações sociais e de preservação do meio ambiente.

3.3 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Entende-se por desenvolvimento local a melhoria da qualidade de vida da população por meio de aumento de renda e de sua melhor distribuição entre os diferentes segmentos da população (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

Para Martins (2002), o desenvolvimento local não é uma receita com medidas prontas, pois deve levar em conta fatores históricos e culturais para atingir o bem-estar humano, em todas as suas dimensões (psicossocial, ambiental e econômica)

Segundo Pires et al (2006), as mudanças causadas pelo desenvolvimento territorial são endógenas, capazes de produzir solidariedade e cidadania, e conduzem, de forma integrada, a uma mudança qualitativa na melhoria do bem-estar da população de uma localidade ou uma região.

Várias forças motoras atuam no ambiente rural promovendo a melhoria da qualidade de vida dos moradores. O desenvolvimento econômico, político e social de um lugar é influenciado pela atuação dos governos e da sociedade, que são capazes de interferir na gestão e conservação dos recursos naturais, no atendimento às exigências básicas de educação, saúde, moradia e transporte. A implementação de planos para o desenvolvimento local depende grandemente da mobilização dos representantes de todos os segmentos sociais e este trabalho mostra o nível de comprometimento dessas forças na melhoria das condições da atividade agrícola.

A elaboração de planos e políticas, seguido da sua implantação e monitoramento, é fundamental para a promoção do desenvolvimento local. Respeitando as particularidades locais – sociais, culturais, econômicas e ambientais, as políticas públicas se viabilizam e as ações efetivamente se realizam (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

Campanhola e Silva (2000) afirmam que a questão do desenvolvimento hoje já não separa os espaços urbano e rural. A definição dos limites geográficos deixou de ser importante e o enfoque passou a ser dado aos espaços (territórios) que dão suporte físico às atividades econômicas e sociais. Atividades tipicamente urbanas foram incorporadas ao meio rural brasileiro que surge como uma opção para os serviços já não absorvidos pelas escassas vagas nas áreas urbanas. Essas atividades representam uma nova opção de renda para as famílias e criam melhores oportunidades e condições de vida. Por essa razão, o meio rural não é considerado por Campanhola e Silva (2000) como espaço exclusivamente agrícola, ou seja, o desenvolvimento rural não é atingido somente com desenvolvimento agrícola.

A abertura de mercado em decorrência da globalização é consequência do desenvolvimento dos meios de comunicação e amplia enormemente as opções de comercialização do produtor. Porém, segundo Campanhola e Silva(2000), essa abertura vem também trazer novos parâmetros de qualidade com exigências de manejo sustentável.

O “Desenvolvimento Sustentável” visa a satisfação das necessidades humanas obedecendo aos limites ecológicos, de regeneração dos sistemas e recursos naturais. Nesse sentido, o desenvolvimento local exige um planejamento territorial integrado, e não somente setorial dos processos econômicos e sociais de desenvolvimento. A qualidade ambiental, o compromisso com a conservação dos recursos naturais, mecanismos que facilitem o acesso aos benefícios públicos e a participação da comunidade nas tomadas de decisão são fatores primordiais para se atingir o desenvolvimento almejado pela população local (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

A participação da população é um grande diferencial, pois aumenta a eficiência na implementação das decisões (MARTINS, 2002). Respeitando fatores históricos e culturais, a ação coletiva é, acima de tudo, uma posição política capaz de orientar a ação do Estado para que sejam atendidos os objetivos de construção da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da sociedade (CAMPANHOLA e SILVA, 2000). A organização em associações ou cooperativas é a solução para a participação nas tomadas de decisão, garantindo a representação dos mais desfavorecidos.

A informação e o conhecimento também exercem papel de grande importância no desenvolvimento local. Aliado a isso vem o progresso técnico que auxilia muito na redução da mão de obra, tornando dispensável o trabalho de todos os membros da família. A agricultura familiar da atualidade não conta somente com a mão de obra da família. Especialmente na

abacaxicultura, por haver picos de atividade, a contratação de mão de obra temporária, ou terceirização discutida por Schneider (2003) é quase sempre necessária.

O acesso à educação, aos serviços de infraestrutura social e aos benefícios da política agrícola são atrativos para a fixação do homem no campo, de acordo com Pires (2006), e são resultado da ação coletiva da população local em busca da sua cidadania.

O desenvolvimento local é, acima de tudo, um exercício de cidadania, não se restringindo ao atendimento das demandas sociais básicas. Ele visa a geração de renda e a diminuição das desigualdades sociais, transformando as dificuldades e os obstáculos em oportunidades (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

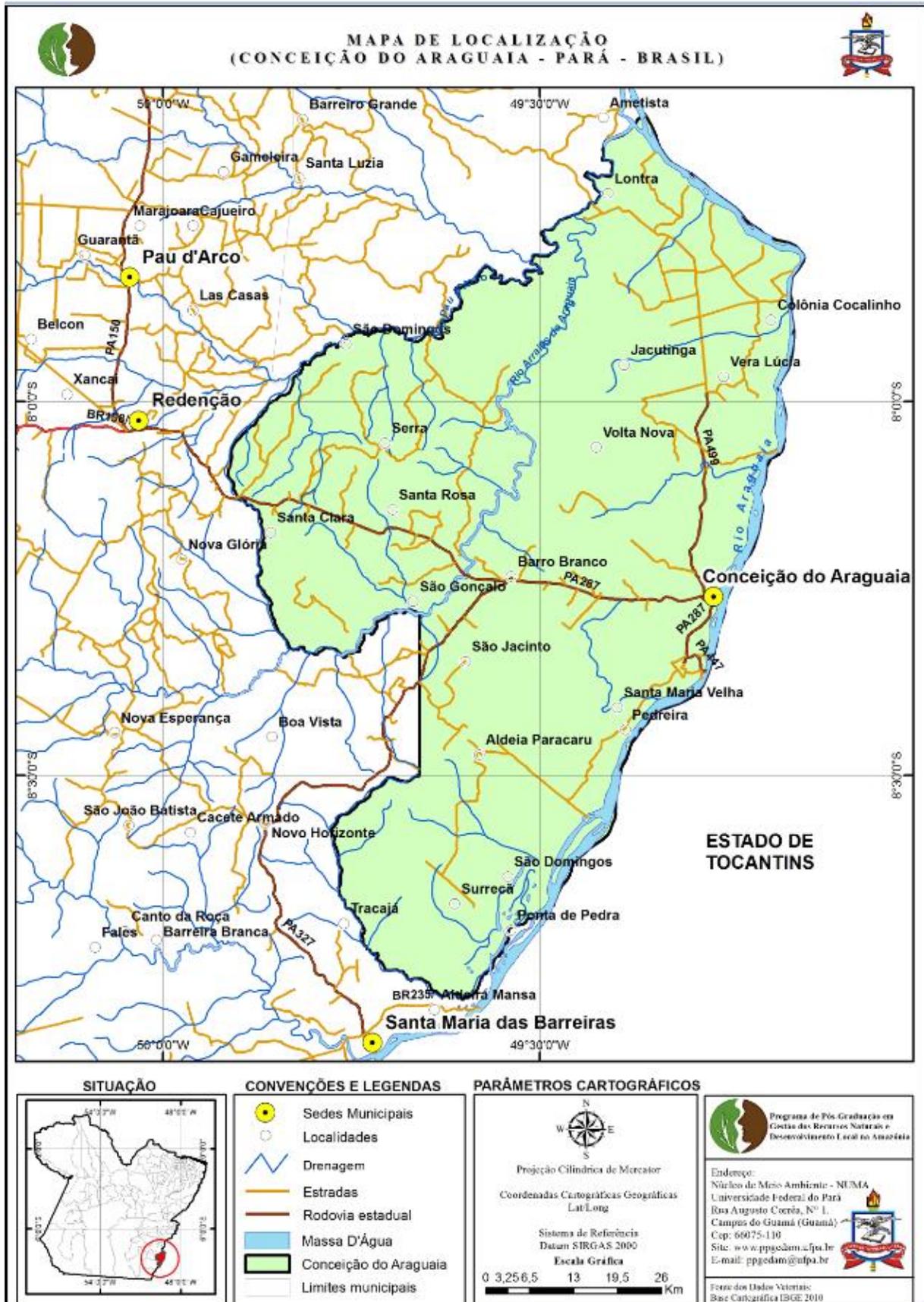
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção é descrita a localização da área de estudo e apresentada a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, organizada nas seguintes subseções: Elaboração do projeto de pesquisa, Levantamento de campo, Tabulação e interpretação de dados, Tabulação e interpretação de dados.

4.1 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Conceição do Araguaia localiza-se no sudeste paraense, entre as coordenadas de 08°16'06" de latitude Sul e 49°16'06" de longitude a Oeste de Greenwich, com a sede do município a cerca de 1100 km da capital, Belém. Com 45.557 habitantes no censo de 2010 (IBGE, 2014), possui 72% da população na área urbana (32.464 hab) e 28% na zona rural (13.093 hab) (Figura 1) (IBGE, 2012).

Figura 1: Mapa Localização geográfica do município de Conceição do Araguaia-PA

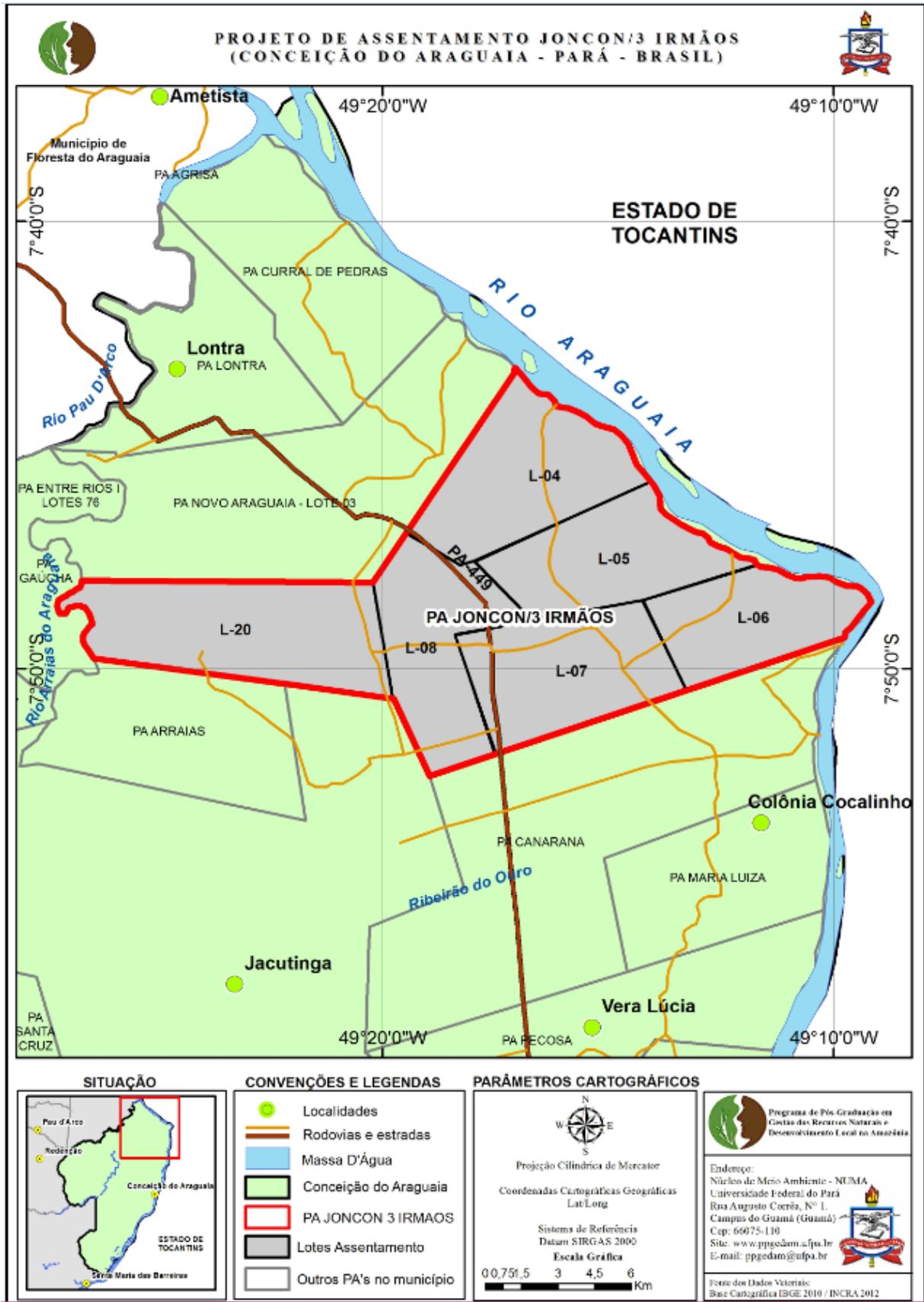


O clima da região enquadra-se na categoria equatorial úmido, tipo Am, da classificação de Köppen. Durante todo o ano, a umidade relativa do ar é elevada (média anual de 90%), com alto índice de evaporação e altas temperaturas. Ocorre pouca variação entre as temperaturas máxima e mínima durante o ano, sendo que a média anual fica em torno de 26°C. O período chuvoso ocorre, notadamente, de setembro a maio e o período mais seco, de junho a agosto, com taxa de precipitação anual em torno de 1.800 a 2.100mm (EMBRAPA,2014)

Predomina o solo da classe Latossolo-amarelo distrófico, com textura de média a arenosa. Aparecem algumas manchas de solos Litólicos com pequenos afloramentos de pedra canga. Quanto à permeabilidade, são na maioria de baixa retenção, pois apresentam textura arenosa ou areia franca em todos os horizontes até, no mínimo, a profundidade de 150 cm a partir da superfície do solo ou até um contato lítico. Apresenta textura de média a arenosa, que compreende classes texturais ou parte delas, tendo na composição granulométrica de 350 g.Kg⁻¹ a 600g⁻¹ de argila e média fertilidade (EMBRAPA,2014).

Como parte da política de intervenção federal adotada pelo Brasil e descrita por Schneider et al. (2004), 38 assentamentos foram instalados no município de Conceição do Araguaia, região com tradição de conflito agrário. Em 1985, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desapropriou 5400 alqueires da região denominada “Joncon”, originária da Fazenda Joncon, e deu origem ao Assentamento Joncon, também chamado “Colônia Joncon” (Figura 2).

Figura 2: Mapa de Localização do Projeto de Assentamento Joncon, em Conceição do Araguaia-PA



Localizada no km50 da PA-449, sentido Conceição do Araguaia-Floresta do Araguaia, a colônia é composta de 6 lotes de 900 alqueires (L-4, L-5, L-6, L-7, L-8, L-20), subdivididos em propriedades de 28 a 100 ha. Esse assentamento apresenta características socioeconômicas bastante representativas das áreas de assentamento do sudeste do estado, o que possibilita que informações e conclusões produzidas por este trabalho sirvam como referência para todo o sudeste paraense.

O Lote-8 da Colônia Joncon, polo de produção de abacaxi no município e fonte dos dados analisados neste estudo, é uma área onde se formou uma divisão territorial cultural unindo os agricultores em torno da tradição de produção da fruta. Dessa união, em 10 de janeiro de 2012, surgiu a Associação de Produtores de Abacaxi do Lote 8 da Joncon, hoje com 19 associados buscando um espaço de gestão e planejamento da atividade. Sem sede própria, as reuniões mensais são feitas no salão comunitário da Vila Joncon, sede do assentamento.

4.2 FASES DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS

De acordo com Lakatos (2011), este trabalho é um estudo de caso, que utiliza o método dedutivo de análise do problema. Consiste numa pesquisa explicativa, cujo foco principal é comparar a realidade local com as informações obtidas em bibliografia; e qualitativa, porque o próprio ambiente fornece os dados para a atribuição de significados ao fenômeno, sem a necessidade de usar técnicas de estatísticas.

O trabalho foi dividido em quatro fases principais, com procedimentos e ferramentas específicas. A primeira consistiu na elaboração do projeto de pesquisa; a segunda, o levantamento de campo; a terceira, a tabulação e a interpretação dos dados; e a quarta fase consistiu na organização da dissertação.

4.2.1 Fase 1: Elaboração do projeto de pesquisa

A etapa inicial do projeto ocorreu de agosto de 2013 a junho de 2014, período em que buscamos informações em livros e artigos publicados acerca de agricultura familiar e as políticas públicas voltadas para este público. Com a direção do professor orientador foram delimitados o problema de pesquisa, definidos os objetivos e a metodologia a ser aplicada em todas as fases do trabalho, inclusive a estruturação de entrevistas e questionário.

A elaboração do questionário teve como base o modelo da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (REDESIST), desenvolvido pelo grupo de

pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para obtenção de informações sobre arranjos produtivos locais, no qual foram feitas adaptações para atingir os objetivos do trabalho.

Nesta fase, denominada “Pré-Campo”, foram feitas visitas a campo com o fim de elaborar uma metodologia de trabalho viável, respeitando a realidade local.

4.2.2 Fase 2: Levantamento de campo

A coleta de dados a campo foi feita no período de junho de 2014 a fevereiro de 2015, em dois momentos:

Primeiro momento: através de entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos representantes das instituições foram coletadas informações a respeito da atuação dos órgãos públicos sediados em Conceição do Araguaia e envolvidos no atendimento aos agricultores familiares, em especial aos produtores de abacaxi localizados na região do Lote-8, na Colônia Joncon. Buscamos, também, junto a estes órgãos (precisamente Emater, Adepara, Incra, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Prefeitura Municipal e Associação de Produtores de Abacaxi), dados públicos e relatórios internos para embasar a análise da eficiência da atuação das políticas públicas na região. Esses dados foram juntados às informações disponíveis nos sites das instituições e àqueles obtidos em revisão bibliográfica.

Segundo momento: O público-alvo destinado a responder ao questionário socioeconômico (APÊNDICE 1) foi definido em 15 agricultores familiares do Lote-8, membros da Associação de Produtores de Abacaxi (o que corresponde a 78% dos 19 associados) e a mesma quantidade de produtores da região, não participantes da associação de abacaxicultores. A participação foi espontânea, pela simples esperança de despertar interesse dos gestores públicos para o desenvolvimento da região.

A distância entre as propriedades e delas até a cidade e a impossibilidade de confirmar a visita com antecedência, dificultaram enormemente a coleta de dados. Outro fator agravante foi o período chuvoso prolongado, que impossibilitou a visitação por longo período devido à interrupção da estrada de acesso à colônia. Mesmo após a liberação do acesso, somente motos ou carros maiores tinham condições de trafegar pelo local, mostrando quão grande é a dificuldade enfrentada pelos agricultores da região.

Como a pesquisadora já vem desenvolvendo outros trabalhos de pesquisa e assistência técnica sobre a produção integrada de abacaxi na região, não houve resistência no fornecimento de informações.

O questionário composto de perguntas socioeconômicas, relacionadas à produção e ao acesso às políticas públicas, era aplicado em aproximadamente uma hora. Em praticamente todos os casos, o agricultor fez questão de que a equipe visitasse sua lavoura para avaliação de questões técnicas, o que causou redução da quantidade de visitas para, no máximo, quatro por dia.

4.2.3 Fase 3: Tabulação e interpretação de dados

Esta fase do trabalho foi desenvolvida utilizando os programas Word e Excel. Com os recursos deste último foi possível tabular, fazer análise descritiva dos dados e elaborar gráficos comparando informações quantitativas e qualitativas obtidas no questionário socioeconômico. Com base nas demais informações, pôde-se chegar à interpretação e à análise dos resultados, transcrevendo a discussão e os resultados com o auxílio do Word.

4.2.4 Fase 4: Organização da dissertação

A fase final do trabalho foi a ordenação do texto com base em todas as informações obtidas através da revisão bibliográfica, entrevistas, análise de relatórios e tabulação de dados fornecidos pelo questionário.

5 A CULTURA DO ABACAXI E OS AGENTES ENVOLVIDOS NA SUA PRODUÇÃO EM REGIME DE AGRICULTURA FAMILIAR, EM CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Visando esclarecer as exigências da cultura do abacaxi e identificar os agentes envolvidos na sua produção em regime de agricultura familiar em Conceição do Araguaia, nesta seção estão contidas as informações técnicas sobre a cultura do abacaxi e os agentes federais, estaduais, municipais e local.

5.1 A CULTURA DO ABACAXI

Com a finalidade de comparar as exigências edafoclimáticas e biológicas da cultura do abacaxi com as características presentes na região da Colônia Joncon, em Conceição do Araguaia, no sudeste paraense, é necessário que façamos um apanhado histórico e das características técnicas da cultura.

5.1.1 A abacaxicultura a nível mundial e estadual

O Brasil é o 2º maior produtor mundial de abacaxi com 2,5 milhões de toneladas em 62.597 hectares de área cultivada, ficando atrás apenas da Tailândia (Tabela 1) (FAO,2014).

Tabela 2 – ABACAXI - Ranking mundial de produção

ABACAXI – RANKING MUNDIAL DA PRODUÇÃO		
País	Toneladas (milhões)	Participação (%)
Tailândia	2,7	14,8
Brasil	2,5	13,7
Filipinas	1,8	9,8
Indonésia	1,4	7,6
China	1,3	7,1

Fonte: FAO/2007

No Brasil, os Estados do Pará, Paraíba e Minas Gerais são os maiores produtores de abacaxi (Tabela 3).

Tabela 3 – Produção Brasileira de abacaxi em 2012

Estados	Área Colhida (ha)	Produção (mil frutos)	Rendimento (frutos/ha)
Pará	10.605	317.127	29.904
Paraíba	9.847	294.640	29.922
Minas Gerais	8.564	250.576	29.259
Rio de Janeiro	4.562	133.093	29.174
Rio Grande do Norte	4.688	125.551	26.781
Bahia	5.417	117.090	21.615
São Paulo	3.128	87.337	27.921
Amazonas	3.445	69.320	20.122
Goiás	2.508	55.807	22.252
Espírito Santo	2.178	48.229	22.144
Mato Grosso	1.966	45.466	23.126
Tocantins	1.699	34.270	20.171
Maranhão	1.173	22.747	19.392
Sergipe	884	21.852	24.719
Pernambuco	842	14.266	16.943
Ceará	355	10.538	29.685
Paraná	399	9.871	24.739
Acre	540	7.712	14.281
Alagoas	365	7.551	20.688
Rondônia	363	6.655	18.333
Mato Grosso do Sul	287	6.363	22.171
Amapá	1.120	5.384	4.807
Rio Grande do Sul	427	5.232	12.253
Roraima	130	911	7.008
Distrito Federal	3	76	25.333
Santa Catarina	7	70	10.000
Piauí	-	-	-
BRASIL	65.502	1.697.734	25.919

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2012. Consultado em 25/10/2013.

Conforme os dados do IBGE (2014), o Estado do Pará é o maior produtor nacional (Tabela 4), destacando-se como maiores produtores o município de Floresta do Araguaia (maior produtor nacional), Conceição do Araguaia e Salvaterra, este último na Ilha de Marajó.

Tabela 4. Produção Brasileira (Mil frutos) em lavoura temporária de abacaxi - Ranking decendente – Ano 2012

Unidade da Federação	Qde	Unidade da Federação	Qde
Pará	17.127	Sergipe	21.852
Paraíba	94.640	Pernambuco	14.266
Minas Gerais	50.576	Ceará	10.538
Rio de Janeiro	33.093	Paraná	9.871
Rio Grande do Norte	25.551	Acre	7.712
Bahia	17.090	Alagoas	7.551
São Paulo	7.337	Rondônia	6.655
Amazonas	9.320	Mato Grosso do Sul	6.363
Goiás	5.807	Amapá	5.384
Espírito Santo	8.229	Rio Grande do Sul	5.232
Mato Grosso	5.466	Roraima	911
Tocantins	4.270	Distrito Federal	76
Maranhão	2.747	Santa Catarina	70

Fonte: IBGE, 2014.

5.1.2 Origem e Dispersão

Segundo estudos de distribuição do gênero *Ananas* na Venezuela e na América do Sul, deve-se considerar que seu centro de origem é a região da Amazônia compreendida entre 10°N e 10°S de latitude e entre 55°L e 75°W de longitude, pois nessa região foi encontrada a maioria das espécies consideradas válidas até o momento (CUNHA et al., 1999). O abacaxizeiro (*Ananas comosus* L. Merrill) é, portanto, uma espécie considerada originária da região amazônica, onde foi domesticada pelos ameríndios ainda no período pré-colombiano, nas

bacias dos rios Amazonas e Orinoco, quando mutantes sem sementes foram selecionados. Foi mais tarde levado para a Europa, onde despertou grande interesse e tornou-se bastante apreciado. Atualmente o abacaxizeiro é cultivado em mais de 70 países do mundo tropical e em alguns países subtropicais (MATOS, 2011).

5.1.3 Taxonomia

É uma planta monocotiledônea, herbácea perene da família Bromeliaceae. As espécies podem ser divididas em dois grupos distintos em relação aos seus hábitos: as epífitas, aquelas que crescem sobre outras plantas; e as terrestres, que crescem no solo a expensas de suas próprias raízes (CUNHA et al.,1999). Desse último grupo saem as cultivares para produção comercial de fruto comestível.

O abacaxizeiro compõe-se de caule (ou talo), onde se inserem folhas em calha, finas e rígidas, além de raízes adventícias. O sistema radicular é fasciculado e pouco profundo, concentrando-se a 30 cm de profundidade. No talo se insere o pedúnculo que sustenta a inflorescência e o fruto dela originado. O *Ananas comosus* se diferencia dos mais de 50 gêneros e as 2.000 espécies de Bromeliaceas por apresentar o fruto composto do tipo sincarpo, originado de 100 a 200 frutos individuais do tipo baga, dispostos em espiral sobre o eixo central (continuidade do pedúnculo). O fruto atinge 15 cm de comprimento, tem polpa abundante, sucosa e de sabor agradável, quando atinge a maturação. Uma característica marcante da espécie é a ausência ou escassez de sementes já que estas só serão produzidas quando forem plantadas variedades diferentes em áreas próximas. Como a variabilidade genética decorrente dos cruzamentos não é desejável, a não ser para pesquisa, os plantios comerciais são feitos através de propagação vegetativa, utilizando mudas dos tipos filhote e rebentão (CUNHA et al.,1999).

As plantas das variedades comerciais chegam a 1,20m de altura e 1,5m de diâmetro. De acordo com Cunha et al(1999), a espécie *Ananas comosus* abrange todas as cultivares plantadas nas regiões tropicais e subtropicais do mundo.

Segundo Cabral et al(2000, p. 15), as cultivares de abacaxi mais exploradas em todo mundo são: Smooth Cayenne (Figura 3), Singapore Spanish, Queen, Red Spanish (Espanhola Roja), Pérola e Perolera.

A cultivar Smooth Cayenne (Figura 4) lidera o mercado internacional, com 70% da produção mundial, sendo considerada a rainha das cultivares de abacaxi por ter muitas características favoráveis: planta robusta, porte ereto, folhas sem espinhos, fruto cilíndrico, com

peso de 1,5 a 2,5 kg, com casca amarelo alaranjada, polpa amarela, rica em açúcar (13 a 19° Brix²) e acidez maior do que as outras cultivares. A coroa é relativamente pequena e produz poucos filhotes. No Brasil é conhecida como abacaxi havaiano ou Havaí, e produzida quase que exclusivamente pelos Estados de Minas Gerais e São Paulo com a finalidade de industrialização e exportação como fruta fresca.

Figura 3. Cultivar Smooth Cayenne: fruto cilíndrico (o que favorece a industrialização), com polpa amarela, casca amarelo alaranjada quando maduro.



Fonte: Embrapa, 2014

Figura 4. Cultivar Smooth Cayenne: planta sem espinhos, coroa pequena



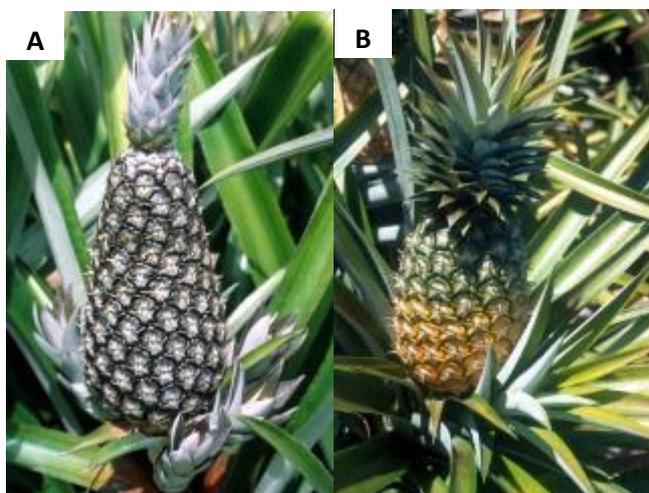
Fonte: Embrapa, 2014

A variedade produzida em 100% das propriedades da região do Lote 8-Joncon é o Abacaxi Pérola, também conhecido como Branco de Pernambuco, e responsável por cerca de

² **Brix** (símbolo °Bx) é uma escala numérica de índice de refração (o quanto a luz desvia em relação ao desvio provocado por água destilada) de uma solução, comumente utilizada para determinar, de forma indireta, a quantidade de compostos solúveis numa solução de sacarose, utilizada geralmente para suco de fruta. A escala Brix é utilizada na indústria de alimentos para medir a quantidade aproximada de açúcares em sucos de frutas, vinhos e na indústria de açúcar bem como outras soluções (<<http://www.pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 10 ago. 2015)

80% da produção nacional, da qual somente 1% é exportado. É uma variedade cultivada exclusivamente no Brasil, cujo mercado de frutos *in natura* que prefere um abacaxi menos ácido. Apresenta porte médio, crescimento ereto, folhas com espinhos, muitos filhotes, fruto de 1,0 a 1,5 kg, com coroa grande, forma cônica, casca amarela, polpa branca, sucosa, com teor de açúcar de 14 a 16° Brix e pouca acidez (Figura 5). Não é, portanto, indicado para a industrialização e nem para a exportação *in natura*.

Figura 5 (a,b). Cultivar Pérola: folhas com espinhos, fruto com forma cônica, coroa grande



Fonte: Embrapa, 2014

A extrema seleção do mercado mundial causou o predomínio do plantio das cultivares *Smooth cayenne* e Pérola, o que eleva o risco de perda da variabilidade genética da espécie. Para minimizar esses riscos, a Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas-BA, mantém um Banco de Germoplasmas de abacaxi, com uma coleção de exemplares diferentes, entre *Ananas comosus* e espécies afins (CUNHA et al.,1999).

5.1.4 Exigências Edafoclimáticas

O abacaxizeiro é uma planta rústica e resistente às condições adversas, pois é originário de regiões quentes com distribuição irregular de chuvas. Porém, as condições ideais, que tornam sua exploração comercial mais viável e rentável, são encontradas entre os paralelos 25°N e 25°S (CUNHA et al.,1999). Devido a sua grande capacidade de adaptação, essa área pode ser estendida, desde que seja utilizado um sistema de cultivo adequado, com mais tecnologia.

O abacaxizeiro não suporta clima frio. Baixas temperaturas retardam o crescimento, reduzem a absorção de nutrientes e a produção. Temperaturas acima de 40°C causam queima das folhas e do fruto, principalmente se combinadas com alta insolação. Seu bom desenvolvimento ocorre entre 22°C e 32°C (CUNHA et al.,1999).

Devido à baixa transpiração e ao uso eficiente de água em função da arquitetura da planta, o abacaxizeiro pode manter bons níveis de produtividade, mesmo em regiões onde a disponibilidade de água é limitada. Compensando um sistema radicular superficial, as folhas em forma de canaleta captam a água de forma eficiente, possibilitando o cultivo do abacaxi em áreas onde a pluviosidade atinge 500 a 600 mm, ou até 4.000 mm. A falta de chuva, entretanto, atrasa o desenvolvimento da planta e do fruto e prejudica a diferenciação floral (CUNHA et al., 1999). O excesso de umidade no solo é muito prejudicial ao desenvolvimento da planta e favorável ao ataque de doenças, o que indica a preferência da cultura por solos bem drenados e com boa aeração.

A alta umidade relativa do ar influencia, principalmente, no aumento da incidência de pragas e doenças. De acordo com Green (1963 apud CUNHA et al, 1999), a umidade relativa média do ar nas diferentes regiões produtoras de abacaxi do mundo está numa faixa entre 75% e um valor um pouco mais alto.

É considerada por vários autores como sendo uma planta de dias curtos, pois quando os dias se tornam mais curtos a floração é estimulada nas plantas mais desenvolvidas.

A baixa luminosidade retarda o desenvolvimento da planta, resultando num fruto pequeno e de má qualidade ou antecipar o florescimento. Segundo Cunha et al(1999), a insolação mínima necessária ao desenvolvimento e à produção do abacaxizeiro está entre 1.200 e 1.500 horas/ano; o ideal é de 2.500 a 3.000 horas/ano. A luminosidade intensa pode causar queimaduras no fruto, tanto interna quanto externamente (queima solar), depreciando-o comercialmente. Nessas condições, a cobertura dos frutos é um trato cultural indispensável para garantir uma produção de qualidade.

5.1.5 Custo de produção

A EMBRAPA (2014) estima que em uma lavoura bem conduzida e sob condições favoráveis, cerca de 50% dos frutos comercializáveis seja da classe 1 (frutos de primeira, acima de 1,5 kg) e 30% da classe 2 (frutos de segunda, entre 1,2 e 1,5 kg). Os 20% restantes da produção potencial (37.000 frutos) podem ser comercializados somente para indústria de polpa.

Na região do Lote 8, poucos produtores comercializam frutos da classe 1. A produção é toda vendida como classe 2 e, rotineiramente, pelo menos 40% da safra nem atinge essa classificação (informação verbal)³. A baixa qualidade da produção, apesar das variáveis favoráveis na região, são a causa de grandes prejuízos. Frutos entre 800g e 1kg são encaminhados ao mercado local e àqueles com peso inferior a 800g resta a opção da indústria. Geralmente, o preço ofertado pela fábrica de suco não é compensador, pois não paga as despesas de colheita e transporte. Assim, vários produtores abandonam os frutos no campo, contribuindo para a propagação de pragas e doenças.

Baseado na planilha divulgada por EMBRAPA (2014), que indica um custo de R\$0,35/fruto, o custo de produção para 01 ha de abacaxi na região de Floresta do Araguaia, no sudeste do estado do Pará, considerando toda a mão de obra terceirizada, plantio em sequeiro e fila dupla, chega a R\$0,45/fruta (Tabela 5). Tal custo pode ser menor no caso de aproveitamento da mão de obra familiar, o que reduz consideravelmente os custos e eleva os lucros.

Tabela 5. Orçamento simplificado de custeio de 01 ha de abacaxi em Floresta do Araguaia– 2014⁴

CUSTEIO DO 1º ANO (18 meses)				
DENSIDADE DE PLANTIO: 33.000 plantas/ha				
ESPAÇAMENTO: fila dupla (1,00 x 0,5 x 0,4m)				
DESCRIÇÃO	Unidade	V.U.	Quant.	Total
A) SERVIÇOS		R\$	Um	R\$
Gradagem aradora 1ª	HM TP	70,00	2,00	140,00
Calagem	HM TP	70,00	1,00	70,00
Gradagem aradora 2ª	HM TP	70,00	2,00	140,00
Gradagem aradora 3ª	HM TP	70,00	2,00	140,00
Carregamento de mudas	H/Dia	50,00	15,00	750,00
Frete de mudas	Frete	300,00	1,00	300,00
Descarga e seleção de mudas	H/Dia	50,00	6,00	300,00
Distribuição de mudas	Milheiro	10,00	33,00	330,00
Plantio	Milheiro	25,00	33,00	825,00
Aplicação de herbicida (2x)	H/Dia	50,00	5,00	250,00
1ª adubação	H/Dia	50,00	2,00	100,00
1ª capina	H/Dia	50,00	3,00	150,00
2ª adubação	H/Dia	50,00	2,00	100,00

³ Eliel dos Santos, vice presidente da Associação dos Produtores de Abacaxi do Lote 8. Entrevista concedida à autora. Conceição do Araguaia, out. 2013.

⁴ Planilha utilizada por produtores em Floresta do Araguaia. Wilker, Secretário Municipal de Agricultura de Floresta do Araguaia-PA, 2014.

2ª capina	H/Dia	50,00	3,00	150,00
3ª adubação	H/Dia	50,00	3,00	150,00
Arranquio de plantas doentes	H/Dia	50,00	5,00	250,00
Indução floral	H/Dia	50,00	3,00	150,00
Pulverização (3x)	H/Dia	50,00	12,00	600,00
Cobertura de frutos		12,00	25,00	300,00
Sub total 1 (Serviços)				5.195,00
B) INSUMOS				
Calcário dolomítico	Ton	85,00	2,00	170,00
Mudas	Milheiro	12,00	33,00	396,00
Herbicida	Litro	24,00	12,00	300,00
Adubo NPK	Kg	1,60	1500,00	2400,00
Etrhel	Litro	120,00	1,50	180,00
Uréia	Kg	1,80	25,00	45,00
Fungicida pulverização frutos	Kg	55,00	2,00	110,00
Inseticida pulverização frutos	Litro	60,00	1,00	60,00
Pulverizador costal	Um	250,00	0,20	50,00
EPI completo (pulverizações)	Um	100,00	0,50	50,00
Ferramentas	Um	15,00	2,00	30,00
Luvas de raspa	Par	12,00	8,00	96,00
Jornal	Kg	1,20	80,00	96,00
Sub Total 2 (Insumos)				3.983,00
TOTAL GERAL (Custo Total)				9.178,00
CUSTO DA FRUTA				0,45
R\$/Unidade (20400fr/ha)				
RECEITA				
Venda de frutos <i>in natura</i>	Um	0,90	20.500,00	18.450,00
Venda de frutos para indústria	Kg			0,00
Receita bruta total	R\$			18.450,00
Custo de produção	R\$/há			9.178,00
Receita Líquida	R\$			9.272,00

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Floresta do Araguaia/PA, 2014

Homma et al(2002) citam que, na região norte, o cultivo do abacaxi é muito favorecido devido à possibilidade de produzir no período de entressafra brasileira. Portanto, pode-se conseguir melhores preços correspondentes à entressafra.

Considerando um valor de mercado de R\$0,90/fruto, pode-se alcançar um rendimento de R\$9.272,00/ha, superior ao atingido por outras culturas, para a mesma área (Tabela 6)

Tabela 6: Comparativo entre a rentabilidade de algumas culturas em relação ao do abacaxi

Cultura	Custo de produção	Produção	Preço	Receita	Saldo
Algodão	1.933,10	150 arrobas	17,8	2670	736,9
Café Coco ADS	3.947,00	120 sacas/40kg	44,8	5376	1429
Mandioca Raiz	1.329,77	22ton	120	2640	538,22
Milho	721,78	60 sacas	18	1080	358,22
Soja	828,18	44 sacas	35	1540	711,82
Abacaxi	9.553,41	45.500 frutos 70.000mudas	0,35/kg 0,08 mudas	15.925,00 5.600,00	Total 11.971,59

Fonte: DERAL/SEAB- Dezembro/2002, citado em Homma et al(2002)

No ano agrícola de 2013-2014, os preços praticados no mercado para frutos classe 1 foram de R\$1,80 a 2,40, variando conforme a oferta; e de R\$0,30 a 0,40 para os de classe 2. A indústria pagou R\$ 200,00/Ton.

Observa-se que é fundamental a produção de frutos de qualidade e necessário o escalonamento do plantio para que não haja tanta variação de preços devido ao excesso de oferta, até mesmo de frutos de primeira.

5.1.6 Potencial de rendimento da cultura

De acordo com Matos et al. (2006), vários fatos estimulam a permanência dos produtores na abacaxicultura. O arranjo produtivo de frutas é considerado um dos mais dinâmicos quanto às possibilidades de utilização de sistemas agroflorestais sustentáveis. É também uma excelente alternativa para impulsionar as economias locais devido ao uso intensivo de mão de obra (2 a 5 trabalhadores/ha) e por exigir um volume menor de investimento do que outros segmentos do agronegócio.

Além dos incentivos citados anteriormente, a abacaxicultura apresenta notável potencial para a agricultura familiar. Comparando as exigências edafoclimáticas da cultura com as condições naturais da região sudeste paraense, observamos que a abacaxicultura é bastante favorecida pelas características regionais. Isso possibilita um menor custo de produção e melhor qualidade de frutos, tornando mais viável a condução dessa cultura em pequenas propriedades, em regime de agricultura familiar. Nessas condições, mesmo utilizando baixa tecnologia, é possível alcançar uma boa produtividade e produzir frutos de boa qualidade, com uma boa margem de lucro.

A EMBRAPA (2014) considera um rendimento médio de 75 a 80% para o abacaxi, levando em conta as perdas que normalmente ocorrem devido a pragas, doenças, intempéries, florescimento precoce e falhas na indução. Assim, em um hectare com 37.000 (com espaçamento de 0,9m x 0,3m), sem irrigação, é possível obter, aproximadamente, 29.600 frutos comercializáveis.

De acordo com as exigências edafoclimáticas citadas em bibliografia, observa-se que o abacaxi é uma cultura totalmente adaptada às características da região, o que gera menores custos de produção que em outros estados brasileiros. A baixa exigência em tecnologia também é decorrente da adaptação da cultura, o que facilita sua utilização em assentamentos em fase de consolidação cujas famílias ainda possuem poucas opções de renda.

A tabela de orçamento de custeio mostra que o abacaxi é uma cultura com excelente rendimento e pode ser conduzida em áreas pequenas, onde a pecuária não se adequa. Porém, é fundamental a aplicação de políticas públicas que garantam o acesso dos pequenos produtores à informação, à assistência técnica e aquisição dos insumos adequados à produção para que a qualidade da produção permita que todos os fatores contribuam para o incremento de renda dos pequenos produtores, estimulando o desenvolvimento local.

As informações acima indicam que abacaxicultura é uma boa alternativa para a fruticultura em áreas de assentamento no sudeste paraense e tem potencial para servir de excelente incremento de renda em agricultura familiar da região.

5.2 AGENTES DA INSTITUIÇÃO PÚBLICA FEDERAL

Com a finalidade de identificar e caracterizar os agentes envolvidos na produção de abacaxi, em regime de agricultura familiar em Conceição do Araguaia, esta seção trata do

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como agente federal, descrevendo sua atuação sobre as políticas cuja aplicação estão sob sua responsabilidade.

O INCRA é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a função de executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário. Atualmente, o INCRA está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais (SRs). A unidade que cobre a região de Conceição do Araguaia é a SR27, com sede em Marabá.

Baseando-se em três pilares, a desconcentração fundiária, a promoção da igualdade e a redução da violência e da pobreza no campo, o Incra é responsável por criar e implantar assentamentos rurais. De acordo com o INCRA (2015), esta instituição é responsável por implantar nos assentamentos a infraestrutura básica de estradas vicinais, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, além de redes de eletrificação rural. As obras são executadas por meio de licitações públicas ou convênios com estados ou municípios.

Dentro do Cronograma de Implantação das Ações nos Projetos de Assentamento, citado por INCRA (2015), são definidos 4 eixos de atuação: I - Políticas Sociais; II - Infraestrutura; III - Apoio à Produção; e IV - Regularização Fundiária e Ambiental. O apoio à produção é dividido em três ciclos: 1 - aplicação do crédito em instalação; 2 - Inclusão produtiva; e 3 - Estruturação produtiva.

O INCRA, apesar de as ações citadas anteriormente constarem como eixos de atuação, tem se desvinculado de várias delas, delegando-as a outros órgãos governamentais, e procurado se concentrar na questão fundiária (informação verbal)⁵.

No Eixo 1, as ações do INCRA definidas no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) são:

a- CAD Único

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e utilizado pelo INCRA na seleção das famílias a serem assentadas, o CAD é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Tem a finalidade de identificar e caracterizar as famílias de baixa renda (renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos), e é utilizado na seleção de participantes de todos os programas governamentais. Permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias por trazer informações de todo o núcleo familiar, as características do domicílio, as formas de

⁵ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

acesso a serviços públicos essenciais e dados de cada um dos componentes da família (INCRA, 2015). Para o INCRA, esse cadastro é utilizado para identificar os agricultores que cumprem as exigências para que sejam clientes de reforma agrária e, entre os já assentados que estejam aptos a realizar operações de crédito rural junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Além dos agricultores familiares, a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) permite que pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, quilombolas e indígenas também sejam beneficiários de operações de crédito, com especificidades de cada categoria.

b- Homologação de famílias e publicação de relação de beneficiários (RB)

Em concomitância com os levantamentos para a caracterização e a identificação de áreas para reforma agrária e a obtenção dessas terras, o INCRA realiza o processo de seleção das famílias a serem assentadas. O sistema de processamento de dados utilizado para esse fim é o Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), onde os candidatos cadastrados no CAD Único dão origem à Relação de Beneficiários (RB). O código do integrante, conhecido como “RB do assentado”, é resultado das atuais normas de seleção, em vigor desde 1981, após várias mudanças e adequações, quando são feitos cruzamentos de dados dos beneficiários. As fontes governamentais utilizadas são a base Tribunal Superior Eleitoral, o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (INCRA/Sipra), e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

A Relação de Beneficiários disponibiliza informações como o nome dos integrantes da entidade familiar, a data da homologação no PNRA, além da situação atual: assentada, desistente, eliminada, evadida, transferida ou suspensa em função da elegibilidade de seleção (pendências nos cruzamentos com as bases governamentais) (INCRA, 2015).

c- Cursos de qualificação do PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado, no dia 26 de outubro de 2011, por meio da Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica para a população brasileira. Desenvolvido em escolas públicas estaduais, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, oferece cursos para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano; para quem ainda está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano; para trabalhadores, estudantes de ensino médio e

beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses (Educação Continuada ou Profissionalizante). O governo federal garante, aos alunos do Pronatec, as Bolsas-Formação, assegurando recurso aos agricultores durante a permanência na atividade educacional (INCRA, 2015).

Segundo Gutemberg (informação verbal)⁶, hoje o INCRA somente oferece a clientela para o programa, que é dirigido pelo Ministério da Educação.

d- Saúde e educação

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) é uma parceria do INCRA com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais. Objetiva melhorar os níveis de escolaridade dos trabalhadores assentados, proporcionando educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização. O programa apoia projetos de educação que busquem o desenvolvimento local, capacitando também educadores e coordenadores locais para que atuem nas comunidades (INCRA, 2015). De acordo com informações de Gutemberg (informação verbal)⁷, o INCRA somente fornece a clientela, não se responsabilizando por nenhuma fiscalização ou outro tipo de ação nesse programa.

Segundo o INCRA (2015), a instituição faz parcerias com as prefeituras municipais para a estruturação de Unidades Básicas de Saúde nos assentamentos. Nessas parcerias, o INCRA faz a cessão da área destinada à construção da unidade e o município constrói, equipa e garante o atendimento. A prestação de serviço de agentes comunitários formados através do PRONERA também é de grande valia para que o serviço de saúde necessário seja oferecido nos assentamentos.

No Eixo 2, as atividades desenvolvidas são:

a- Soluções hídricas

O abastecimento de água nas áreas de reforma agrária é outra ação prioritária do INCRA (2015). De acordo com o instituto, é feito um diagnóstico das necessidades e das potencialidades hídricas de todos os assentamentos do estado e realiza obras para levar água

⁶ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

⁷ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

aos assentados. Porém, nas condicionantes do Termo de Ajuste de Conduta-TAC (Diário Oficial nº 31182 de 04/06/2008) firmado entre o INCRA e a SEMA, sob exigência do Ministério Público, há a exigência da recuperação de ARL e APP, os poços artesianos e de aguadas também sejam contemplados, considerando inadequado o atendimento dos assentados com relação ao fornecimento de água potável.

Na região de Conceição do Araguaia (SR27), segundo Gutemberg (informação verbal)⁸, nos assentamentos mais antigos foram feitos poços coletivos. Hoje, os poços somente são perfurados quando contemplados pelo projeto do PRONAF.

b- Relação de beneficiários Minha Casa Minha Vida (MCMV)

De acordo com o INCRA (2015), vemos que os agricultores assentados incluídos na relação de beneficiários têm acesso ao programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) desde 2013. A instituição prioriza a aplicação de recursos de infraestrutura (abastecimento de água e construção de vias de acesso) nos assentamentos contemplados com obras do MCMV. Além disso, os assentados contemplados são enquadrados no chamado Grupo 1, que recebe o maior subsídio do programa, de 96% sobre o valor da casa. As famílias beneficiadas pagam apenas 4% do valor financiado, em quatro parcelas anuais, no valor médio de R\$ 280,00.

Em entrevista, a Sr^a Vânia Maria Carvalhais Marques afirmou que a Caixa Econômica Federal (CEF) ainda não financiou, até a data de hoje, nenhuma casa nos assentamentos de Conceição do Araguaia (informação verbal)⁹. Porém, o Decreto 8.256, de 26.05.2014 regulamenta as normas de execução ou de acesso ao crédito de instalação do INCRA, ficando a liberação de recursos sempre atrelada a um cronograma de atividades numa sequência que se inicia com o “Apoio inicial I”, seguido pelo “Apoio inicial II”, “Fomento” e “Fomento Mulher”. Portanto, segundo a Sr^a Vânia, a presença de financiamentos pelo programa MCMV facilitaria ao assentado a obtenção de novos créditos.

A participação da instituição nesse processo se resume a fornecer a documentação exigida pela CEF para que os clientes acessem o financiamento, não se responsabilizando por nenhuma outra ação como subsídio, nem mesmo fiscalização (informação verbal)¹⁰. O programa é gerido pelo Ministério das Cidades (responsável por estabelecer diretrizes, fixar regras e condições, definir a distribuição de recursos entre as Unidades da Federação, além de

⁸ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia

⁹ Vânia Maria Carvalhais Marques, assistente social, chefe substituta da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia, da Superintendência Regional do Incra – SR27, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2015, em Conceição do Araguaia.

¹⁰ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

acompanhar e avaliar o desempenho do programa) e CEF (instituição financeira responsável pela definição dos critérios e expedição dos atos necessários à operacionalização do programa, bem como pela definição dos critérios técnicos) (CEF, 2015).

c- Soluções de infraestrutura básica (luz, água, moradia)

Os recursos destinados ao INCRA pelo MDA para a estruturação dos assentamentos são aplicados mediante Chamamentos Públicos destinados às prefeituras e entidades da sociedade civil que queiram apresentar projetos. O proponente deve estar cadastrado no Banco de Projeto de Infraestrutura (BPI) e seguir as regras do edital disponível no portal do Incra. Participam dos editais os assentamentos que estejam inseridos no programa Minha Casa Minha Vida Rural, Programa Terra Forte ou estejam em fase de consolidação e titulação (INCRA, 2015).

d- Recuperação de estradas

O INCRA se responsabiliza pela recuperação, complementação e construção de estradas vicinais dentro dos projetos de assentamento. Para isso, são feitos convênios entre as prefeituras e o INCRA, e este somente atua com comissões de fiscalização, aceitando ou não a obra e repassando os recursos após o término.

As prefeituras não se responsabilizam pela manutenção das estradas e devolvem a responsabilidade ao INCRA, já que os assentamentos não são emancipados.

e- Elaboração de anteprojeto de parcelamento

Para fazer a organização espacial do projeto de assentamento e garantir a permanência das famílias na terra, o Incra realiza ou supervisiona a elaboração de um estudo feito juntamente com a comunidade. Denominado Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), este estudo faz um diagnóstico da realidade local e apresenta propostas viáveis para desenvolver todos os aspectos da vida do assentado e da comunidade, orientando o desenvolvimento local.

No PDA é feito o parcelamento do imóvel em lotes, e definidas as áreas comunitárias e de preservação ambiental.

f- Topografia e demarcação das parcelas

Nos casos de assentamentos programados, o INCRA faz o levantamento preliminar de estradas, riachos, açudes, matas, áreas de preservação, etc., existentes dentro do imóvel rural, extrai a área líquida que pode ser utilizada pelas famílias e calcula o tamanho das parcelas. O lote varia de 15 a 23 hectares e sua localização leva em consideração o acesso a estradas e à água para que todos tenham o mesmo direito de uso (INCRA, 2015)

A demarcação dos lotes é definitiva e são colocados os marcos de concretos em cada vértice do imóvel, definidos com aparelhos de alta precisão.

Na Colônia Joncon, o levantamento topográfico inicial está descaracterizado devido à compra, por parte dos colonos, de áreas de outros assentamentos, inclusive áreas tituladas. Além disso, o levantamento foi feito sob normas diferentes das que são utilizadas hoje no programa de regularização fundiária do INCRA, tanto na questão de sistema geodésico utilizado, quanto nas exigências em relação à área de reservas, APPs e nascentes. Isso tem gerado deslocamento de imagens e erros de sobreposição nas propriedades confrontantes, sendo necessário um trabalho de levantamento topográfico dos assentamentos.

O Eixo 3 trata de:

a- Assistência Técnica

O programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e INCRA difere do programa de ATER (assistência técnica e extensão rural convencional) por propor prestar assessoria técnica, social e ambiental às famílias dos Projetos de Assentamento, visando a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural sustentável e solidário. Ele conta com equipes multidisciplinares compostas por profissionais das ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas. As equipes assessoram os assentados na elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Planos de Recuperação do Assentamento (PRA); promovem cursos de capacitação; realização de capacitação para assentados sobre temas relacionados ao desenvolvimento rural; fazem visitas técnicas das diversas especialidades, estimulando o associativismo e a organização do assentamento (MDA, 2015). Nesse programa, no entanto, o INCRA não executa os serviços diretamente. Segundo o INCRA (2015), a operacionalização acontece por meio de uma celebração de convênios entre essa instituição e entidades de personalidade jurídica de direito privado, organizações sem fins lucrativos, integrantes dos movimentos sociais, governos ou prefeituras municipais. Mas cabe ao INCRA, o acompanhamento, monitoramento e fiscalização do Programa.

Com a terceirização dos serviços através de chamada pública, a empresa cumpridora dos requisitos exigidos em edital atenderá às necessidades de acompanhamento técnico, social e ambiental da área contratada, não sendo necessários novos convênios (informação verbal)¹¹.

A Assistência Técnica e Extensão Rural têm papel fundamental para a divulgação do conhecimento, integrando o homem do campo e os centros de pesquisa agropecuários. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2015), o principal objetivo dos serviços de Ater é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

A Lei de Ater nº 12.188/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.215/2010, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). A missão dos serviços de Ater é “Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade”. Ficou então definido que, através de chamada pública, os serviços de assistência técnicas aos assentados serão prestados por empresa terceirizada sob a supervisão do Incra (INCRA, 2015).

b- Proposta conjunta INCRA/CONAB/EMBRAPA

Para a implantação de inovações tecnológicas em busca da sustentabilidade, a parceria entre o INCRA, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a EMBRAPA objetivam a transição agroecológica.

No Lote 8 da Colônia Joncon, a EMBRAPA vem fazendo trabalho de conscientização dos produtores acerca da Produção Integrada do abacaxi, sistema em que as técnicas conservacionistas e o monitoramento de pragas e doenças reduzem o consumo de insumos (fertilizantes e agrotóxicos), além de elevar o teor de matéria orgânica do solo, conservando a umidade e aumentando a vida do solo. O alimento seguro é o objetivo final, numa cultura que tem indicado presença de resíduos químicos nos frutos (ANVISA, 2015).

¹¹ Vânia Maria Carvalhais Marques, assistente social, chefe substituta da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia, da Superintendência Regional do Incra – SR27, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2015, em Conceição do Araguaia.

O Ciclo I é a divisão do Eixo 3 que trata da Aplicação de crédito de instalação: Apoio inicial; Fomento 1; Fomento 2; Fomento Mulher.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, instituído pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.644, de 16/12/2011, é um programa de transferência de renda do Governo Federal gerido pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A Caixa é o agente operador.

De acordo com a CEF (2015), os principais objetivos do programa são:

- Estruturação de atividades produtivas dos beneficiários com vistas à inclusão produtiva e promoção da segurança alimentar;
- Contribuição para o incremento da renda dos beneficiários, a partir da geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadas;
- Estimulação de atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas;
- Promoção de ações complementares e articuladas com entidades para fortalecimento da autonomia dos beneficiários, especialmente o acompanhamento técnico e social, o acesso aos mercados e a disponibilização de infraestrutura hídrica voltada à produção;
- Estimulação do dinamismo dos territórios rurais, por meio de orientação às famílias.

Inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, os candidatos devem desenvolver atividades de agricultura familiar, silvicultura, aquicultura extrativismo ou pesca (Lei nº 11.326, de 24/07/2006), apresentar projeto de estruturação da unidade produtiva familiar e assinar um termo de adesão fornecido pelo MDA. O benefício é liberado mediante laudos de acompanhamento positivos feitos pela equipe de assistência técnica (CEF, 2015).

O Ciclo II é a divisão do Eixo 3 que trata da Inclusão Produtiva: Microcrédito, financiando atividades agropecuárias e não agropecuárias para agricultores de mais baixa renda, enquadrados no Grupo B e A ou A/C.

No Ciclo III, também uma divisão do Eixo 3, é tratada a Estruturação Produtiva: Mais alimentos para a reforma agrária.

Para garantir a permanência das famílias na terra e melhorar a qualidade de vida nos assentamentos, o INCRA incentiva a produção diversificada pela agroindustrialização e comercialização.

O Terra Sol é um programa de fomento à agroindustrialização e à comercialização, com a elaboração de planos de negócios, pesquisa de mercado, consultorias e capacitação em viabilidade econômica. Ele visa capacitar e acompanhar a gestão em casos de implantação, recuperação ou ampliação de agroindústrias. Os recursos também atendem atividades não agrícolas, como turismo rural, artesanato e agroecologia (INCRA, 2015). É um programa que atualmente é analisado somente na Superintendência do INCRA, não havendo a implantação de nenhum projeto na região de Conceição do Araguaia.

O Terra Forte é um programa de incentivo à agroindústria que financia a implantação, modernização de empreendimentos coletivos em áreas de assentamento. Também é analisado somente na Superintendência do INCRA, não havendo a implantação de nenhuma disponibilização de recursos para o município de Conceição do Araguaia.

No Eixo 4 é tratado:

a- Regularização Fundiária

Após realizado o sorteio que destina o lote a cada família, o beneficiário da reforma agrária assina o Contrato de Concessão de Uso (CCU), que transfere para ele o imóvel em caráter provisório, lhe garante o direito de morar e explorar a parcela por tempo indeterminado, além de fornecer acesso aos créditos disponibilizados pelo INCRA e a outros programas do governo federal.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso. Esse documento transfere o imóvel ao beneficiário de forma definitiva e deverá ser pago em 20 (vinte) parcelas anuais, com valor definido pela indenização paga pela União na aquisição da gleba.

No município de Conceição do Araguaia, a maioria das ocupações é espontânea, com exceção da Colônia Bradesco, que foi um assentamento dirigido. Nele foi demarcada a área de Reserva Legal Coletiva e criado um pelotão ambiental na reserva. No que se refere à demarcação dos lotes, as áreas de Preservação Permanente foram consideradas.

A Colônia Joncon se originou de ocupação espontânea de áreas onde eram desenvolvidos projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e PROTERRA, que foram abandonados por falta de recursos. Por isso, não existe reserva coletiva e praticamente não existe ARL definida, nem Cadastro Ambiental Rural – CAR. Nesse local

foi feito, nos anos 80, um projeto pela FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, em parceria com a UNB, onde foi feito o zoneamento de toda a área para a utilização de culturas anuais, com estudo do solo e análise de viabilidade. Porém, o projeto não saiu do papel (informação verbal)¹².

Na gestão de Guttemberg Alves dos Reis, em Conceição do Araguaia, o INCRA estruturou um conselho para administrar o assentamento da Joncon. Novamente (após o projeto UNB/FAO), foi feito projeto de utilização de culturas anuais e utilização de patrulhas mecanizadas. Nesse período foram recuperados 1.200 ha de área plantada, sendo que cinco patrulhas mecanizadas atendiam o assentamento e ainda podiam ser alugadas para outros locais. Com o fim do conselho, por mudança de gestão, o maquinário ficou sob a gestão da associação, e em pouco tempo estava sucateada. Nesse período foram também instalados no assentamento alguns Sistemas Agro-florestais (SAFS), alguns ainda ativos até os dias de hoje.

Devido à falta de definição de áreas de reservas nos assentamentos, o INCRA foi chamado a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), com o compromisso de apresentar, em 5 anos, a partir de 27 de maio de 2008, um projeto de recuperação de áreas de impedimento legal, o que corresponde a 1 milhão de hectares, somente no município de Conceição do Araguaia, e 80.000 famílias em todo o Estado do Pará. Esse prazo se esgotou em 2013, e o fato de os problemas ambientais não terem sido solucionados é impeditivo legal para que outros assentamentos sejam abertos (informação verbal)¹³.

Conforme o Estatuto da Terra (LEI 4.504/1964, -lei ordinária- de 30/11/1964), os assentamentos não podem ser “emancipados” sem que possuam os requisitos citados pela Norma de Execução do Incra, nº 9, de 06 de abril de 2001 para consolidação: esteja concluída a medição topográfica; tenha recebido os recursos de apoio à instalação na forma de créditos para aquisição de material de construção; tenha infraestrutura básica de interesse coletivo, como vias de acesso, água, energia elétrica; outorga de título de domínio a pelo menos 50% dos beneficiários (INCRA,2015).

Inicialmente, o projeto do INCRA era concentrar os recursos para emancipar os assentamentos mais antigos. Porém, por correntes ideológicas gestoras que não concebem o fato da posse da terra e adotam a permanência da assistência financeira governamental, essa

¹² Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

¹³ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

meta foi abandonada e os assentados têm sido orientados a não aceitarem os títulos (informação verbal)¹⁴.

Como o título só é gratuito no caso dos assentamentos em terra da União, o seu valor para terras indenizadas também tem sido um problema. No momento de pegar o título, o assentado deve negociar com o INCRA o pagamento do mesmo, o que tem sido recusado devido aos valores, considerados por eles como inviáveis. Como resultado, os assentamentos não chegam à fase de emancipação, tornando-os permanentemente dependentes da assistência da União (informação verbal)¹⁵.

A presença de “não clientes de reforma agrária” (expressão comumente utilizada no INCRA) se deve à venda de glebas não tituladas e também impede a emancipação das áreas de assentamento. Aproximadamente 11.000 lotes, em Conceição do Araguaia, estão em mãos de “não clientes de reforma agrária”, e o levantamento conclui que não são necessárias novas desapropriações, mas sim a retomada das áreas repassadas a terceiros.

Técnicos da UNB, em visita para elaboração de pesquisas no assentamento, concluíram que a causa do alto índice de “não clientes” nas áreas de reforma agrária é a falta de aptidão agrícola dos assentados, que utilizam a terra como moeda de troca e voltam para as áreas urbanas (informação verbal)¹⁶. Esse problema foi reduzido com as atuais normas de seleção de assentados. No SIPRA (Sistema Informatizado dos Projetos de Reforma Agrária), um CPF já cadastrado é rejeitado para novos. Porém, segundo Gutemberg (informação verbal)¹⁷, são comuns os casos de candidato à área se apresentar como “representante do filho ou filha”, como justificativa de já ter CPF cadastrado em outro assentamento.

Devido a todos estes fatores, em 2003, o programa de consolidação e emancipação dos assentamentos pelo INCRA foi abandonado (informação verbal)¹⁸.

b- Regularização Ambiental

O Plano de Ação Ambiental do Incra, definido pela Resolução nº 458/2013 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), estabelece diretrizes para o licenciamento

¹⁴ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

¹⁵ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

¹⁶ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

¹⁷ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

¹⁸ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

ambiental de projetos de assentamento, buscando o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos assentados.

O Cadastro Ambiental Rural (CAR), documento exigido para a comercialização da produção agropecuária, faz parte dos serviços exigidos da empresa de assistência técnica contratada em chamada pública. Porém, até o momento, não foi feito nenhum CAR na região do PA JONCON (SEMA, 2015).

Além da legislação vigente, o INCRA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criaram os seguintes instrumentos para a proteção do meio ambiente (INCRA, 2015):

- Portaria MEPF nº 88/99, que direciona as obtenções de terras incidentes nos ecossistemas Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Pantanal e demais áreas ambientalmente protegidas para áreas já antropizadas;
- Portaria Incra nº 477/99, alterada pela Portaria nº 1038/02, que aprova a criação dos Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS);
- Portaria Incra nº 627/87, que cria a modalidade de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE);
- Portaria Incra nº 1141/03, que cria a modalidade de Projeto de Assentamento Florestal (PAF);
- Portaria Interministerial MDA/MMA nº 13/02, que reconhece as Resex como beneficiárias do PNRA;
- Norma de Execução nº 39/2004, que estabelece critérios e procedimentos ao serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.
- Normas de Execução nº 43 e nº 44/2005, que estabelecem critérios, procedimentos e valores referentes à implantação de projetos de recuperação e conservação de recursos naturais em áreas de assentamento da reforma agrária.

Um cronograma de atuação do INCRA, desenvolvido em cada superintendência regional, define as ações a serem desenvolvidas e cumpridas nos três anos seguintes à implantação de cada projeto de assentamento (Quadro 1).

Quadro 1: Cronograma de implantação das ações nos projetos de assentamento (3 anos). Prazos fixados pelas portarias MDA/INCRA nº6 e 7/2013 e 83/2014

Área	Ação	Prazo (dias)	I Ano												II Ano												III Ano											
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Eixo 1: Políticas Sociais																																						
T	CADÚnico	30																																				
T	Homologação de Famílias e publicação de /relação de Beneficiários (RB)	30																																				
D	Cursos de qualificação do PRONATEC	120																																				
D	Saúde e Educação	15																																				
Eixo 2: Infraestrutura																																						
T	Soluções Hídricas	30																																				
D	Relação de Beneficiários Minha Casa Minha Vida	365																																				
D	Solução de Infraestrutura Básica(luz, água, moradia)	365																																				
D	Recuperação de Estradas	365																																				
D/T	Elaboração de anteprojeto de parcelamento	90																																				
D	Topografia e Demarcação das Parcelas	545																																				
Eixo 3: Apoio à Produção																																						
D	ATER	120																																				
D	Proposta conjunta INCRA/CONAB/EMBRAPA	90																																				
<i>Ciclo I: Aplicação do Crédito de Instalação</i>																																						
D	Apoio Inicial	180																																				
D	Fomento I	365																																				
D	Fomento II	365																																				
D	Fomento Mulher	365																																				
<i>Ciclo II: Inclusão Produtiva</i>																																						
D/Ag . Fin	Microcrédito	365																																				
<i>Ciclo III: Estrutura Produtiva</i>																																						
D/Ag . Fin	Mais Alimentos para a Reforma Agrária	545																																				
Eixo 4: Regularização Fundiária e Ambiental																																						
D	CCU	30																																				
T	Cadastro Ambiental Rural SICAR	30																																				

Fonte: INCRA, escritório de Conceição do Araguaia-PA, 2014

5.3 AGENTES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS ESTADUAIS

Nesta seção são caracterizadas a SEDAP, a ADEPARA e a EMATER como sendo as instituições estaduais responsáveis pela aplicação direta de políticas públicas ligadas à agricultura familiar.

5.3.1 Secretaria Estadual do Desenvolvimento Agropecuário e Pesca – SEDAP

A Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI, criada pela Lei Estadual nº 699, de 16/11/1953 e reestruturada pela Lei Estadual nº 6.674, de 02/08/2004, foi novamente reestruturada recentemente pelo projeto de Lei Nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015, passando a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca (SEDAP), quando houve uma redução drástica de funções e gerências. É um órgão da administração direta do Estado vinculado à Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção – SEDAP (informação verbal)¹⁹.

Compete à SEDAP a formulação e a gestão da política agrícola estadual, funções que são realizadas com a colaboração de diversos órgãos colegiados, que congregam representação institucional do setor agropecuário, em suas esferas pública e privada (SEDAP, 2015).

Com a missão de promover o desenvolvimento rural sustentável, a Secretaria possui Unidades Descentralizadas, localizadas em municípios polos do Estado que fazem parceria com instituições representativas de produtores e trabalhadores rurais, instituições públicas e ONGs, e desenvolvem ações de fomento para o desenvolvimento do agronegócio. As unidades do Interior são os Núcleos Regionais, em número de 10: Marabá, Redenção, Santarém, Abaetetuba, Soure, Itaituba, Paragominas, Castanhal, Capanema e Itaituba. Algumas dessas regionais possuem ainda as Unidades de Apoio Agropecuário (UAGRO) vinculadas: Uagros de Terra Alta, Curuperê e Ananindeua (Castanhal), Uagros de Soure e Salvaterra (Soure), Santa Rosa (Santarém), Capitão Poço (Capanema), Itupiranga (Marabá), Unidade Regional de Altamira (Uagro Altamira). Essas unidades viabilizam alguns projetos específicos de produção de mudas, germoplasma vegetal, pequenos animais, produção de alevinos e pós larvas de camarão, e flores.

As funções atribuídas à SEDAP são:

- I - Formular, planejar e coordenar as políticas e diretrizes para o desenvolvimento sustentável das atividades da agricultura, da pecuária, da pesca e da produção aquícola do Estado;
- II - Apoiar a formação, o fortalecimento e a consolidação das cadeias produtivas de origem vegetal e animal;
- III - Apoiar o fortalecimento e a modernização da produção familiar na agropecuária e na pesca;
- IV - Promover a articulação com os Municípios visando à municipalização das ações voltadas para o desenvolvimento agropecuário e pesqueiro;

¹⁹ Geraldo Tavares, diretor de Fruticultura da SEDAP, em entrevista à autora. 05.02.2015

- V - Estimular estudos, levantamentos e programas de pesquisa e de geração de novas tecnologias visando o desenvolvimento agrícola, pecuário, pesqueiro e aquícola no Estado;
- VI - Coordenar e acompanhar a elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do setor pesqueiro e aquícola no Estado;
- VII - Formular normas técnicas e os padrões de proteção, conservação e preservação das cadeias produtivas da atividade agrícola, da pecuária, de pesca e aquicultura, observadas a legislação pertinente;
- VIII - Promover a integração interinstitucional na execução da política agropecuária, pesqueira e aquícola. (SEDAP, 2015).

A SEDAP oferece o serviço de emissão de carteira do produtor rural, credenciamento de empresas de assistência técnica e distribuição de sementes e mudas, e desenvolve projetos como: “Flor de Maria”, iniciado em 29/08/2013; Programa estadual de Qualidade do Açaí – PEQA, iniciado em 18/07/2013; “Funcacau”, iniciado em 20/05/2013; “Florestas Plantadas”, iniciado em 05/12/2012; Projeto Sabor do Pará, iniciado em 23/10/2012; “Pró-Genética Pará”, iniciado em 03/10/2012,, Revitalização da Heveicultura no Estado do Pará, iniciado em 29/08/2012; Programa de Desenvolvimento da Cacaicultura; Agricultura Familiar, iniciando em 09/08/2012; Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária, iniciando em 09/08/2012; Agricultura de Baixo Carbono, iniciado em 07/08/2012; Pecuária Verde, desde 09/08/2012; Frutal e Flor Pará, início em 09/04/2012; Caravana da Produção Agropecuária, iniciando em 02/10/2012 (SEDAP, 2015).

Existem diversos projetos com recursos do MDA que são desenvolvidos pela SEDAP e que são decididos nos chamados Territórios da Cidadania. Nesse caso, não são projetos específicos para o abacaxi, mas que de certa forma apoiam a cadeia, como o de aquisição de equipamentos e máquinas para agroindústrias de cooperativas de produtores rurais.

Em 2013/2014, a antiga SAGRI destinou recurso à região do sudeste paraense como apoio a Feiras (Festival do Abacaxi, Feiras agropecuárias de Marabá, Redenção, Conceição do Araguaia e outros municípios) e a projetos mais específicos como o que foi desenvolvido para a Produção Integrada de Abacaxi em Floresta do Araguaia. Projetos específicos como a construção de viveiros ou multiplicação de germoplasma de abacaxi estão em curso em Floresta do Araguaia. Em Conceição do Araguaia, mesmo sem a participação da regional de Redenção, a SEDAP desenvolveu, no ano de 2014, trabalho de divulgação da produção integrada de abacaxi, com palestras e dias de campo, em parceria com o IFPA e EMBRAPA. O mesmo trabalho foi realizado pela instituição nos anos de 2010 a 2012, em Floresta do Araguaia, o que contribuiu para o fortalecimento da atividade e qualificação da produção. Em 2014, a instituição fez também, a distribuição 3000 mudas de bananeira produzidas *in vitro*, das variedades

Conquista e Pacovan Ken, em Conceição do Araguaia, com a intenção de promover a diversificação das fontes de renda para os pequenos produtores (informação verbal)²⁰.

A SEDAP cedeu dezenas de patrulhas mecanizadas às associações e prefeituras paraenses, com o objetivo de apoio às comunidades (informação verbal)²¹. Especificamente à Associação de produtores de Abacaxi do Lote 8 foram cedidos trator e grade aradora para preparo de solo das lavouras de abacaxi.

A principal dificuldade enfrentada pelo órgão para a efetivação das políticas públicas é a descontinuidade de projetos pela redução de orçamentos anuais que haviam sido previamente autorizados. Outro problema é a falta de conhecimento da realidade do setor – especificamente de algumas cadeias pelo Governo do Estado, não priorizando Arranjos Produtivos Locais (APLS) importantes e que geram renda e emprego, como é o caso da cadeia do abacaxi. A restrição orçamentária imposta, muitas vezes, pelo Governo Federal, atrasa o repasse ao Estado, enquanto ocorre a desoneração de taxas para produtos que são exportados como o minério, sem que haja uma compensação à unidade da federação (informação verbal)²².

5.3.2 Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Pará - ADEPARA

A Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARA) trabalha na Defesa e controle de pragas e doenças na abacaxicultura paraense para evitar prejuízos econômicos, através do Programa Fitossanitário da Cultura do Abacaxi.

As competências da instituição são:

- I. Planejar, coordenar, normatizar, fiscalizar e executar a política de Saúde Animal e Vegetal, e de defesa sanitária;
- II. Proceder ao controle de qualidade, de classificação, de inspeção, de padronização e do armazenamento de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal;
- III. Desenvolver atividades por delegação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – M.A.P.A. e/ou pela Secretaria Executiva de Estado de Agricultura – SAGRI;
- IV. Propor e executar os programas de promoção e proteção da saúde animal e vegetal, e da educação sanitária, cumprindo e fazendo cumprir o que dispõe a legislação Federal e Estadual, no que concerne as atividades que compõe seus objetivos;
- V. Estabelecer medidas de prevenção e monitoramento sobre as ocorrências zoofitossanitárias no território paraense;
- VI. Exercer as atividades de vigilância epidemiológica para o diagnóstico precoce de doenças e pragas;

²⁰ Geraldo Tavares, em entrevista concedida à autora, em 05.02.2015.

²¹ Geraldo Tavares, em entrevista concedida à autora, em 05.02.2015.

²² Geraldo Tavares, em entrevista concedida à autora, em 05.02.2015.

- VII. Elaborar e propor normas legais para assegurar a saúde dos animais e vegetais e a qualidade sanitária dos produtos e subprodutos de origem agropecuária. (ADEPARA, 2015).

As atividades da instituição são distribuídas pelos seguintes setores: Educação Sanitária (estimular a mudança de hábitos dos agropecuaristas, buscando a sustentabilidade), Defesa Animal (controlar a condição sanitária animal, evitar a introdução e a disseminação de doenças), Inspeção Animal (fiscalizar os produtos de origem animal), Defesa Vegetal (fiscalização para minimizar os riscos de introdução e disseminação de pragas exóticas de risco potencial para a agricultura estadual), Inspeção Vegetal (fiscalização do comércio de sementes e mudas).

A Defesa Sanitária Vegetal, com ações de combate, controle e erradicação de pragas, é responsável por assegurar a sanidade dos vegetais no momento da comercialização. Entre os principais programas de defesa vegetal está o de prevenção e controle de pragas do abacaxi (ADEPARA, 2015)

A fiscalização do comércio, da manipulação, do uso de agrotóxicos e afins e da devolução e destinação final correta das embalagens vazias também são funções da “Defesa Vegetal”, assim como a fiscalização do comércio de sementes e mudas e a inspeção fitossanitária em viveiros de mudas.

Os projetos atualmente ativos na instituição são: Projeto Educando nos Parques; Erradicação da Mosca da Carambola; Prevenção e Monitoramento da Monilíase do Cacau e Broca do Cupuaçu; Brasil Livre de Febre Aftosa; Alimentos Seguros e Saudáveis; Uso Correto de Agrotóxicos; Projeto ADEPARA na Escola.

A Gerência de Programas de Pragas de Importância Econômica é parte da “Defesa Vegetal” que trabalha atualmente programas fitossanitários da cultura da soja, abacaxi, cacau e cupuaçu, diante da importância econômica que essas culturas têm (ADEPARA, 2015).

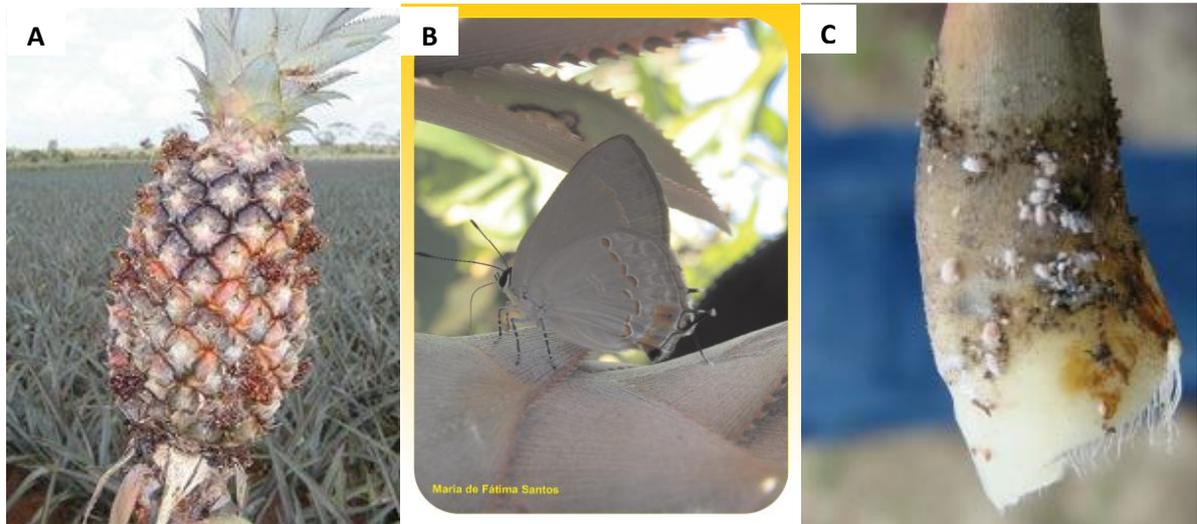
O Programa Fitossanitário da Cultura do Abacaxi tem como objetivo geral o levantamento de ocorrência de pragas, visando o desenvolvimento de estratégias para prevenção e controle. Os objetivos específicos do programa são:

- I. Mapeamento e reconhecimento das áreas de produção, Georreferenciamento das propriedades/plantios;
- II. Mapeamento da ocorrência de pragas;
- III. Elaborar estratégias para informar e sensibilizar os produtores quanto á fitossanidade da cultura;
- IV. Elaborar, implementar e padronizar ações estratégicas de fiscalizações em barreiras fitossanitárias para inibir o trânsito de mudas infectadas;
- V. Capacitar corpo Técnico e profissional da ADEPARÁ que dão suporte ao Programa, além dos produtores rurais sobre as formas de controle de pragas;
- VI. Auxiliar na implantação, em parceria com a Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Mandioca e Fruticultura, SAGRI e EMATER, a Produção Integrada do Abacaxi nos

principais municípios produtores, visando a obtenção do selo de qualidade, agregando valor ao produto final melhorando a renda do produtor (ADEPARA, 2015).

De acordo com o Relatório Técnico da ADEPARA, 2014 (Anexo 1), esses objetivos visam atingir a meta regional que é o controle das pragas alvo (*Fusarium moniliforme* var. *subglutinans* – agente causal da Fusariose; *Strymonmegarus* sp. – broca do fruto; *Dysmicoccus brevipes* – cochonilha transmissora de vírus da murcha; *Solenopsis invicta* - formiga de fogo que transporta a conhonilha) (Figura 6 a, b e c). Segundo a engenheira agrônoma Marluce, esta meta também é adotada por todos os municípios paraenses produtores da fruta (informação verbal)²³ (Gráficos 1, 2, 3).

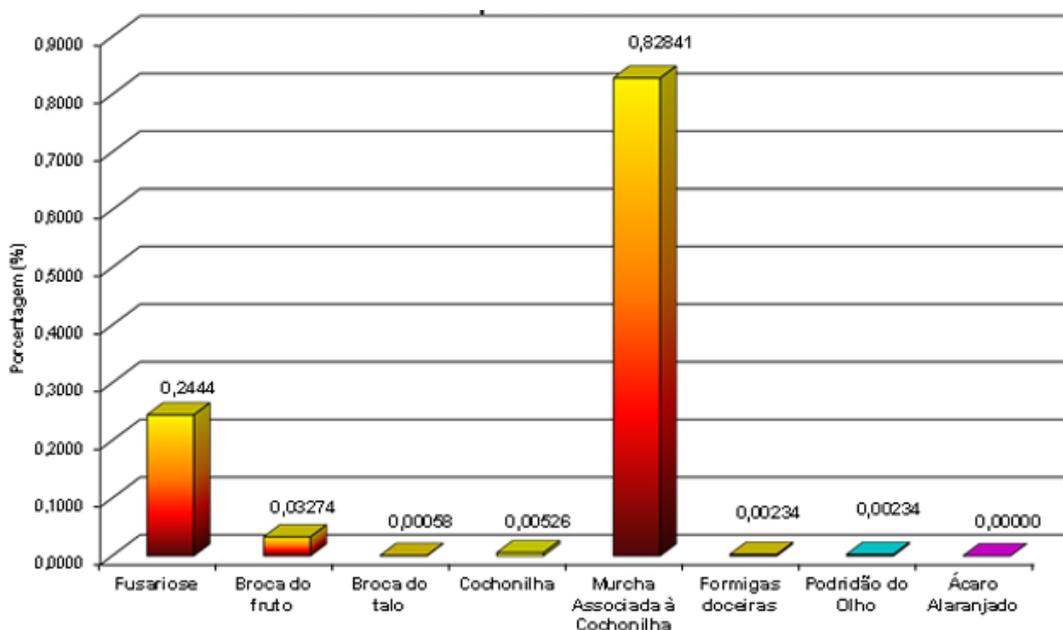
Figura 6: A- Fusariose (*Fusarium moniliforme* var. *subglutinans*); B- Broca do fruto (*Strymonmegarus* sp); C – Cochonilha (*Dysmicoccus brevipes*)



Fonte: ADEPARA, Conceição do Araguaia

²³ Marluce Bronze, engenheira agrônoma do Escritório Regional da ADEPARÁ, em entrevista concedida à autora, em 06/02/2015.

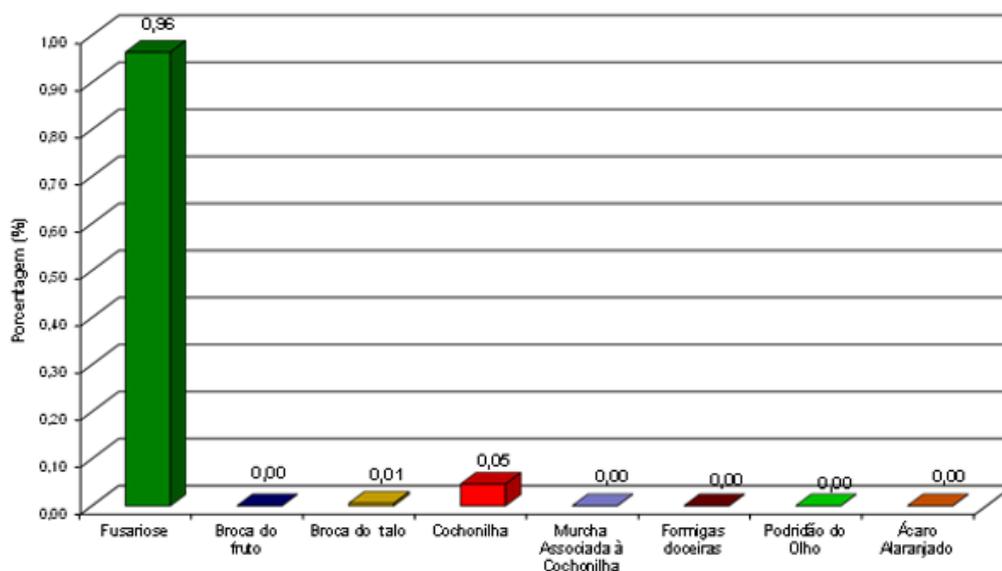
Gráfico 1: Variação Percentual da Suspeita da incidência de Pragas do Abacaxi e de Formigas Doceiras em Propriedades no Estado do Pará



Obs.: Dados relativos a um total de 261 propriedades.

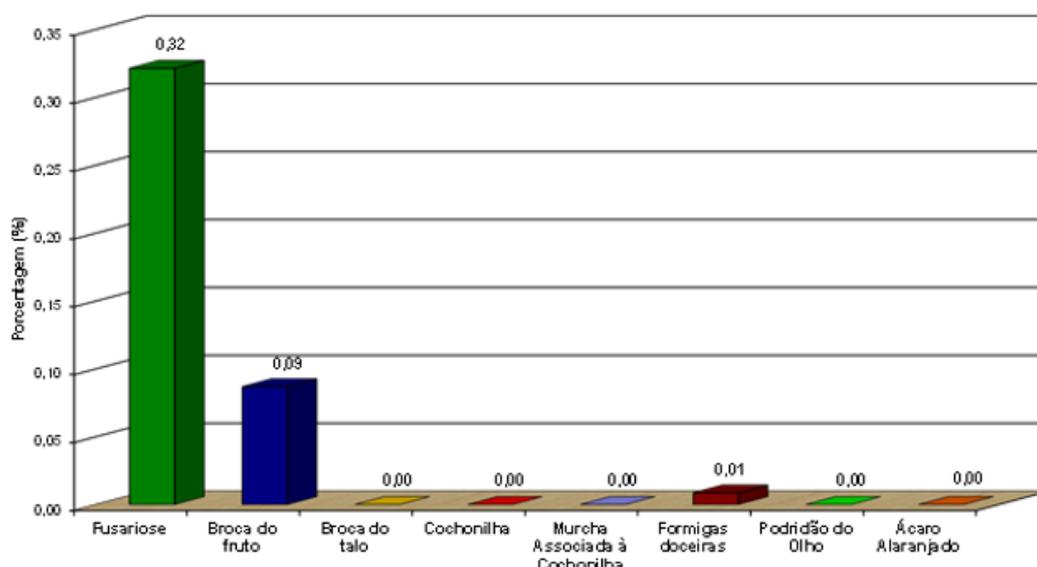
Fonte : Relatório Técnico da ADEPARA, 2014

Gráfico 2: Variação Percentual da Suspeita da incidência de Pragas do Abacaxi em Propriedades do Município de Conceição do Araguaia em 2014 (levantamento feito em 175 propriedades)



Fonte : Relatório Técnico da ADEPARA, 2014

Gráfico 3: Variação Percentual da Suspeita da incidência de Pragas do Abacaxi em Propriedades do Município de Floresta do Araguaia em 2014 (levantamento feito em 175 propriedades)



Fonte : Relatório Técnico da ADEPARA, 2014

As ações desenvolvidas pela instituição se baseiam em inspeções fitossanitárias para levantamento da ocorrência de fusariose, murcha associada cochonilha e broca do Abacaxi; orientação ao produtor quanto ao controle e prevenção de pragas; marcação de pontos georreferenciados de cultivos de abacaxi em municípios do estado do Pará; coleta e envio de amostras de vegetais, suspeitas de pragas; atendimento a suspeitas de ocorrência de pragas; divulgação de métodos legislativos (medidas fitossanitárias obrigatórias), concentrando suas atividades em áreas de agricultura familiar (Tabela 7).

Tabela 7 – Relatório de Atuação ADEPARA, 2014 – Programa Fitossanitário da Cultura do abacaxi no Estado do Pará.

INDICADOR	ATENDIMENTOS
Nº de municípios assistidos	7
Nº de propriedades assistidas	263
Nº de inspeções	271
Nº de propriedades com agricultura familiar	263

Fonte: ADEPARA, 2014

A ADEPARA fiscaliza os cultivos de abacaxi com base na Legislação Federal; instrução normativa nº 43, de 17 de setembro de 2013, que normatiza a Propagação de abacaxizeiro; a Legislação Estadual, Portaria nº 2293/2013 – ADEPARA número de publicação: 542477, que regula o controle da Broca-do-fruto; a Portaria nº 2294/2013 –

ADEPARA número de publicação: 542593, que normatiza o controle da Fusariose; e a Portaria nº 2295/2013 – ADEPARA número de publicação: 542606, sobre o controle da Murcha associada à cochonilha. De acordo com a estrutura do escritório local e da frequência de ocorrência de pragas e doenças, alguns municípios são eleitos para passar por inspeções do PROGRAMA FITOSSANITÁRIO DO Abacaxi, quando é feito o monitoramento desses ataques (ANEXO 5)

A ADEPARA possui 07 gerências e 13 municípios envolvidos:

- Gerência de **Soure**: Cachoeira do Arari e Salvaterra;
- Gerência de **Xinguara**: Floresta do Araguaia e Rio Maria
- Gerência de **Santarém**: Mojuí dos Campos
- Gerência de **Redenção**: Conceição do Araguaia e Redenção;
- Gerência de **Castanhal**: Santo Antônio do Tauá, Castanhal, Vigia
- Gerência de **Capanema**: Nova Timboteua;
- Gerência de **Abaetetuba**: Abaetetuba, Concordia do Pará;

O produtor é instruído a procurar a ADEPARÁ do seu município, ou o escritório mais próximo, para fazer o cadastro de abacaxicultor, e atualizá-lo anualmente.

Os dados coletados mensalmente pela equipe técnica a campo, durante a inspeção das propriedades, são inseridos no Sistema de Integração Agropecuária (SIAPEC), software que automatiza as informações de todas as gerências da instituição. O SIAPEC, hoje, conta com 1.061 propriedades cadastradas, com aproximadamente 3.540 hectares de área plantada, com a seguinte distribuição: Município de Conceição do Araguaia, com 221 propriedades e 588,398 hectares plantados; Floresta do Araguaia, com 589 propriedades e 2.675 hectares plantados; Rio Maria, com 18 propriedades e 74 hectares plantados; Mojuí dos Campos, com 171 propriedades e 171,11 hectares plantados; Cachoeira do Arari, com 62 propriedades e 31 hectares plantados.

O escritório local da ADEPARÁ passa por dificuldades estruturais devido ao quantitativo insuficiente de pessoal (a Defesa Vegetal possui somente um agrônomo responsável para cobrir todo o município) e falta de veículo (por problemas mecânicos ou de falta de combustível)

5.3.3 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PARÁ) é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP) e tem como missão contribuir com soluções para a agricultura familiar com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa baseadas nos princípios éticos e agroecológicos.

Os objetivos propostos pela EMATER-PARÁ são:

- I - Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado de Agricultura, com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na formulação e execução das Políticas de ATER do Estado do Pará;
- II - Planejar coordenar e executar programas de ATER, visando a difusão de conhecimentos da natureza técnica, econômica, e social, para o aumento da produção e da produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Pará, de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal;
- III - Desenvolver pesquisas e lavras de jazidas minerais, diretamente ou em cooperação com instituições próprias, referente à mineração e outras modalidades compreendidas na área de coordenação da Secretaria Especial de Estado de Produção;
- IV - Pesquisar, produzir e comercializar organismos aquáticos e materiais botânicos;
- V - Desenvolver tecnologias alternativas através da aplicação e experimentação (EMATER, 2015).

A cidade de Conceição do Araguaia sedia o escritório regional da EMATER, responsável pelo atendimento a quinze municípios do sul do Estado (ANEXO 6).

Mesmo com ampla área de atuação, o Escritório Local da EMATER de Conceição do Araguaia tem na cultura do abacaxi um dos principais focos de atuação. Por ser predominantemente cultivada em pequenas propriedades, onde se emprega mão de obra familiar e, na maioria das vezes, recursos próprios para implantação e manutenção, grande parte das lavouras do município apresenta pequena produtividade, com emprego de baixo nível tecnológico (adubações; controle de plantas daninhas, doenças e pragas; déficit hídrico, etc.). A elevação dos custos dos insumos e, sobretudo, as exigências crescentes dos mercados em relação à qualidade dos frutos têm determinado a necessidade de melhorias nas técnicas de cultivo e do manejo dos frutos na colheita e pós-colheita. Além disso, tem sido observado o aumento de perdas causadas pela doença fusariose e pela praga broca dos frutos, assim como uma crescente degradação dos solos e dos demais recursos naturais, demandando a adoção de um conjunto de medidas de controle da referida doença e praga, e de práticas de conservação da vegetação natural e dos solos cultivados com abacaxi (informação verbal)²⁴.

²⁴ Eng.º agrônomo Luiz Flávio Cavalcanti do Escritório Local da EMATER, em Conceição do Araguaia, em entrevista concedida à autora. Conceição do Araguaia, 05.03.2015.

Dentro da cultura do abacaxi, a EMATER tem o objetivo de repassar aos produtores do município tecnologias disponíveis a cultura do abacaxi, a fim de incrementar a produtividade nos empreendimentos assistidos, tendo como centro o desenvolvimento da agricultura familiar. Visa melhorar a qualidade de vida dos (as) agricultores (as) assentados (as), aproveitando suas potencialidades e agregando novos valores socioeconômicos e ambientais que contribuam para a organização e bem-estar social. Por fim, visa a geração de emprego e renda, fortalecendo a agricultura familiar.

Os objetivos específicos da EMATER são:

- I. Repassar as tecnologias desenvolvidas nos centros de pesquisa, aos nossos produtores assistidos, visando aumento de produtividade em seus empreendimentos;
- II. Orientar as famílias sobre planejamento e administração rural visando ações produtivas para melhor aproveitamento dos recursos existentes na propriedade, procurando diversificar ao máximo as atividades a serem desenvolvidas no imóvel rural;
- III. Orientar as famílias a respeito do crédito rural e endividamento agropecuário;
- IV. Orientar as famílias a respeito de como aumentar a produtividade na cultura do abacaxi;
- V. Orientar as famílias a respeito da importância da preservação da natureza, assim como as leis que devem ser seguidas;
- VI. Contribuir para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção;
- VII. Estimular a produção de alimentos;
- VIII. Orientar as famílias a respeito de mercado e comercialização, antes de implantarem qualquer atividade em suas propriedades;
- IX. Apoiar e assessorar os agricultores familiares e suas organizações para construção e adaptação de tecnologias de produção adotadas.
- X. Orientar os agricultores familiares sobre a importância de práticas agroecológicas no manejo da cultura;
- XI. Incentivar a verticalização da produção através do associativismo. (Análise documental: Anexo 8).

As ferramentas utilizadas pela empresa para o trabalho de assistência técnica são contatos, visitas, demonstração de métodos, reuniões, palestras, elaboração de propostas de crédito junto aos agentes financeiros, sempre com o intuito de incentivar e acompanhar lavouras de abacaxi e difundir o emprego de tecnologias disponíveis (Quadro 2).

Quadro 2: Ações desenvolvidas pelo Escritório Local da EMATER de Conceição do Araguaia no ano de 2013, ligadas à área agrícola

Mês	Nº famílias assistidas			Municípios verdes					
	Cadeia vegetal	Organização produtiva	Reforma agrária	Nº famílias assistidas	CAR emitido	Vistoria	DAP	Projeto elaborado do BB	Projeto elaborado BASA
Jan	70	40	50		17				
Fev	91	113	102						
Mar	75	85	88						
Abr	23	104	53	56	1	58	12	1	11
Mai	49	68	94	2	4	33	25	12	16
Jun	40	61	50	3	5	65	13	9	1
Jul	47	43	21	24	3	25	7	6	2
Ago	82	179	69			11	14	10	5
Set	144	358	164	1	1	25	8	6	1
Out	139	312	173	4					
Nov	268	330	214	3					
Dez	170	64	136	2					

Fonte: ESLOC Conceição do Araguaia

De acordo com relatório interno da EMATER, nos anos de 2013 e 2014, as localidades assistidas pela empresa fora de áreas de reforma agrária, em Conceição do Araguaia foram: Lajedo do Cadena, Volta Nova, Santa Helena, Campos Altos, Pequizeiro/olho d'água, Palmerinha, Aroeira, Bacabal, Pedreira. Os assentamentos assistidos pela EMATER ESLOC Conceição do Araguaia-PA nesse mesmo período foram: Gleba Arraias, PA-Santa Cruz, PA-Joncon, PA-Pecosa, PA-Canarana, PA-Currul de Pedras, PA-Novo Araguaia, PA-Lontras, onde foram desenvolvidos diversos subprojetos como ações do escritório (Quadro 3).

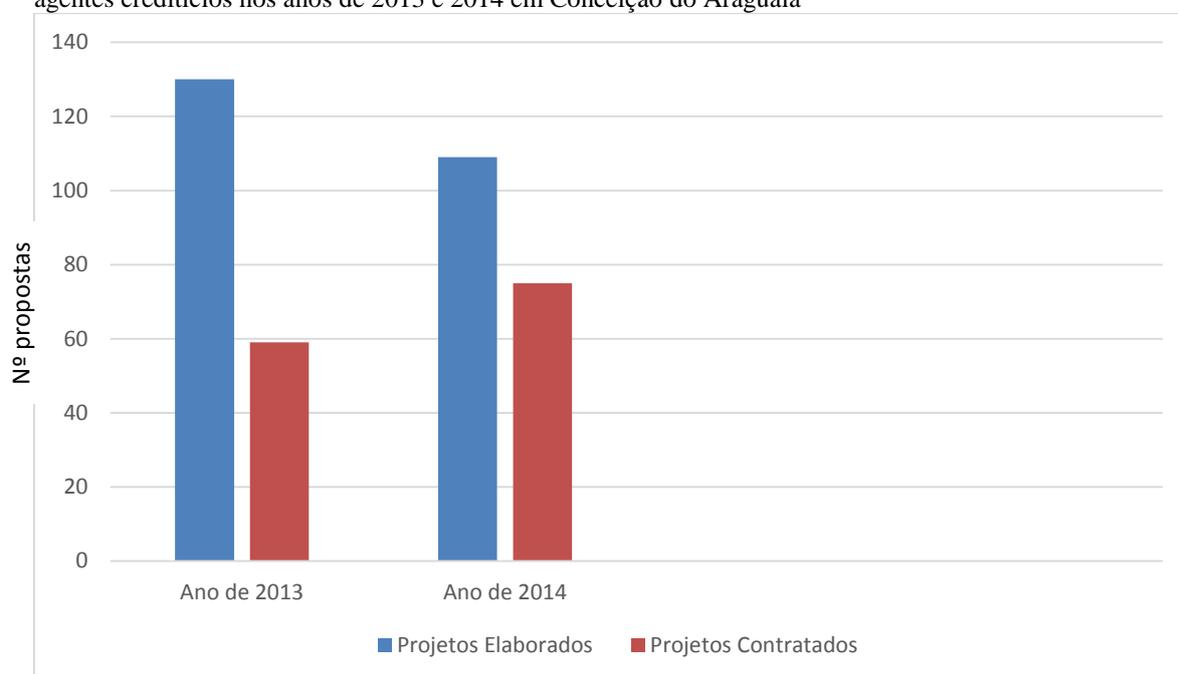
Quadro 3: Ações desenvolvidas pelo Escritório Local da EMATER de Conceição do Araguaia no ano de 2014, ligadas à área agrícola

Subprojeto	Unid.Familiar assistida	Atendimentos
Desenvolvimento da cadeia produtiva de fruticultura e olericultura	423	323
Fortalecimento do processo produtivo das culturas alimentares: arroz, milho e mandioca	420	320
Recuperação de mananciais com espécies nativas, implantação de sistemas agroflorestais e elaboração de CAR	82	90
Organização social nas comunidades, fortalecendo iniciativas produtivas com vista ao comércio justo e economia solidária	476	222
Educação ambiental nas comunidades	65	28

Fonte: ESLOC Conceição do Araguaia, 2014

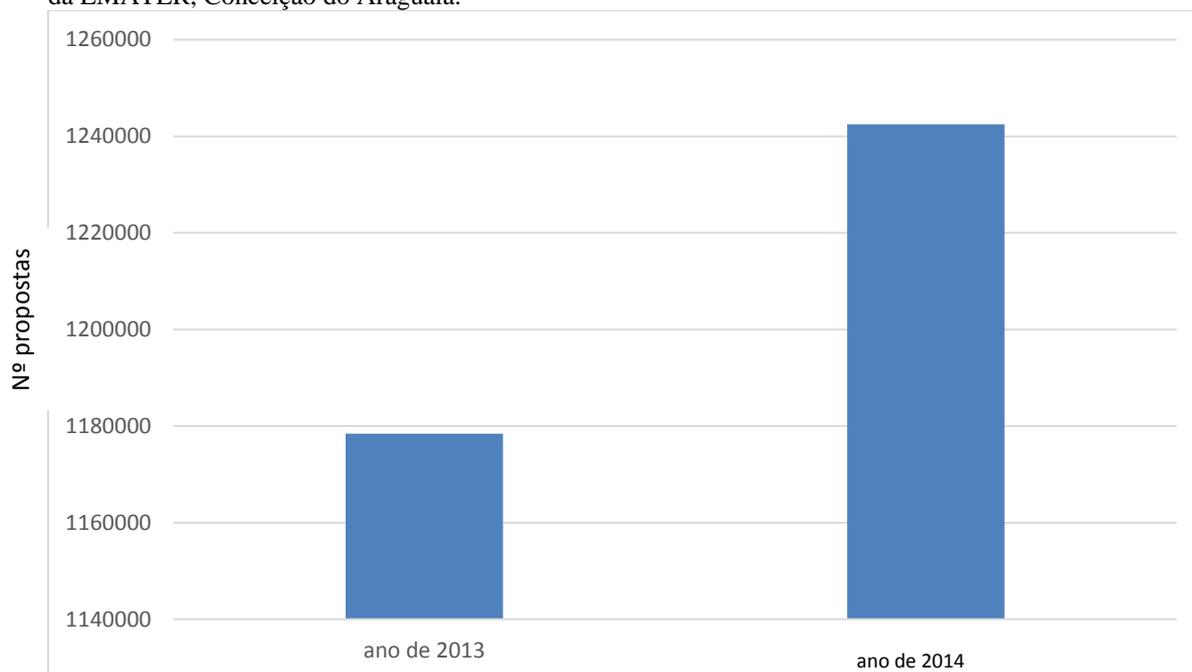
No período analisado para este trabalho, portanto, a região do PA JONCON era assistida oficialmente pela EMATER. Em virtude de enfrentar limitações como falta de transporte, a empresa tem reduzido a quantidade de atendimentos a campo e feito grande parte das orientações no escritório local. Como consequência, as informações obtidas em questionário aplicado aos produtores mostram a falta de acompanhamento das lavouras e o baixo nível técnico dos produtores. Os trabalhos da equipe técnica ficam concentrados na elaboração de projetos para a aquisição de créditos por parte de assentados e pequenos produtores, como mostram os gráficos 4 e 5.

Gráfico 4: Comparativo entre número de projetos elaborados pela EMATER e projetos contratados pelos agentes creditícios nos anos de 2013 e 2014 em Conceição do Araguaia



Fonte : EMATER, ESCL Conceição do Araguaia-PA

Gráfico 5: Comparativo de valor de crédito contratado (R\$) decorrentes dos projetos elaborados pelo ESCL da EMATER, Conceição do Araguaia.



Fonte : EMATER, ESCL Conceição do Araguaia-PA, 2014

5.4 AGENTES DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS

As instituições públicas municipais tratadas nesta seção são a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDECON) e Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), responsáveis pela aplicação das políticas públicas municipais de atendimento dos pequenos produtores no município de Conceição do Araguaia.

Em entrevista com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, e engenheiro agrônomo Itamar Adão Machado, foi identificada imensa dificuldade estrutural no serviço público municipal em decorrência de seguidas intervenções judiciais nos últimos mandatos de prefeito. Toda a frota antes destinada à Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que incluía dez tratores e implementos, um caminhão basculante, uma retroescavadeira, uma patrula, quatro grades aradoras, duas roçadeiras e uma plantadeira de milho, está inoperante, restando ao serviço de atendimento aos pequenos produtores somente um caminhão truck, com capacidade para catorze toneladas, que é disponibilizado para o transporte de calcário.

A inconstância do secretariado inviabiliza a implementação de programas e a destinação de verbas para esse fim, mas recursos menores, como combustível, passagem aérea e diárias são liberados a instituições de ensino a título de patrocínio, quando trabalhos são desenvolvidos no atendimento à agricultura familiar. No ano de 2014, todas as despesas de

traslado e diárias de palestrante necessárias ao programa de Produção Integrada de Abacaxi desenvolvido pelo IFPA, em parceria com a EMBRAPA no Lote 8, ficaram a cargo da Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia. Passagens e estadia de representantes da Associação de Produtores de Abacaxi em viagem a São Paulo, na busca de melhor comercialização da safra, foram patrocinadas pela prefeitura, também em 2014. Palestras sobre saúde do trabalhador, relacionadas ao uso de agrotóxicos, são efetuadas anualmente pela Secretaria de Saúde em todas as regiões onde se tem polos de produção de abacaxi.

Na recuperação de estradas, à prefeitura cabem os reparos de locais críticos para permitir o escoamento da safra, já que o INCRA contrata, anualmente, empreiteiras através de chamada pública para fazer o serviço de manutenção.

Um plano maior, de apoio às cadeias produtivas de abacaxi, carne e leite, mel, peixe e hortaliças, está aguardando um bom momento para que seja colocado em prática e possa trazer resultados de um trabalho a médio e longo prazo no município, são palavras do engenheiro agrônomo Itamar Adão Machado, Secretário da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

5.5 CARACTERIZAÇÃO DO COMPONENTE LOCAL

Apesar da carência de dados oficiais atualizados, o que impede a avaliação do histórico da cultura na região, esta seção mostra as características da abacaxicultura no Sudeste Paraense – região do lote 8, Colônia Joncon (Figura 7), a partir dos dados coletados a campo através dos questionários, entrevistas e observações.

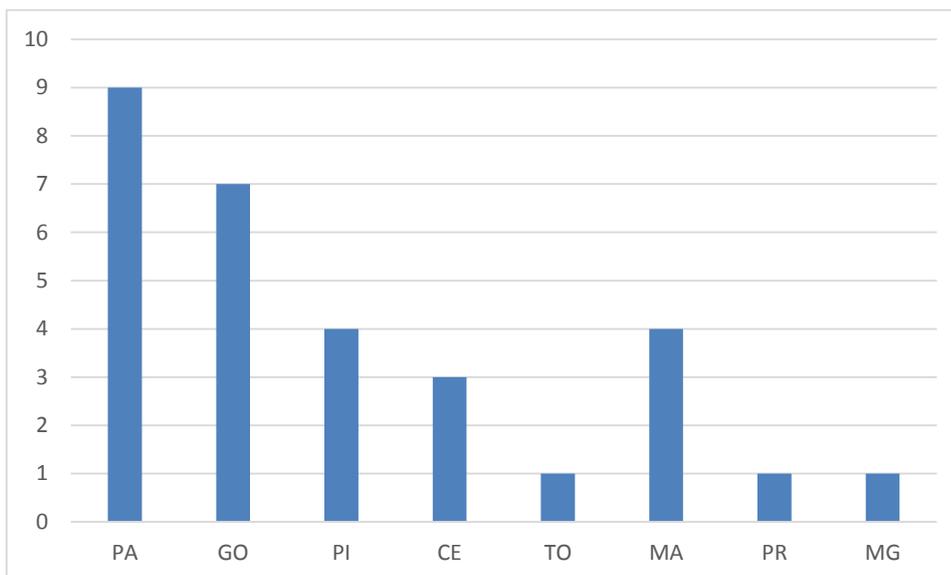
Figura 7- Produtores de abacaxi do Lote 8-JONCON, Conceição do Araguaia.



Fonte: Emater – ESLOC Conceição do Araguaia, 2014

A nova comunidade em processo de consolidação é formada por maioria (70%) de imigrantes dos estados de Goiás, Piauí, Ceará e Maranhão, que com movimentações e mobilizações vêm construindo sua própria identidade ou territorialidade (Gráfico 5). Novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais estão se desenvolvendo em torno da já tradicional produção de abacaxi, dando representatividade à região e tornando-a referência no município. Essa maior participação dos atores provoca uma consciência social capaz de produzir mudanças sociais importantes. Segundo Schneider e Tartaruga (2004), é nesses momentos que territórios podem ser criados, fortalecidos, reconstruídos ou, até mesmo, destruídos com base na consciência social do conjunto de atores envolvidos.

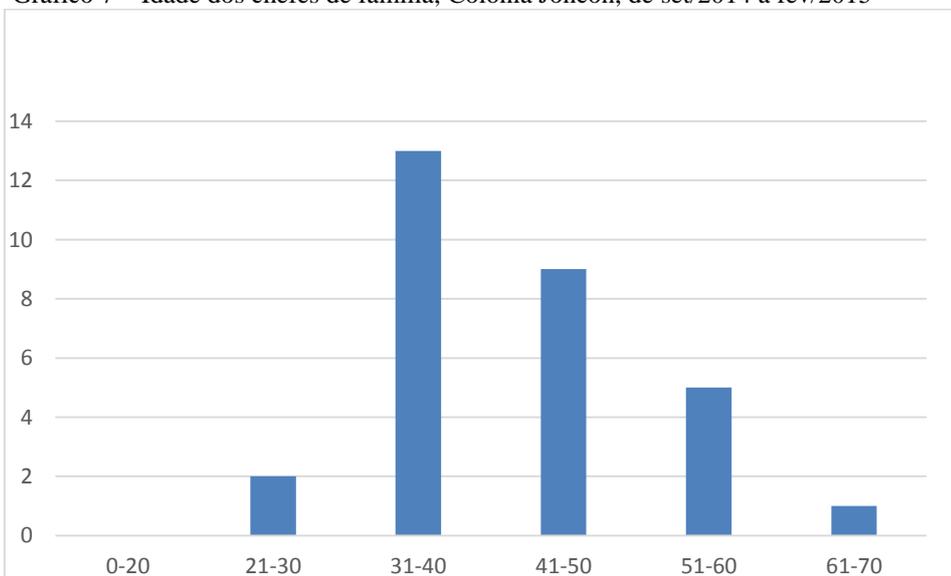
Gráfico 6 – Procedência do chefe de família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo

Os dados de campo mostraram que as famílias são formadas, em média, por 4,1 pessoas, constituídas basicamente pelo proprietário, com média de 42,8 anos, sua esposa e filhos. A presença de idosos se resume a 1%, e menores a 25%. Isso mostra uma população 74% ativa, ou seja, mão de obra disponível (Gráfico 7).

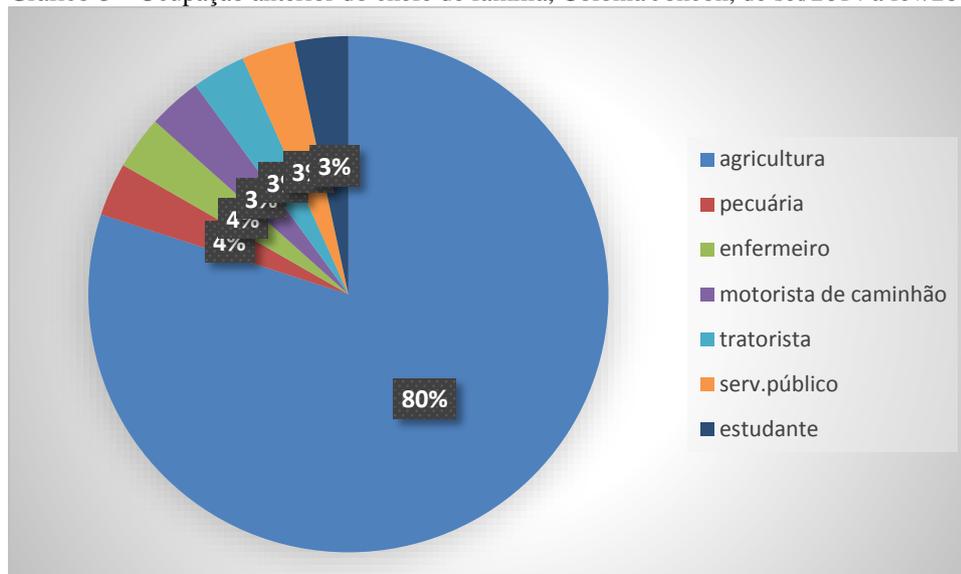
Gráfico 7 – Idade dos chefes de família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo

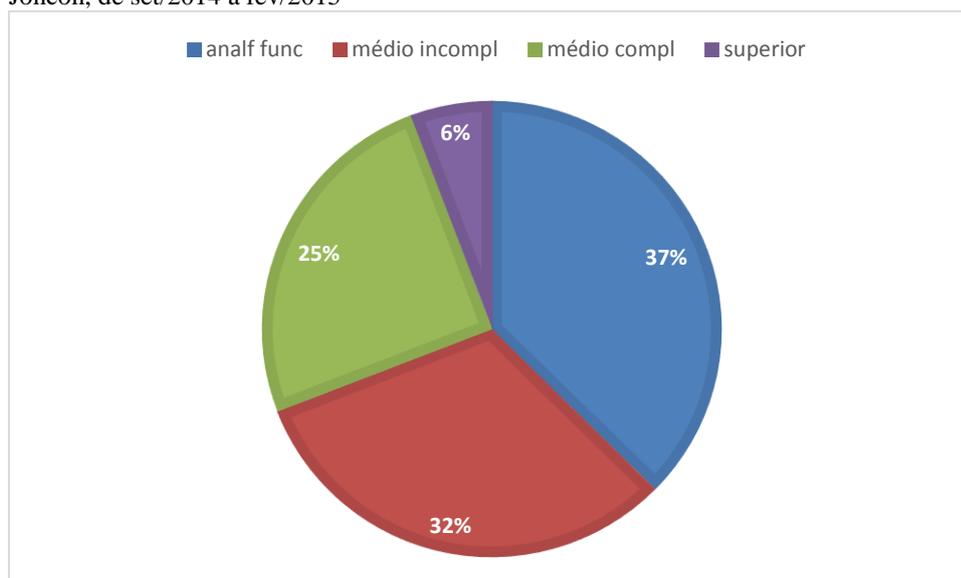
Entre os entrevistados, 80% vieram da agricultura e afirmaram que esta foi sua única profissão (Gráfico 8). Porém, verificamos um baixo nível de escolaridade, dos quais 68% possuem até o ensino fundamental (Gráfico 9).

Gráfico 8 – Ocupação anterior do chefe de família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

Gráfico 9 – Nível de escolaridade dos integrantes da família de abacaxicultor, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

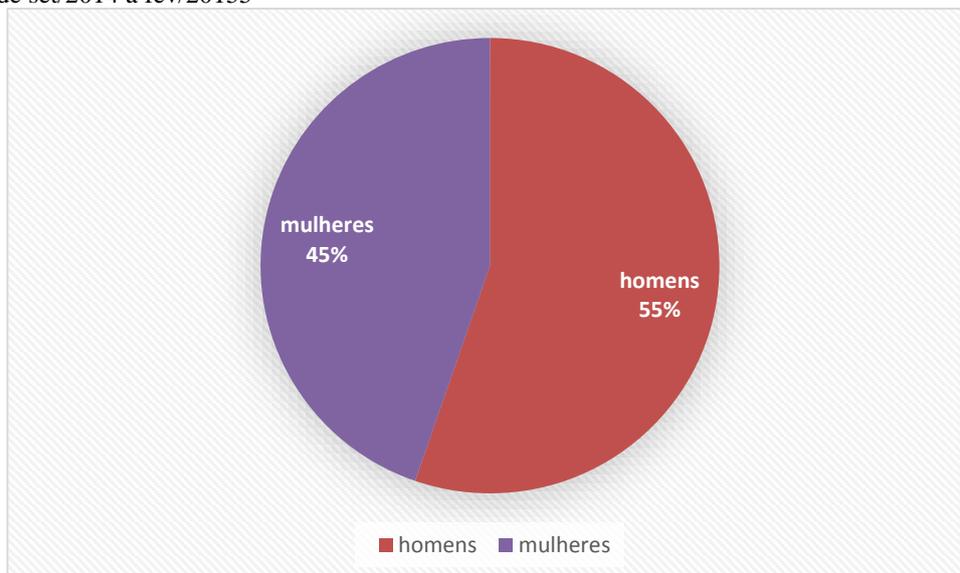
As propriedades, em muitos casos, não são mais os lotes delimitados pelo INCRA. Foram negociadas informalmente ou arrendadas, porém, conservam uma área média de 60ha. Entregues há 30 anos, hoje apresentam tempo médio de ocupação de 16 anos, o que confirma o grande número de negociação de lotes, mesmo sem os títulos.

Das 30 famílias entrevistadas, somente uma não pretende continuar na terra, o que corresponde a 3,33%. Os demais se mostram decididos a permanecer na atividade abacaxícola.

Na divisão do trabalho, 70% das famílias, que são formadas por 45% de mulheres e 55% de homens (Gráfico 10), têm um integrante com a função “do lar”; os menores (30%)

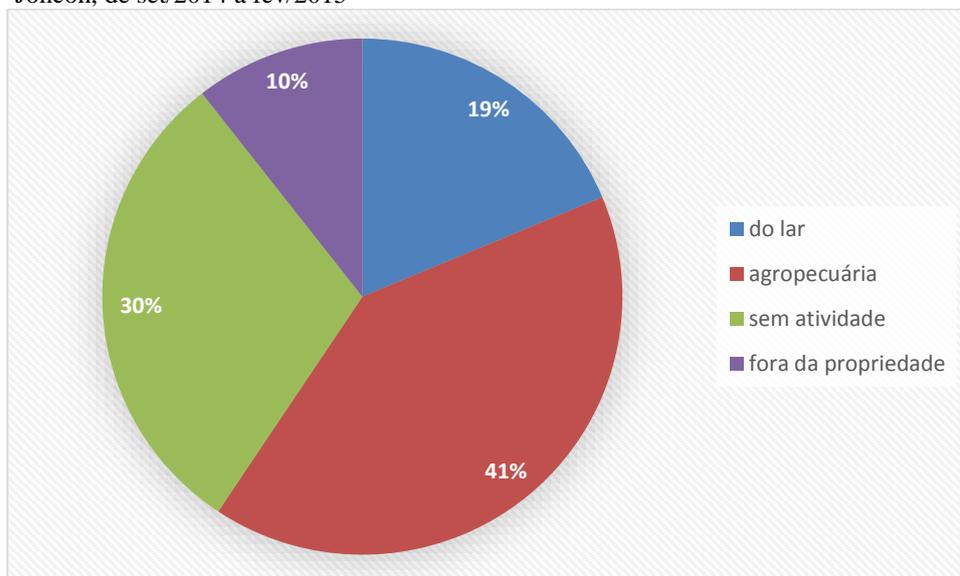
ficam sem atividade; 11% trabalham fora da propriedade e todo o restante (41%) é destinado às atividades agropecuárias. Dos entrevistados, 2 chefes de família trabalham na propriedade e fora dela, como forma de complemento de renda (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Composição da família de abacaxicultores quanto ao gênero, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

Gráfico 11 – Atividade produtiva desempenhada pelos membros da família, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

5.6 AGENTES CREDITÍCIOS

Esta seção identifica os agentes financeiros envolvidos na produção de abacaxi, em Conceição do Araguaia, mostrando a sua ação mediante as políticas públicas dirigidas à agricultura familiar.

5.6.1 Banco do Brasil – BB

O Banco do Brasil é o grande parceiro do Agronegócio Brasileiro, com mais de 70% de todo o crédito destinado ao setor no Sistema Financeiro Nacional. Como órgão oficial de aplicação de política econômica e financeira, o BB reconhece o valor e a importância da agricultura familiar para toda a sociedade brasileira, e atua junto ao agricultor com linhas de crédito do Pronaf, entre outras que possam contribuir para melhorar seu desempenho.

Segundo o BB (2015), no decorrer das últimas 10 safras, a renda originária da agricultura familiar cresceu 52%, fortalecendo a sua produção e o seu desenvolvimento, movimentando cerca de R\$100 bilhões e destacando a agricultura familiar como um dos pilares do desenvolvimento nacional.

O Banco do Brasil dispõe de várias modalidades de financiamento para o atendimento das necessidades da produção agropecuária. As linhas de custeio financiam as despesas do dia a dia durante a produção, permitindo recursos para utilização em qualquer período da atividade. As linhas de investimento permitem a aquisição dos bens indispensáveis à produção e à modernização da agricultura brasileira, como por exemplo, máquinas e tratores. Para a comercialização da produção, as linhas de crédito disponíveis permitem melhor controle do fluxo de caixa. Com dinheiro no bolso, a negociação de melhores condições de comercialização da produção fica facilitada (BB, 2015).

A inadimplência nos financiamentos para agricultores familiares é uma real limitação para o acesso ao crédito por parte dos agricultores familiares. Para o Banco do Brasil, a taxa aceitável é de 2%, porém, em Conceição do Araguaia já chegou a 22% de inadimplência (informação verbal)²⁵ e, por isso, a agência perdeu autonomia para decidir sobre a liberação de crédito. Com índice superior a 10% todo o município fica bloqueado e a superintendência exige

²⁵ Entrevista concedida pela Sr^a Lúcia Maria Carvalho de Sousa, gerente de pessoa física do Banco do Brasil, carteira de Agricultura Familiar, agência Conceição do Araguaia-PA, em 05.01.2015.

plano de ação e garantias. Caso não houvesse bloqueio, o valor do financiamento a ser liberado seria ilimitado, definido pela capacidade de pagamento do cliente (informação verbal)²⁶.

O Decreto 8.177, de 27 de dezembro de 2013, concedeu perdão de 80% para dívidas dos agricultores familiares e assentados do PRONAF, contraídas entre 1999 e 2010 nas linhas de crédito A e A/C. Nas regiões Norte e Nordeste, tiveram acesso ao benefício os agricultores que procuraram o governo para negociar suas dívidas e estes tiveram o débito restante (20%) renegociado com desconto de até 50% no saldo devedor. A condição para obter o desconto seria pagar a parcela da dívida no dia do vencimento (SEAGRI, 2014).

Em obediência às normas do banco, apesar de o perdão ter sido concedido pelo governo federal, os produtores inadimplentes continuam afastados do crédito no BB. Seu nome é retirado do banco de dados do SERASA, mas permanecem com restrição no cadastro do próprio banco. Esses clientes não terão mais acesso a novos créditos do PRONAF.

Em decorrência da alta taxa de inadimplência, a agência do BB de Conceição do Araguaia tem, atualmente, autonomia para liberação de crédito para Custeio de até R\$15.000,00 (valor definido pela DAP do produtor) e somente para os clientes que têm histórico normal de operação. Caso contrário, a proposta é encaminhada para análise do Conselho Superior (CONSUP). Esse valor cobre o custo de produção para um hectare de abacaxi, que comporta 33.000 mudas, com lucro líquido estimado em R\$9.272,00, segundo a Secretaria Municipal de Agricultura de Floresta do Araguaia. Devido a isso, o número de créditos contratados vem diminuindo, de acordo com a Tabela 8 (informação verbal)²⁷.

Tabela 8: Histórico de Operações -PRONAF Agricultura Familiar pelo Banco do Brasil- Conceição do Araguaia

Nome da Modalidade	Qt. em 12/2013	Qt. em 12/2014
PRONAF GRUPO C – CUSTEIO	583	117
PRONAF GRUPO D – CUSTEIO	281	52
BB PRONAF INVESTIMENTO GRUPO C	38	13
BB PRONAF INVESTIMENTO GRUPO D	41	26
PRONAF GRUPO E – CUSTEIO	2	1
PRONAF GRUPO E – INVESTIMENTO	8	5
PRONAF INVESTIMENTO GRUPO B CONTA	17	13
BB PRONAF CUSTEIO – AGRIC FAM.	439	380
BB PRONAF INVESTIMENTO – AGRIC	112	103
BB PRONAF MAIS ALIMENTOS	32	140
TOTAL GERAL	1553	850

Fonte: Banco do Brasil, Agência Conceição do Araguaia, 2014

²⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Gilvan, gerente do Banco do Brasil, agência Conceição do Araguaia-PA, em 05.01.2015.

²⁷ Entrevista concedida pela Sr^a Lúcia Maria Carvalho de Sousa, gerente de pessoa física, carteira do programa de Agricultura Familiar do Banco do Brasil, agência de Conceição do Araguaia, em entrevista à autora. 27.04.2015.

No crédito para Investimento o banco está liberando, até a data de hoje, o valor de até 35.000,00, o qual, durante a renovação, pode sofrer elevação de até 30% para os clientes com bom histórico de pagamentos, o que não é permitido no crédito de custeio (Tabela 8).

A renovação do crédito, que antes era automática, não está tão simples. Hoje o banco exige declaração de intenção por parte do cliente e faz análise de histórico do mesmo antes de liberar o crédito.

Em resposta à reclamação dos produtores de que o crédito do banco é liberado tardiamente, após todas as despesas de preparo do solo e plantio, o Banco do Brasil explica que ocorre atraso de apresentação de propostas por parte dos produtores. O limite de prazo é junho, para que entre na dotação orçamentária do banco e seja liberado até agosto. Com o atraso, é necessário aguardar nova dotação orçamentária e a liberação só é feita nos meses de outubro e novembro. O Banco reforça a necessidade de organização dos produtores para que isso não ocorra e o crédito possa ser acessado no início do ano agrícola, atendendo às necessidades de preparo de solo e plantio.

Na visão do banco, a inadimplência é consequência da ineficiência da assistência técnica, que não tem se mostrado presente junto aos produtores ao longo do cultivo. Uma das documentações exigidas pelo banco na solicitação de crédito é um orçamento das prestadoras de assistência técnica, com projeto simplificado que conste com, no mínimo, 3 laudos de visitas técnicas (no plantio, tratamentos culturais e colheita). De acordo com o gerente, isso não tem sido cumprido. Apesar do fracionamento do crédito do produtor para o pagamento das mesmas, não há retorno do investimento. O produtor somente procura o banco quando a safra já se perdeu (informação verbal)²⁸.

Para o BB, as associações também têm atuado com papel semelhante quando provocam mais uma vez o fracionamento do crédito, negociando com o produtor uma porcentagem para a associação e não apresentam contrapartida que contribua para a quitação do débito por parte dos agricultores. Essa não é uma transação prevista em lei e é feita fora das instituições bancárias.

²⁸ Entrevista concedida pelo Sr. Gilvan, gerente do Banco do Brasil, agência Conceição do Araguaia-PA, em 05.01.2015.

5.6.2 Banco da Amazônia - BASA

Em entrevista feita ao funcionário Nelson Mendonça, gerente de captação de recursos, no ano agrícola de 2013/2014 não houve procura por créditos para a abacaxicultura na agência de Conceição do Araguaia. Há preferência pelo crédito individual devido ao maior valor (R\$20.000,00 por propriedade) e a aplicação prevista é para bovinocultura, por ser considerada uma atividade de menor risco, e por isso, de mais fácil liberação.

Um problema recorrente entre os produtores de abacaxi que buscam o crédito individual, segundo Nelson Mendonça, é a dificuldade em obter a outorga de água junto à SEMA. Os pequenos produtores procuram financiamento para irrigação das lavouras, porém não concluem a documentação exigida por não conseguirem a autorização de uso da água, no órgão competente.

A experiência que o BASA teve em atender a associação de produtores de abacaxi não foi boa devido ao grande índice de inadimplência, o que reduziu a quantidade de créditos autorizados pela agência para a atividade.

6 CARACTERIZANDO A APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS ABACAXICULTORES DO SUDESTE PARAENSE

Esta seção caracteriza, através de dados coletados diretamente dos produtores de abacaxi da Colônia Joncon, por meio de questionário socioeconômico, como as políticas públicas têm chegado no campo nos âmbitos social, técnico, fundiário, ambiental, de crédito e infraestrutura.

6.1 ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA

O abacaxi é uma cultura nativa da região norte e, por isso, exige menores investimentos em tecnologia, possibilitando que seja conduzida em áreas pequenas, com mão de obra pouco especializada e onde a pecuária não se adequa (MATOS, 2006). Porém, é fundamental a aplicação de políticas públicas que garantam o acesso dos pequenos produtores à informação, à assistência técnica e aquisição dos insumos adequados. Deste modo, a qualidade da produção permitirá que todos os fatores a favor contribuam para o incremento de renda dos pequenos produtores, estimulando o desenvolvimento local.

A falta de atualização das informações sobre o cultivo do abacaxi no município de Conceição do Araguaia, fornecidas ao IBGE, faz com que os dados disponíveis sobre a área plantada e a quantidade produzida não correspondam à realidade local. Segundo os produtores regionais, estima-se que a produção seja bem maior do que aquela divulgada (Tabela 9). A ausência de informações quantitativas e qualitativas oficiais retardam o desenvolvimento local, já que esses dados, quando verídicos, justificam a elaboração de políticas públicas e a tomada de decisões, evitando que problemas atinjam níveis alarmantes.

Tabela 9 - Área plantada, área colhida, quantidade produzida e valor da produção

Lavoura temporária: Abacaxi

Município: Conceição do Araguaia

Ano	Variável						
	Área plantada (Ha)	Área plantada (%)	Área colhida (Ha)	Área colhida (%)	Quant. Produzida (Mil frutos)	Valor Produção	Valor produção (%)
1990 (Mil Cruzeiros)	60	0,79	60	0,79	1200	24000	6,93
1991 (Mil Cruzeiros)	100	1,34	100	1,34	2000	160000	14,13
1992 (Mil Cruzeiros)	965	5,75	280	2,12	5600	3640000	17,08
1993 (Mil Cruzeiros Reais)	1165	7,07	965	7,43	19300	289500	28,3
1994 (Mil Reais)	1165	7,99	1165	9,33	29125	4369	41,58
1995 (Mil Reais)	2535	18,04	2535	19,72	63375	22181	78,44
1996 (Mil Reais)	4532	21,69	4532	21,69	90640	34443	78,58
1997 (Mil Reais)	3450	18,7	3450	19,22	69000	6900	49,32
1998 (Mil Reais)	3450	20,81	3450	20,87	69000	6900	55,56
1999 (Mil Reais)	3450	25,56	3450	25,61	69000	10350	74,37
2000 (Mil Reais)	3450	25,56	3450	25,61	69000	10350	74,37
2001 (Mil Reais)	1300	11,02	1300	11,02	26000	6500	49,04
2002 (Mil Reais)	300	2,95	300	2,95	6000	1800	22,33
2003 (Mil Reais)	700	3,88	700	3,88	17500	4375	21,94
2004 (Mil Reais)	2300	12,35	2300	12,35	57500	14375	48,83
2005 (Mil Reais)	2550	12,14	2550	12,14	63750	19125	50,22
2006 (Mil Reais)	5800	37,67	5800	37,67	145000	42050	79,13
2007 (Mil Reais)	5800	35,81	5800	35,81	145000	42050	76,54
2008 (Mil Reais)	1000	15,21	1000	15,21	25000	8750	54,88
2009 (Mil Reais)	1000	22,12	1000	23,04	15000	8250	67,89
2010 (Mil Reais)	1000	20,75	1000	20,75	18000	7200	58,69
2011 (Mil Reais)	1000	23,98	1000	23,98	18000	18000	73,01

Fonte: IBGE 2014

6.1.1 Divisão Social do Trabalho

As informações obtidas a campo mostram que 73% dos abacaxicultores terceirizam mão de obra durante os momentos críticos da cultura: plantio, pulverizações fitossanitárias e

colheita. A troca de diárias é mantida entre 66,66% dos entrevistados, o que não supre a necessidade de contratação de mão de obra externa. Observou-se que essa contratação não obedece às normas trabalhistas e é feita no regime de pagamento de diárias.

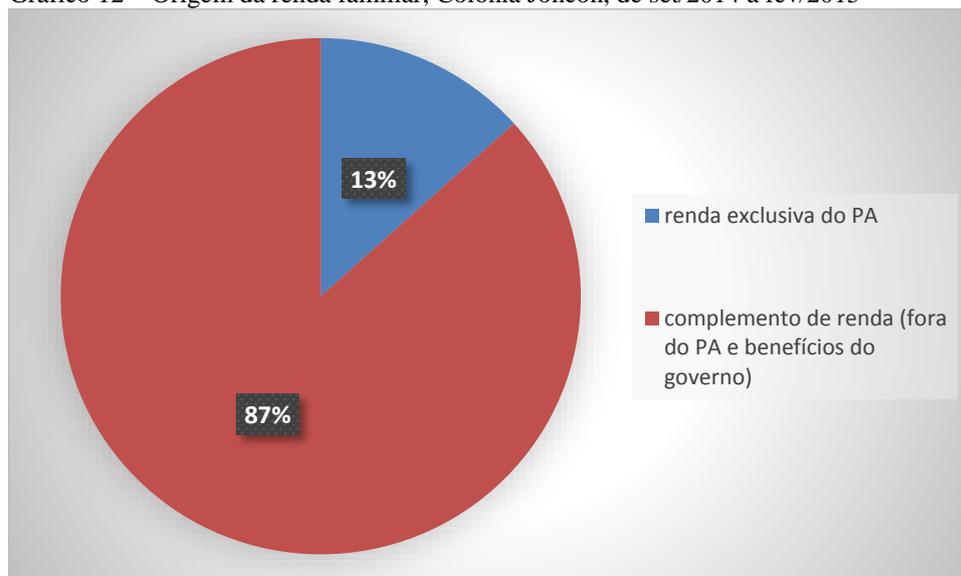
A escassez de recursos dos pequenos produtores sul paraenses ainda limita as atividades familiares às tradicionais e com menores exigências de investimento. Com isso, parte dos membros da família se dedicam a atividades não agrícolas fora da propriedade, como forma complementar de obtenção de renda (SCHNEIDER, 2003). Em contrapartida, há assentados que se destacam em suas atividades agrícolas, expandem seus domínios arrendando áreas de terceiros, contratando mão de obra não familiar para o cultivo da terra e se especializando em uma só atividade (monoatividade).

A descaracterização da agricultura familiar, já citada por Schneider (2003), se acentua com o passar do tempo, reduzindo a diversidade de produção das propriedades e dando destaque à superioridade técnica. Nesse caso, contrariando os argumentos de Schneider (2003) de que a causa do fato seria a falta de terra e excesso de “mão para o trabalho”, é sabido que famílias diversas, mesmo possuindo quantidade suficiente de terra, por motivos que vão da falta de recursos ou falta de aptidão, arrendam suas glebas e procuram atividades não agrícolas como estratégia de sobrevivência. E agricultores, que antes produziam apenas para a subsistência, ocupam a terra e se destacam na produção comercial, também visando melhores níveis de renda, numa forma de reestruturação capitalista. Essa caracterização corresponde ao observado no desenvolvimento agrícola nos países capitalistas, o que retira a agricultura familiar da posição marginal de “agricultura de baixa renda, de pequena produção ou de subsistência” e mostra que a agricultura familiar foi responsável por construir a potência agrícola destas nações (ABRAMOVAY, 1997).

Diferentemente do sul do Brasil, atividades como festas, folclore, gastronomia, ecoturismo, agroindústria e outros empregos rurais não agrícolas, citados por Buainain (2003), ainda não fazem parte do cenário dos assentamentos no sudeste paraense. A renda se limita à produção agrícola e pecuária, vendida sem beneficiamento.

Entre os entrevistados, 13% vivem exclusivamente da renda produzida pela agropecuária, e em 87% dos casos um membro da família trabalha fora da propriedade ou a família recebe auxílio do governo (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Origem da renda familiar, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015

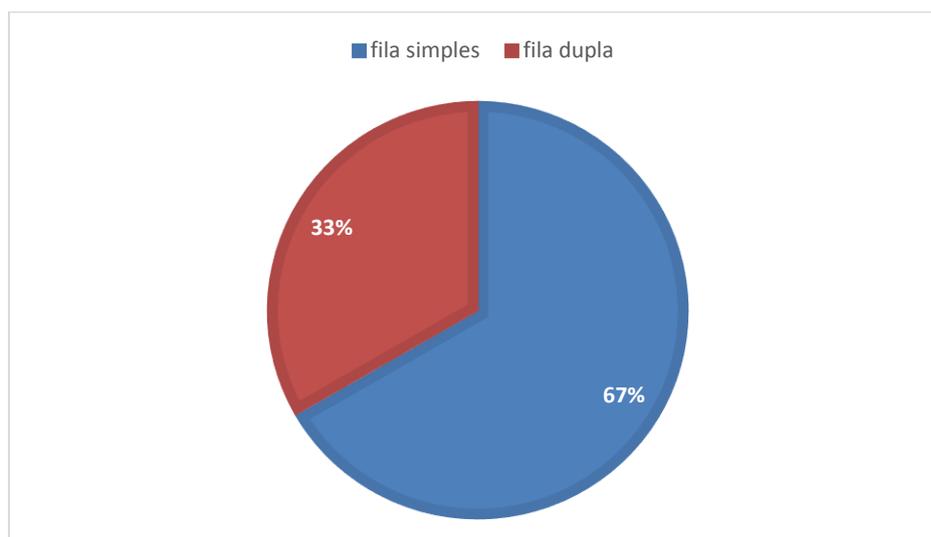


Fonte: Dados de campo.

6.1.2 Características Técnicas das Lavouras

Pelos dados colhidos, cada agricultor planta, em média, 66.457 pés por safra, sendo 80 % com espaçamento de fileira simples. Considerando 33.000pl/ha para plantio em fileira simples, a área média plantada por propriedade é de 2ha (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Espaçamento entre as mudas adotado na lavoura de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015

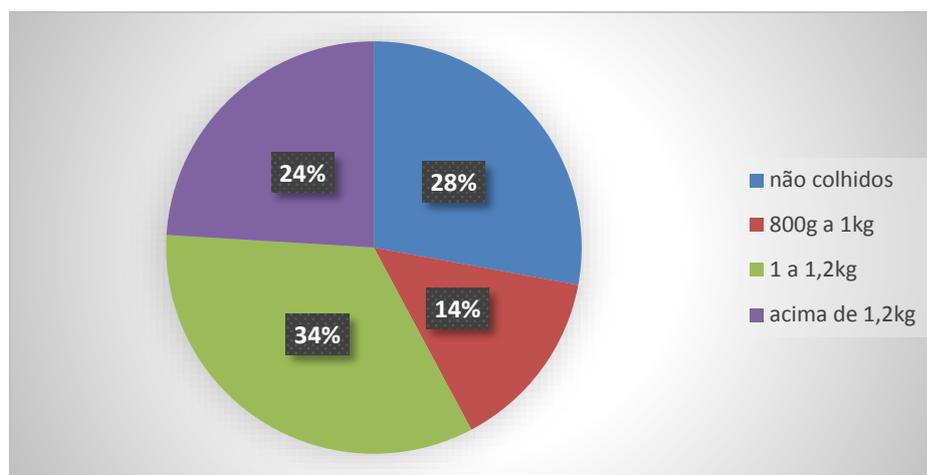


Fonte: Dados de campo.

Pelos cálculos indicados no item 5.1.5 deste trabalho, uma lavoura de 2ha, se bem conduzida, pode garantir ao produtor um lucro de aproximadamente R\$15.000,00 ao final do

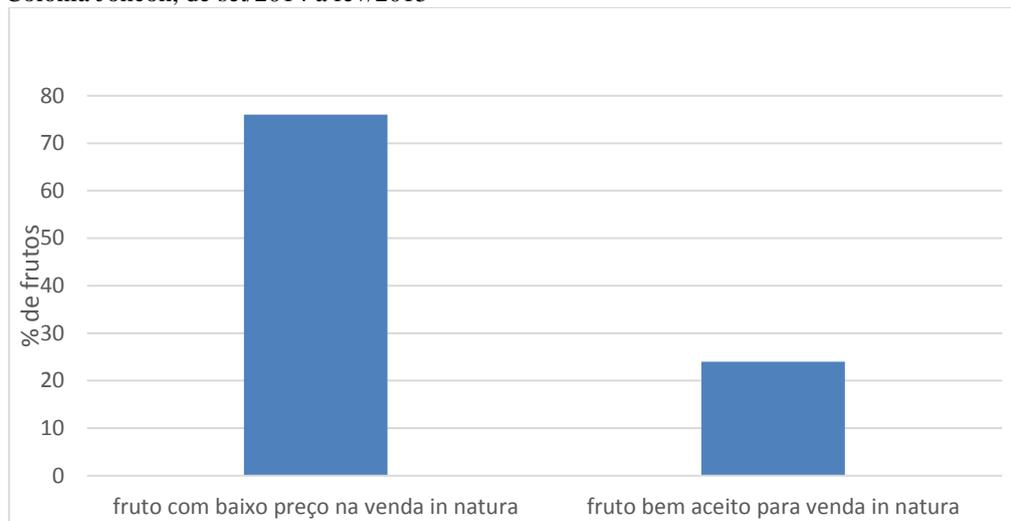
ciclo de 1,5 ano, caso tenha um rendimento de 80% com frutos acima de 1,200Kg. Porém, foi identificado que o baixo nível de renda dos produtores e a escassez de recursos nas áreas do assentamento em questão têm feito com que a cultura seja conduzida sob níveis técnicos muito baixos, tendendo ao extrativismo. Os produtores se preocupam em atingir um máximo de quantidade de frutos/ha, adotando para isso espaçamentos incorretos, se comparados às recomendações técnicas da Embrapa (EMBRAPA, 2015) ou plantando áreas maiores do que a mão de obra familiar disponível seria capaz de cuidar, o que torna necessária a terceirização. Como resultado, somente 24% dos frutos atingem o padrão exigido para a venda de frutos frescos, tidos como “frutos de primeira”, índice muito abaixo do aceitável, que é de 70%, segundo a EMBRAPA (2014)(Gráficos 14 e 15). Fica confirmada a informação de Matos et al. (2006) de que a produção no Brasil tem crescido devido ao aumento da área colhida e não da produtividade.

Gráfico 14 – Peso médio de frutos colhidos no ano agrícola de 2014, no lote 8 da Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo

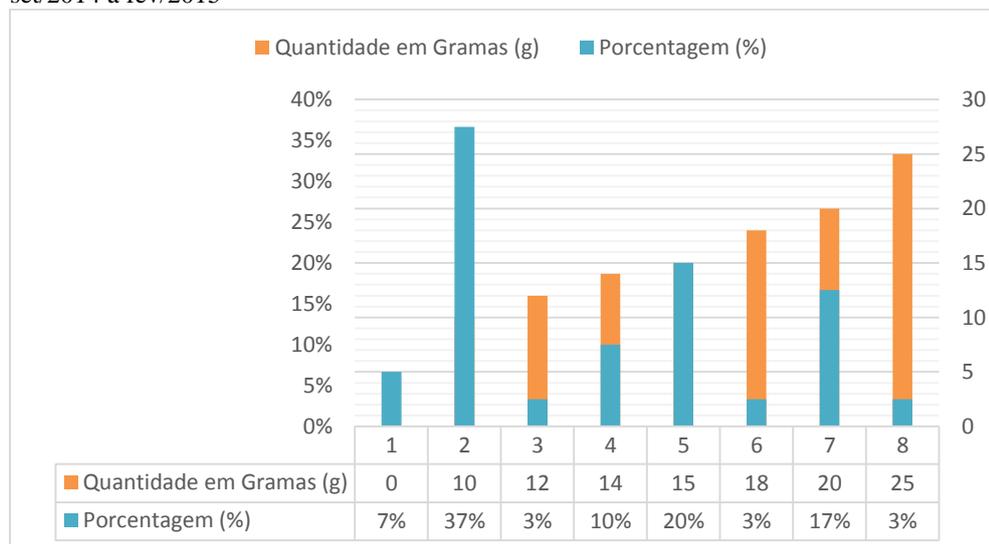
Gráfico 15 – Valor comercial dos frutos colhidos para o mercado de frutas frescas, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

A observação a campo mostrou que o adubo é o insumo menos investido na lavoura de abacaxi na região do Lote 8 (Gráfico 16). A média de emprego de 13g/PL do formulado 20:05:20 em todo o ciclo, o que corresponde ao fornecimento de 2,6g de N, 0,65g de P e 2,6g de K, sendo recomendado o fornecimento de 6-8gN/pl, 1,5-2,5gP/pl e 8-12gK/pl em solos pobres, segundo a EMBRAPA (2014).

Gráfico 16 – Produtor x Quantidade de adubo utilizada na lavoura, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015

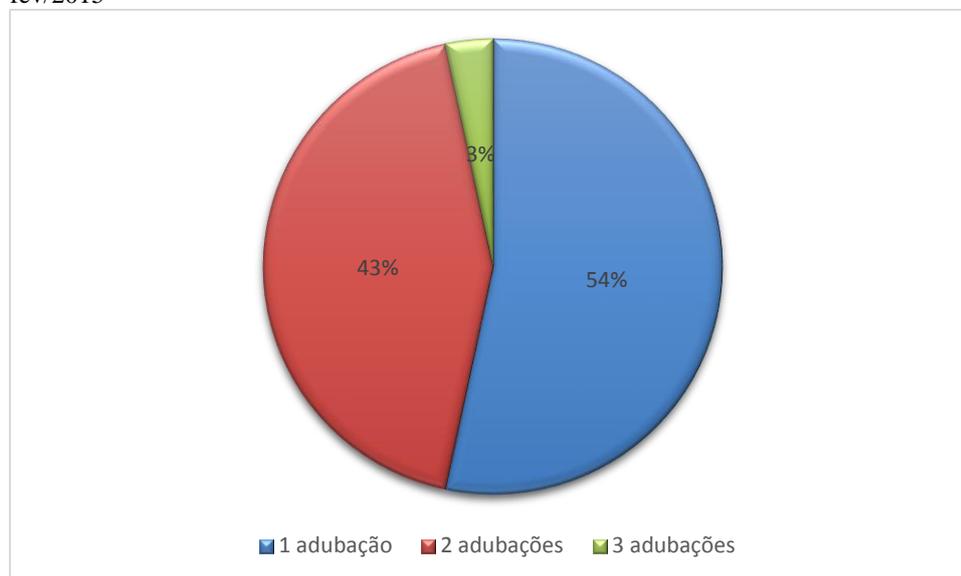


Fonte: Dados de campo

O formulado 20:05:20 é usado por 83% dos produtores, sendo a adubação concentrada em uma só operação, 60 dias após o plantio (Gráfico 17). Isso prejudica o bom

aproveitamento do adubo, e o mais indicado é o parcelamento em três vezes (EMBRAPA, 2014).

Gráfico 17 – Nº de adubações em cultivos de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo

Isso incorre em uma produção de baixa qualidade, que muitas vezes não atinge o padrão mínimo aceito pelo mercado *in natura*, inviabilizando a colheita e a comercialização. Como resultado, as roças são abandonadas e os frutos apodrecem no campo, servindo apenas de fonte de disseminação de pragas e doenças.

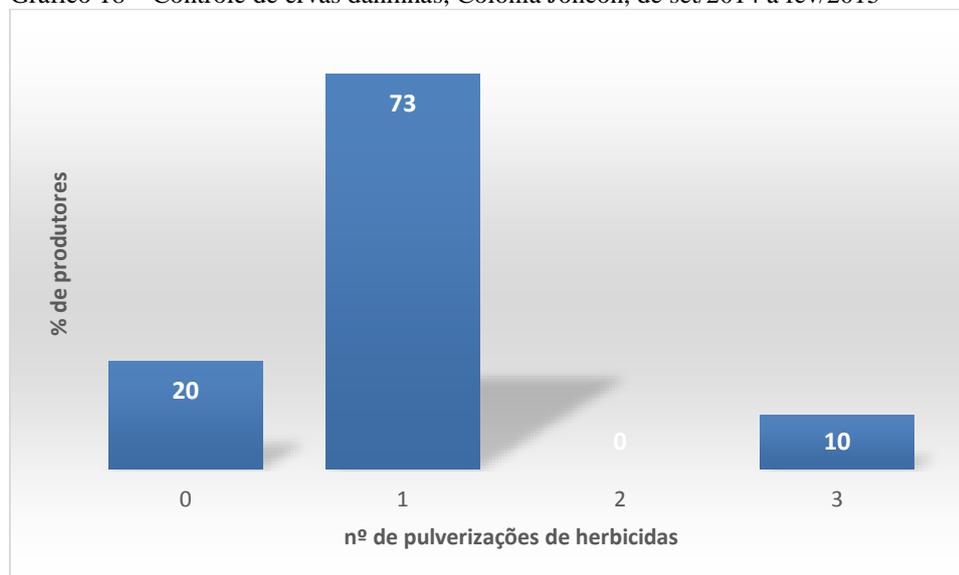
O preparo do solo é feito com uma média de 1,8 gradagens, por ser necessário incorporar o resto de cultura ou a “juquirá”²⁹, como é conhecida a vegetação que recompõe as áreas abandonadas. No caso dos membros da associação de abacaxicultores, esse serviço é atendido pelo trator do grupo, administrado pela diretoria. O produtor paga somente o tratorista, o óleo e uma taxa de manutenção do trator, que apesar de ser insuficiente para a demanda, já contribui para a redução dos custos de produção. Os produtores não associados enfrentam dificuldades para contratar maquinário por serem áreas pequenas e distantes. A patrulha municipal atualmente não consegue atender à demanda devido ao sucateamento da frota.

O controle de ervas daninhas, tão importante para o bom desenvolvimento da lavoura do abacaxi (MATOS, 2011), não é feito de forma adequada com frequência, causando sombreamento e competição com a cultura e levando ao atraso no seu desenvolvimento. É empregado o controle químico em 80% dos casos, completando o serviço com uma média de

²⁹ Juquirá: vegetação de porte baixo que nasce em áreas abandonadas.

2,3 capinas ou roçadas (Gráfico 18). Segundo Matos (2011), a quantidade de intervenções é variável, pois depende do regime de chuvas, da intensidade de cultivos a que o solo se submeteu etc. Segundo o autor, o mato não deve suplantar a altura das mudas de abacaxi.

Gráfico 18 – Controle de ervas daninhas, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



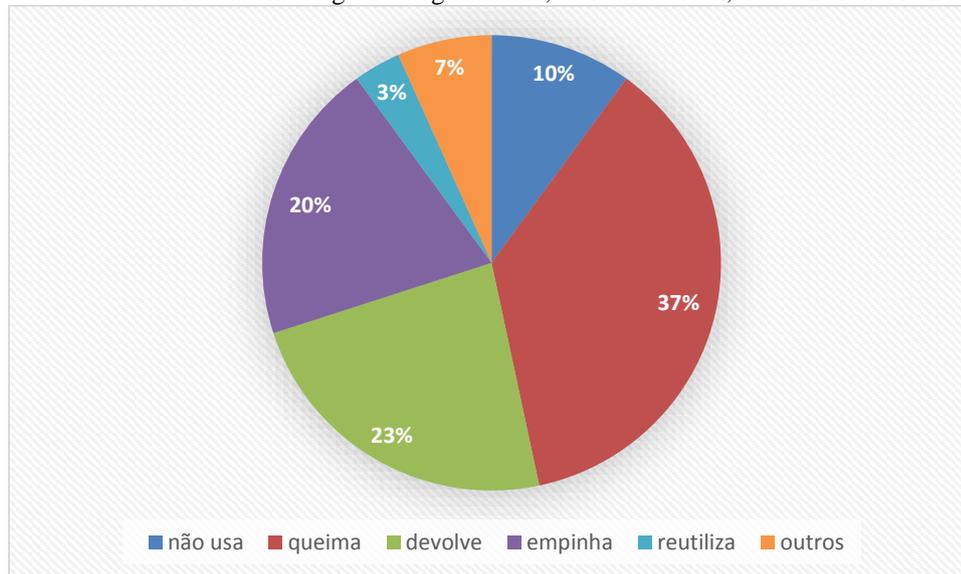
Fonte: Dados de campo.

O controle de pragas e doenças é bastante ineficiente devido ao uso de produtos incorretos, com dosagens erradas e época de aplicação inadequada. Em um dos casos entrevistados, o produtor, por falta de conhecimento, usou 2 inseticidas pensando estar utilizando um fungicida para o controle de Fusariose e de um inseticida para o controle da Broca do fruto. Pelas entrevistas, constatou-se que os produtos são adquiridos por indicação do vizinho ou dos vendedores, sem nenhum receituário agrônomo. As aplicações, que poderiam ser pontuais e feitas mediante monitoramento (MATOS, 2011), são feitas em toda a lavoura, muitas vezes desnecessariamente, causando danos ao meio ambiente, ao aplicador, ao consumidor (no caso de resíduos nos frutos) e elevando os custos de produção. As pulverizações são feitas sem a devida proteção do aplicador e sem conhecimento de técnicas para melhor eficiência do produto, o que também eleva os custos de produção, além de aumentar os riscos de intoxicação.

Observou-se que 67% das embalagens de agrotóxicos não são devolvidas às revendas agropecuárias, sendo empilhadas nas lavouras, enterradas ou até mesmo reaproveitadas (Gráfico 19). Isto se deve à falta de informação dos produtores com relação aos riscos ao meio ambiente, aliado à falta de fiscalização pelos órgãos competentes, que

negligenciam sua função junto aos pequenos produtores que, por estarem protegidos da fiscalização, passam a vítimas dos seus próprios desmandos.

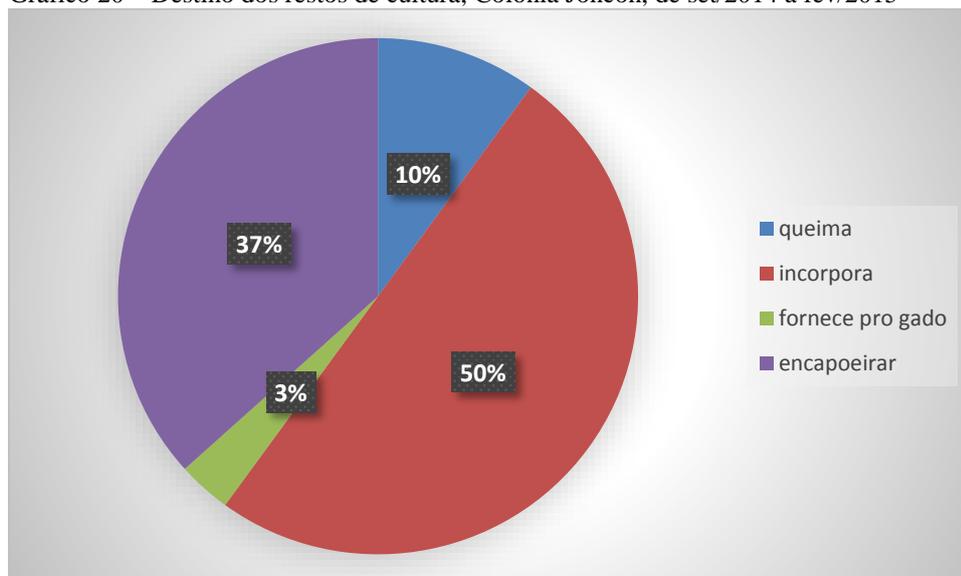
Gráfico 19 – Destino de embalagens de agrotóxicos, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

O resto de cultura, que neste caso, além da palhada inclui os frutos abaixo de 800g, em 37% dos casos, é abandonado na lavoura, servindo de foco para proliferação de pragas e doenças. Outros 50% dos produtores que informaram incorporar o resto de cultura, também deixam a lavoura abandonada para “encapoeirar” e somente incorporam o resto de cultura na implantação de uma nova lavoura, cumprindo o mesmo papel de agravamento do ataque de pragas e doenças (Gráfico 20). Esse é o manejo de menor custo, apesar de causar danos ao meio ambiente pela morte da biota do solo, causar grande perda de nutrientes pela volatilização e perda de todos os benefícios da manutenção da matéria orgânica (MATOS, 2011).

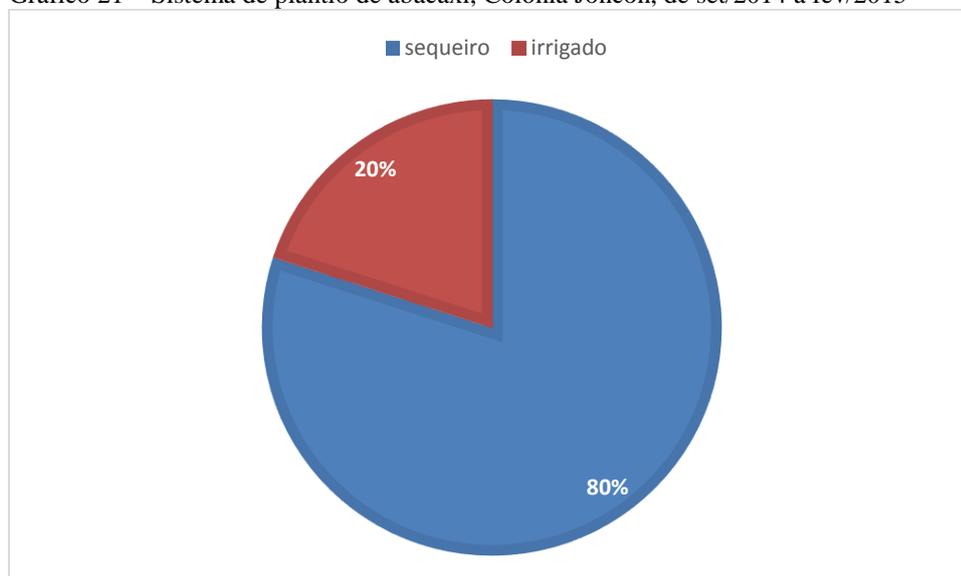
Gráfico 20 – Destino dos restos de cultura, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

Das lavouras cujos proprietários foram entrevistados, 80% foram plantadas no sistema de sequeiro (Gráfico 21). Segundo os produtores, a grande quantidade de lavouras irrigadas está elevando a oferta de frutos na entressafra, o que está reduzindo o preço desses frutos e, conseqüentemente, a vantagem de se investir nessa tecnologia.

Gráfico 21 – Sistema de plantio de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo

6.1.3 Política de Assistência Técnica

A falta de acompanhamento técnico, agravada pelo baixo índice de escolaridade dos produtores, leva a vários erros na condução da lavoura, citados no item anterior, provocando baixo rendimento da cultura.

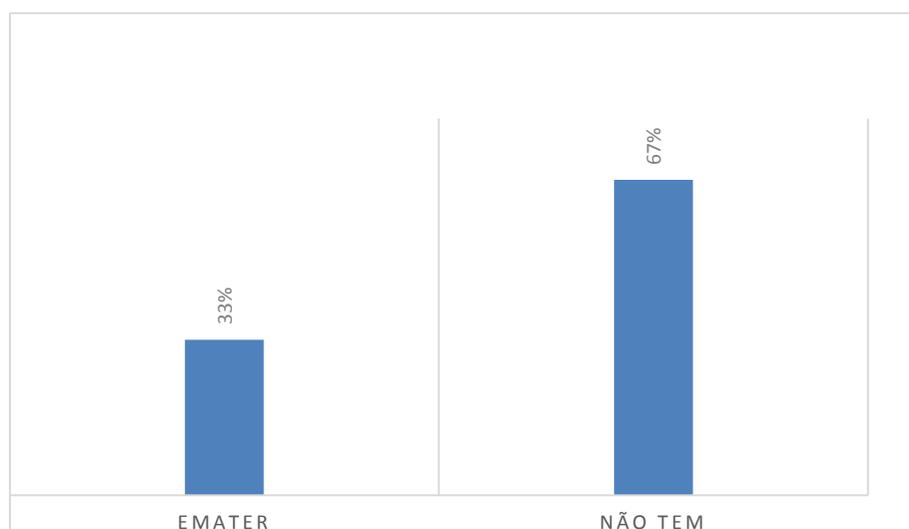
Como nas áreas de assentamento, a assistência técnica é contratada por chamada pública, a eficiência da fiscalização dos serviços por parte do INCRA reflete diretamente na produção.

Observou-se que os profissionais da agência do INCRA de Conceição do Araguaia que fazem a aferição do serviço de assistência técnica não são da área (agrônomo, veterinário ou afim) e praticam somente o recebimento dos relatórios normatizados.

No período em que foram coletados os dados, o assentamento não tinha sido contemplado pelo INCRA com chamada pública para assistência técnica, sendo, por isso, atendido pelos técnicos da Emater. Em 17/12/2012, a empresa RURALNORTE venceu a chamada pública e em 2015 assumiu a assistência técnica do assentamento (Figuras 8 e 9).

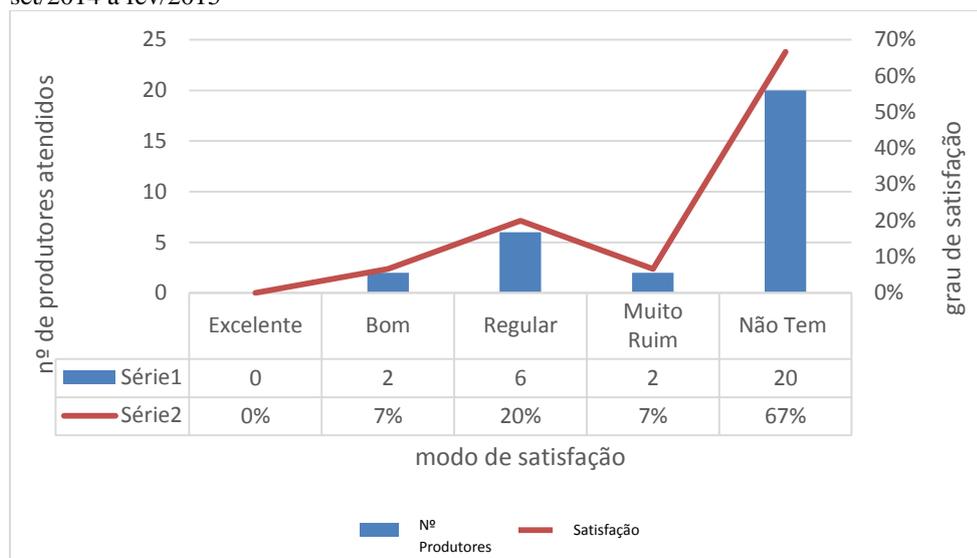
A insatisfação dos produtores, mostrada nos gráficos 22 e 23, indica uma ineficiência do serviço de assistência técnica atualmente na Colônia JONCON, principalmente devido à falta do acompanhamento da lavoura. Segundo os dados, 100% dos produtores que são atendidos afirmam que somente recebem a visita quando a solicitam no escritório local.

Gráfico 22 – Assistência técnica, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

Gráfico 23 – Satisfação do produtor quanto à Assistência técnica, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

A falta de profissionais e de estrutura alegada pela Emater como justificativa para a insatisfação contrasta com a opinião de Gutemberg (informação verbal)³⁰, que entende ser uma grande desvantagem da terceirização da assistência técnica o fim do vínculo quando encerrado o contrato. Para o ex-gestor da unidade local do Incra, Guttemberg Alves dos Reis, um laço de confiança construído com o tempo fica perdido quando findado o período de 5 anos.

³⁰ Guttemberg Alves dos Reis, engenheiro agrônomo, executor da Unidade Avançada de Conceição do Araguaia no período de 1987 a 2003, em entrevista concedida à autora, em 26.03.2015, em Conceição do Araguaia.

Figura 8 – Qualidade visual das lavouras com assistência técnica - Lote 8, Joncon



Fonte: Emater – ESLOC, 2014

Figura 9: Qualidade visual das lavouras com assistência técnica - Proteção dos frutos contra insolação - Lote 8, Joncon



Fonte: Emater – ESLOC, 2014

O associativismo é um meio de organização de grupos que desenvolvem uma atividade em comum e que se fortalecem pela união em prol dos mesmos interesses. Em se falando de pequenos produtores, essa organização pode trazer inúmeros benefícios, da implantação da lavoura à comercialização. Bauainain (2003) afirma que os agricultores familiares enfrentam restrições de acesso aos mercados de serviços em geral e ao crédito por se mostrarem isolados ou em pequenos grupos. Com exceção da região sul do Brasil, isso incorreu na falta de equipamentos adaptados às atividades familiares e na falta de empresas prestadoras de serviços técnicos especializados. Apesar de ainda estar pouco consolidada, a Associação dos produtores de abacaxi tem favorecido seu grupo de associados buscando melhorias junto à prefeitura, alternativas de comercialização, mobilizando os integrantes para participarem de cursos e palestras, colocando o maquinário da associação à disposição dos produtores.

A falta de união e comprometimento dos associados é observada na ausência de muitos membros nas reuniões mensais realizadas na sede da associação. Um trabalho de consolidação deve perdurar, até que se forme a consciência dos benefícios do capital social. Este trabalho de incentivo e orientação também faz parte das incumbências da assistência técnica.

6.1.4 Política Fundiária e Ambiental

Muitas vezes, as divisões territoriais não levam em conta os fatores históricos e até mesmo a aptidão da área, considerando muito mais os fatores políticos e os econômicos. É o que pode ser comprovado na divisão e na distribuição de glebas no Assentamento Lote-8, na Região da Joncon, em Conceição do Araguaia-PA. A região com rios temporários e solo arenoso e com baixa declividade foi dividida em glebas de 30 ha, muitas vezes desprovidas de aguadas ou cursos d'água. Tal fato, via de regra, inviabiliza qualquer atividade produtiva. Como resultado, mesmo antes de adquirido o título definitivo do imóvel as glebas foram sendo vendidas ilegalmente, reiniciando a formação de grandes propriedades no local. Outro problema crônico que se vê na reforma agrária em Conceição do Araguaia é a distribuição de terras a pessoas sem aptidão para agricultura ou pecuária. A terra torna-se um bem de comércio e não de produção, o que acelera a retomada das grandes propriedades.

Atualmente, o INCRA não tem o controle de quantos clientes de reforma agrária ainda estão assentados no Lote-8 da Joncon. As demais propriedades foram repassadas a terceiros que, apesar de muitas vezes não apresentarem os critérios de baixa renda exigidos pelo

INCRA para entrarem na lista de sem-terra, possuem o amor pela terra e o desejo de produzir dentro da sua propriedade.

De acordo com os dados coletados, apesar das negociações, as propriedades possuem uma área média de 60 ha, sendo que 60% afirmam ter a Área de Preservação Permanente (APP) preservada nas margens dos córregos.

O assentamento não foi contemplado com o georreferenciamento feito sob as normas de precisão atualmente exigidas pelo INCRA. O mapa disponível na unidade local do INCRA mostra a primeira malha de parcelas, feita no datum SAD69, com aparelhos sem precisão, o que hoje acarreta em sobreposição da área do assentamento com as propriedades confrontantes.

Pelos dados coletados, 70% entrevistados não têm o Cadastro Ambiental da propriedade. Os 30% restantes contrataram profissionais autônomos para a elaboração do documento devido às exigências das agências de crédito. Com a ausência desse documento e mesmo nas áreas já cadastradas, 100% das propriedades não possuem a Área de Reserva Legal (ARL) demarcada da forma exigida no Código Florestal vigente. Como o Assentamento da JONCON foi uma área de ocupação espontânea, não houve delimitação de uma reserva comunitária, sendo, portanto, necessário que reservas sejam delimitadas em cada propriedade. Pela vegetação visualizada nas visitas a campo, a ARL necessária a cada propriedade será de 50%, considerando ser área consolidada, com vegetação de transição entre cerrado e mata.

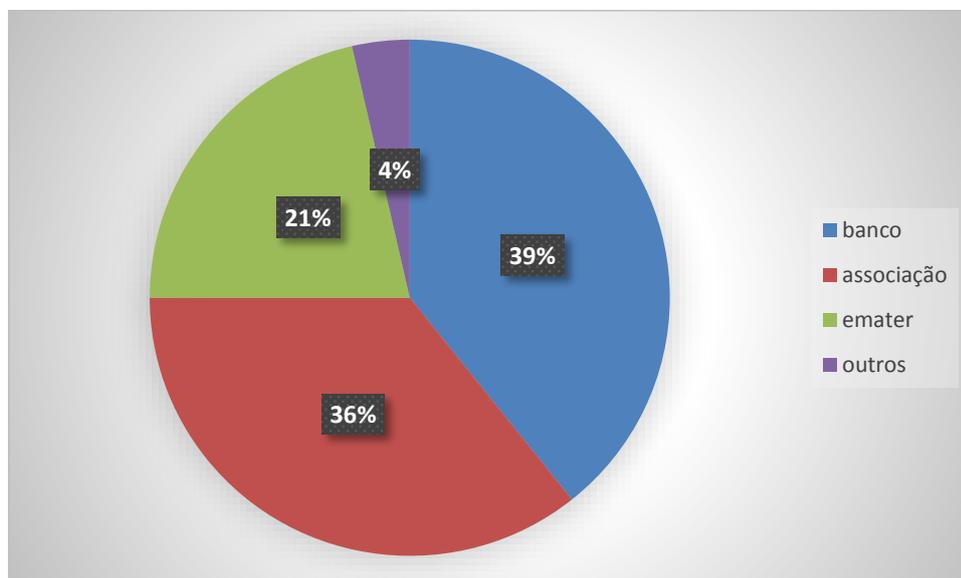
O interesse governamental sobre o uso da terra destinada à reforma agrária está ligado à preservação das reservas (ARL e APP) e à preservação do meio ambiente como um todo, no que diz respeito ao uso de recursos naturais. Para que isso seja colocado em prática, o serviço público deve orientar e fornecer profissionais capacitados a executar os serviços de demarcação das áreas de reservas exigidas por lei.

6.1.5 Política de Crédito

Os dados coletados informam que 87% dos produtores tiveram acesso ao crédito, dos quais somente 27% disseram ter encontrado dificuldades na liberação devido à burocracia, com exigência de grande quantidade de documentos. As modalidades mais acessadas são Pronaf A e Custeio, sendo citados também os Pronafs C, D e E, Procefa e Mais alimentos. Os produtores obtêm informação sobre as linhas de crédito através da associação do assentamento,

da associação de produtores de abacaxi, no escritório da Emater ou diretamente no banco (Gráfico 24).

Gráfico 24 – Fonte de informação sobre crédito bancário, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

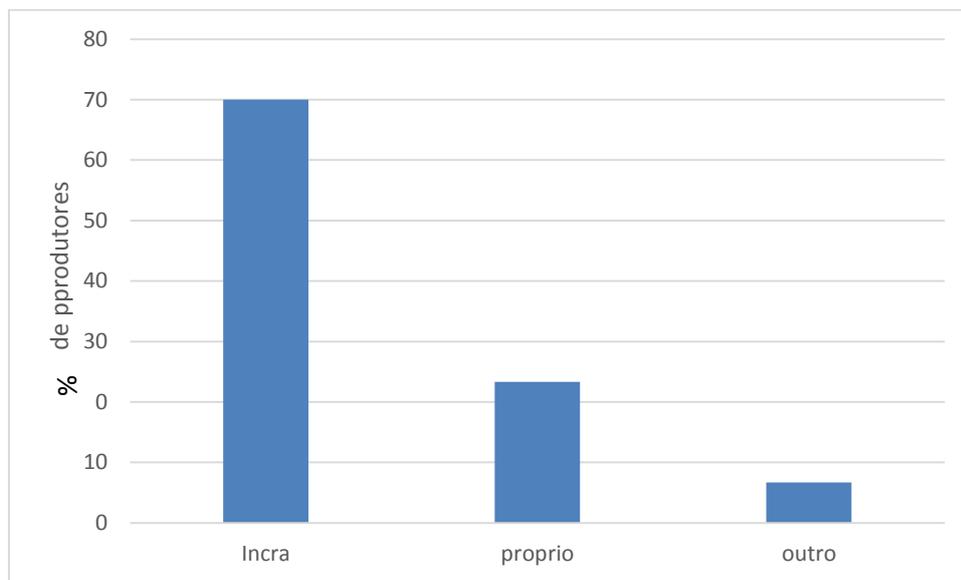
Segundo os dados coletados, 69% dos produtores que adquiriram crédito bancário não tiveram acompanhamento da aplicação do recurso, o que dá margem para que o dinheiro não se converta em geração da renda necessária à quitação da dívida. A inadimplência impossibilita o acesso a novos créditos, mesmo após renegociação do banco.

O atraso na liberação do crédito, gerado pela demora na apresentação da proposta ao banco, é um fato que dificulta a boa implantação da lavoura, uma vez que o produtor precisa custear várias etapas da atividade até que saia o recurso.

6.1.6 Política de Infraestrutura

Os dados coletados a campo mostram que 89% das moradias são de alvenaria, 77% delas com água de poço artesiano e 83% com energia elétrica. 70% dos recursos empregados nessa infraestrutura é oriundo do Pronaf A e 23% de recurso próprio, o que reforça a facilidade de acesso ao crédito citado anteriormente (Gráfico 25).

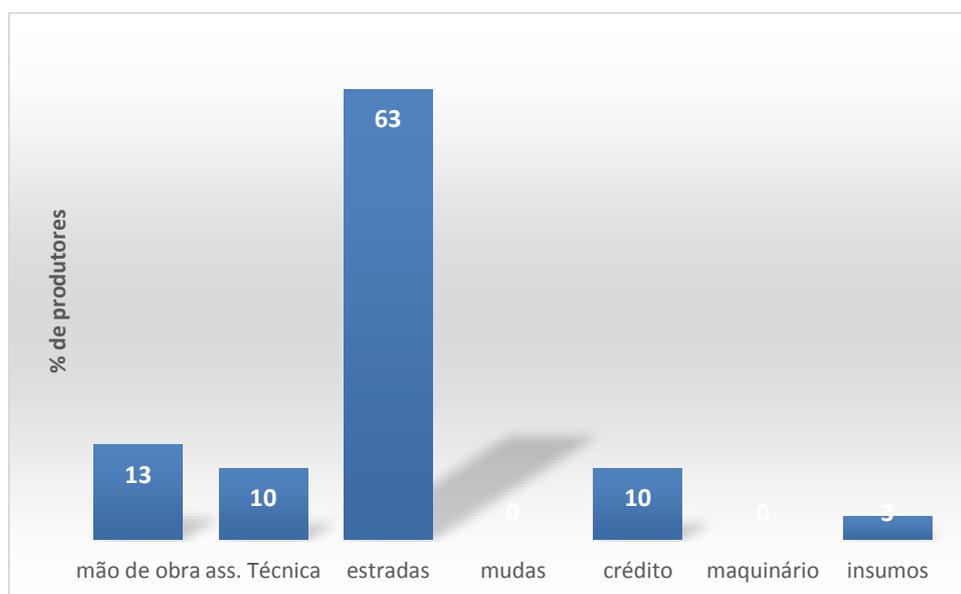
Gráfico 25 – Origem do recurso para moradia, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo.

O maior problema de infraestrutura enfrentado pelos produtores de abacaxi do Lote 8 é a manutenção das vias de acesso. Classificada como “ruim” por 93% dos entrevistados, a PA 449 estava intransitável justamente no período de maior comercialização da safra de sequeiro (fevereiro a maio de 2015), período em que ficou interrompida por vários dias no local conhecido como “Ladeira do Sabão” (Gráfico 26). A situação das estradas faz com que o preço da fruta seja inferior ao preço conseguido em Floresta em até 35%, segundo os produtores.

Gráfico 26 – Dificuldades na produção de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo

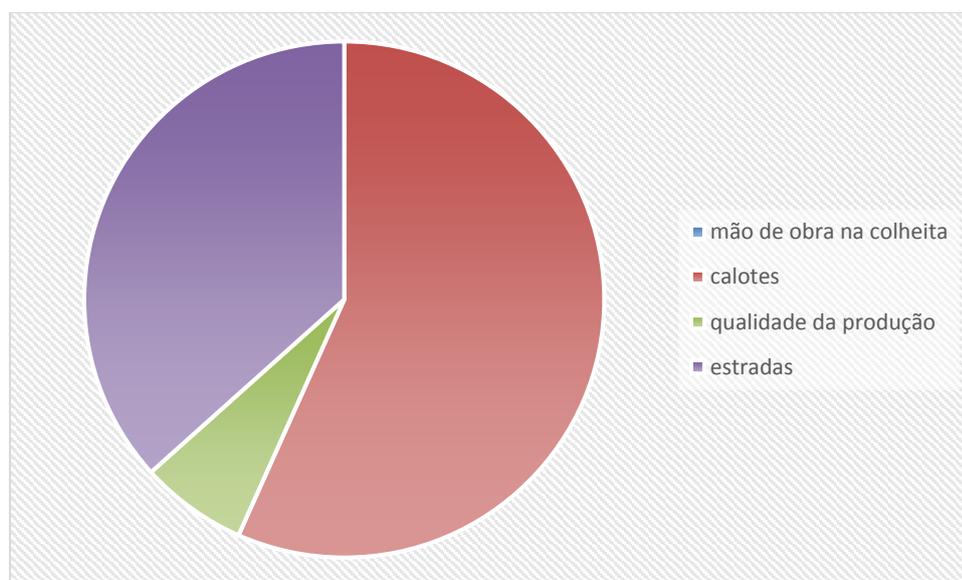
A aquisição de mudas não é considerada uma dificuldade porque sua comercialização está sendo feita livremente entre os produtores, sem qualquer fiscalização, o que reduz os custos de produção, mas eleva o risco de disseminação de pragas e doenças.

O maquinário também não foi citado como gargalo devido à presença do trator e de implementos da Associação de Produtores de Abacaxi, que atende os associados e fora da associação, caso esteja ocioso.

A licitação da empresa para a manutenção das vias de acesso do assentamento não foi feita pelo INCRA em tempo para que o serviço fosse concluído antes do período chuvoso. Assim, iniciadas as chuvas, tentativas de remediação só pioraram a situação das estradas, causando muita revolta nos produtores, que chegaram a ser impossibilitados de tirar sua safra.

Como 87% dos produtores vendem suas safras para as Centrais de Abastecimento-CEASA de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, durante a comercialização a grande preocupação é a insegurança na venda para atravessadores. Eles não possuem empresa constituída, endereço, ou referência e, com grande frequência, têm causados prejuízos de 100% da safra paga em cheques sem lastro. 57% dos produtores indicam os calotes com sendo o principal problema da comercialização e que têm atingido 100% dos produtores (Gráfico 27). Entre os produtores é comum ouvir a afirmação: “se não guardar um cheque sem fundo na gaveta, não é produtor de abacaxi”. Esse é um problema que chegou a ser caso de polícia, e não conseguiu ainda a atenção do poder público no sentido de viabilizar a comercialização dos pequenos produtores sem a figura do atravessador.

Gráfico 27 – Dificuldades na colheita de abacaxi, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



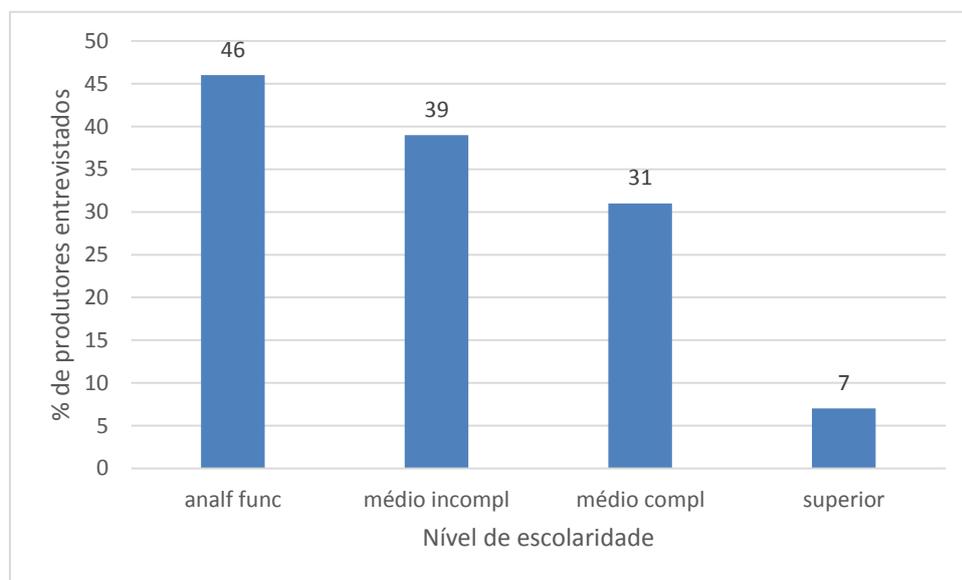
Fonte: Dados de campo

6.1.7 Política Social

Todos os entrevistados disseram ter acesso ao serviço público de saúde municipal, através de posto de saúde na sede da colônia, também chamada “Vila Joncon”. Porém, do total dos entrevistados, somente 57% afirmam ser atendidos por agente de saúde, profissional responsável por atuar na prevenção da saúde e encaminhar os doentes ao serviço de saúde como parte do Programa de Saúde da Família.

Todos os assentados têm acesso à rede municipal e estadual de educação, com escolas na sede da colônia. Programas como EJA – Educação de Jovens e Adultos e PRONATEC também estão sendo desenvolvidos no local. Mas o que se observa é que o nível de escolaridade do produtor é muito baixo e isso é o que afeta a qualidade técnica da lavoura (Gráfico 28).

Gráfico 28 – Escolaridade dos integrantes das famílias de abacaxicultores, Colônia Joncon, de set/2014 a fev/2015



Fonte: Dados de campo

O baixo nível de escolarização dos assentados na região de Conceição do Araguaia reforça a importância da assistência técnica para o desenvolvimento local. O Censo Agropecuário 2006 mostra que 63% dos assentados brasileiros afirmam saber ler e escrever, não considerando o fato da baixa qualidade do ensino, que forma analfabetos funcionais. Esse é um índice preocupante, porém verificado em 14% de analfabetos em idade de 14 anos acima.

7 INTERAÇÃO ENTRE OS AGENTES EXECUTORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO DE ABACAXI

Nesta seção, analisa-se a interação entre os agentes e as políticas públicas envolvidas na produção do abacaxi, em regime de agricultura familiar, e os reflexos sobre o desenvolvimento local, na Colônia Joncon, em Conceição do Araguaia.

De acordo com o Dicionário Só História (2015), a população economicamente ativa de um país consiste na parte da população inserida no mercado de trabalho ou que está tentando se inserir nele. No Brasil, o IBGE não define esse índice em termos de idade. Porém, os indivíduos empregados se encontram entre 10 e 60 anos (IBGE, 2015). Entendendo como população economicamente ativa os integrantes acima de 15 anos, a comunidade analisada é composta 75% de mão de obra ativa, porém 45% são mulheres (pouco empregadas na lavoura de abacaxi). Essa é uma importante informação para a avaliação da viabilidade da agricultura familiar, que depende, basicamente, da mão de obra familiar.

De acordo com o “Orçamento Simplificado de Custeio para 01 ha de abacaxi”, demonstrado na Tabela 4, vemos que a cultura possui picos de exigência de mão de obra, o que excede àquela indicada como disponível nos dados coletados sobre a composição das famílias. Por isso, 73% das famílias terceirizam a mão de obra, além de 33,33% executarem a troca de diárias como complemento. Esse é um fator que eleva os custos de produção para o pequeno produtor, mas que se mostra viável para aqueles que já possuem alguma estabilidade financeira devido ao bom rendimento da lavoura. O problema ocorre quando o produtor implanta uma lavoura muito maior do que a mão de obra familiar seria capaz de conduzir. O reflexo pode ser visto numa produção de baixa qualidade proveniente de lavoura malcuidada, principalmente quanto à retirada de ervas daninhas (roçadas ou capinas). Portanto, para alcançar uma melhor qualidade na produção, o produtor deve reduzir o tamanho da área plantada, mantendo-a compatível com a mão de obra familiar disponível, visando a qualidade dos frutos, e não somente a quantidade.

Apesar de a comunidade ser formada por 70% de imigrantes, trazendo costumes e tradições diversas dos seus locais de origem, o conhecimento sobre o cultivo do abacaxi entre os chefes de família se formou após a radicação no assentamento. Cerca de 80% dos entrevistados disseram ter ocupação anterior na agricultura, porém a dedicação à abacaxicultura se deve à tradição local, não a conhecimentos anteriores. Devido à baixa escolaridade (Gráfico 9), inclusive falta de conhecimentos técnicos específicos da atividade abacaxícola, torna-se maior a necessidade de treinamento e de capacitação dos produtores para a atividade.

Dos proprietários entrevistados, 50% passaram por capacitação recente, oferecida pelo IFPA, em parceria com a Embrapa e a Secretaria Estadual de Agricultura, como parte do trabalho de extensão que está sendo desenvolvido pela autora junto à comunidade, há dois anos. Dos produtores alcançados pela capacitação, 93,3% fazem parte da Associação de Produtores de Abacaxi, o que mostra uma das vantagens da organização dos produtores. As reuniões da associação facilitam a mobilização dos produtores por reduzir a dificuldade de alcance da divulgação de eventos e agir no sentido de motivar a participação dos associados.

A associação de produtores, mesmo sem receber orientação e capacitação por parte das entidades públicas competentes, tem conseguido resultados significativos no apoio aos seus associados e representação perante órgãos públicos. As principais bandeiras encampadas têm sido buscar a efetivação das políticas públicas, que deveriam garantir o escoamento das safras, buscando a solução para o mau estado de conservação das estradas. As dificuldades recorrentes na comercialização (calotes) não foram solucionadas após a viagem da diretoria a grandes centros consumidores de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, com o objetivo de efetivar vendas diretas, viagem esta custeada pela Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia, já que há a dificuldade em manter o fornecimento regular de frutos devido à falta de planejamento de escalonamento de plantio.

Também como resultado do trabalho da associação, o grupo de produtores associados recebeu da SAGRI, em janeiro de 2015, trator e implementos para auxiliar no cultivo das propriedades e conseguiu financiar um caminhão através do programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) do Banco do Brasil.

Como parte do trabalho da assistência técnica, a importância do associativismo deve ser propagada, buscando o fortalecimento e a ampliação do grupo e mostrando para os demais produtores do município, estimados em mais de 600, a importância desse tipo de organização para agricultores familiares.

Além de retardar a estruturação e a consolidação da associação de produtores e não colaborar na solução dos problemas na comercialização, a assistência técnica insuficiente permite que erros técnicos grosseiros perpetuem, com a adoção de práticas insustentáveis, degradação dos solos, ambiental e retardando o desenvolvimento local.

Diante da definição do PRONATER (Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) de um contingente de 80 famílias a serem atendidas por cada técnico da instituição, o corpo técnico insuficiente e a estrutura física deficitária inviabilizam o acompanhamento dos produtores. O resultado observado nos dados coletados a campo é o

esperado: 67% dos produtores não recebem nenhum acompanhamento e, dos que recebem alguma orientação, somente 20% a classificam como regular. A distância entre as propriedades e delas até a sede do município também é um fator que dificulta o rendimento do serviço de assistência técnica e que deveria ser levado em conta no momento de definir, em uma política pública, o contingente de famílias por técnicos.

Ainda de acordo com a Política Nacional de Ater (PNATER), a EMATER trabalha atendendo a programas regionais e estacionais, como o “Programa Bacia Leiteira”, o que inviabiliza o acompanhamento rotineiro de uma atividade tradicional como é o caso da abacaxicultura. Portanto, o mau desempenho da assistência técnica observado na região estudada se deve à metodologia de trabalho definida por uma política nacional que não visa um trabalho a longo prazo, e sim, o atendimento de programas temporários.

O INCRA mostrou-se um órgão moroso e que, por ainda ser responsável, em grande parte, pela aplicação das políticas públicas em áreas de assentamento, tem contribuído para o retardamento do desenvolvimento local. Espera-se uma fiscalização eficiente da empresa responsável pela assessoria aos produtores garanta a elevação do nível técnico das lavouras.

Assim como a Região da Colônia Bradesco, a empresa que venceu a chamada pública do INCRA, denominada RURALNORTE, venceu também a chamada para a região da Colônia Bradesco, outro grande polo produtor de abacaxi do município, além de outras áreas de assentamento menores. Restou para a EMATER uma clientela reduzida de agricultores familiares, foco de ação da instituição. Em consequência disso, pode-se prever uma maior desestruturação e enfraquecimento da instituição na região, até mesmo com deslocamento de profissionais para outros municípios.

O inconveniente do rompimento do vínculo com o produtor assim que se encerra o contrato com a empresa terceirizada é um problema que deve ser previsto na política pública, já que também poderá ser causa de retardamento no desenvolvimento local.

A questão ambiental, também de responsabilidade do INCRA, ainda não foi contemplada na área estudada. Como citado anteriormente, a adoção de práticas insustentáveis por parte dos produtores provoca a degradação dos solos e ambiental; áreas de Preservação Ambiental – APP e Áreas de Reserva Legal – ARL não foram definidas nas propriedades e não há trabalho de orientação e conscientização da necessidade de preservação dos recursos naturais.

O uso incorreto e indiscriminado de agrotóxicos, o descarte inadequado de embalagens tóxicas e ausência de proteção individual durante as aplicações são problemas

frequentes na região estudada e a ausência de uma assistência técnica eficiente e de fiscalização do órgão competente só elevam os riscos, tanto para o meio ambiente, quanto para o aplicador e consumidor. Espera-se que estes fatos sejam atacados com afinco pela assistência técnica nas próximas safras.

A indefinição das áreas de reserva legal e de preservação permanente compromete a preservação da fauna e da flora, assim como as nascentes da região. Apesar da existência de um Termo de Ajuste de Conduta (ANEXO 3), por meio do qual a Promotoria exige a regularização das áreas de reserva das áreas de assentamento antes que novas desapropriações sejam feitas, ainda que esgotado o prazo de execução do TAC nada foi feito pelo INCRA nesse sentido. Por falta de conhecimento ou por ação deliberada, as leis ambientais não estão sendo respeitadas na área de assentamento analisada, o que já tem gerado problemas como o caso do uso inadequado da água de irrigação, que tem causado a falta deste recurso ao longo do curso d'água.

Quanto à política fundiária, de competência do INCRA, é premente que um novo levantamento topográfico seja feito, atualizando a configuração de glebas negociadas e posicionando adequadamente o assentamento na malha fundiária nacional.

A negociação de grande quantidade de glebas no assentamento, o que se comprova pela presença de aproximadamente 10% dos inicialmente assentados (informação verbal)³¹, deixa claro a ineficiência da seleção dos assentados e do incentivo à permanência deles no campo. Com esse índice de evasão, é necessário que sejam revistos os critérios adotados na seleção dos clientes de assentamento e as reais causas da negociação das glebas.

A falta de manutenção das estradas tem prejudicado enormemente a produção e comercialização das frutas produzidas na Colônia Joncon. A lentidão na liberação do recurso do INCRA para a empresa terceirizada faz com que, ano após ano, inicie o período chuvoso sem que o serviço de recuperação seja feito. Uma política ineficiente que provoca redução do preço de venda dos frutos devido à recusa das transportadoras em trafegar em estradas de péssima qualidade ou até mesmo perda total de lavouras devido à interrupção do tráfego.

Além da falta de infraestrutura em suas propriedades, falta de capital de giro é a outra causa da grande dependência das famílias assentadas no que se refere às políticas públicas. A má gestão dos recursos liberados aos agricultores tem gerado um alto índice de inadimplência. A falta de acompanhamento facilita o desvio ou mau uso do crédito, que pode

³¹ Manoel, funcionário da Unidade Avançada do INCRA de Conceição do Araguaia, em entrevista concedida à autora, em 09.06.2015, em Conceição do Araguaia.

não gerar a renda necessária ao pagamento da dívida. O agente financiador não deve aceitar propostas de crédito nas quais não consta a contratação de assistência técnica e a empresa de assistência técnica contratada deve exercer devidamente seu papel. Atualmente, a política de crédito tem se mostrado ineficiente e não oferece segurança aos agentes creditícios.

A falta de opção de mercado para os frutos de segunda poderia ser solucionada caso os recursos existentes para a aplicação em agroindústrias fossem destinados à região. A falta de orientação dos agentes competentes retarda o desenvolvimento que poderia ser alcançado com este tipo de investimento, cujo recurso existe e não é alocado devido à não apresentação de projetos.

A presença da associação de produtores e da empresa de assistência técnica para evitar o atraso na entrega dos projetos aos bancos é fundamental para que a liberação dos créditos se dê na época adequada, para que as lavouras se sucedam, garantindo a renda do produtor.

Analisando a ação do poder público municipal na área estudada da Região da Joncon, observamos que não há uma política específica para a agricultura familiar, mesmo se tratando de um município com 37% da área destinada a assentamentos. Buscar o apoio de outras entidades para desenvolver um trabalho feito com planejamento, garantiria o atendimento de uma grande classe produtora, responsável por grande parte da riqueza do município.

A política pública estadual, que hoje desenvolve trabalho regular somente na área de educação, precisa ampliar o espaço de atuação da fiscalização agropecuária, executando este serviço através da ADEPARA.

Devido à intensidade do uso de agrotóxicos na região, seria necessário um bom e constante trabalho de fiscalização pela Agência de Defesa, o que não é observado. Diante da quantidade de produtores em atividade na região, a atuação em 263 propriedades com agricultura familiar, em todo o município, eleva os riscos de contaminação do ambiente, do aplicador e de permanência de resíduos nos frutos. A falta de pessoal e de estrutura física também é a justificativa para a pequena atuação perante os produtores.

O município não possui nenhum trabalho de coleta de informações para quantificar a produção, a área plantada, nem qualquer outra informação com relação à fitossanidade ou consumo de insumos ou mão de obra. A falta de informações oficiais atualizadas dificulta a tomada de decisões, tanto pelos produtores quanto pelos gestores, mascarando a verdadeira dimensão da atividade nas áreas de assentamento.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é importante para o desenvolvimento local, pois promove a geração de emprego e renda a um grande número de famílias, oportunizando a exploração intensiva de regiões com outros potenciais além de pecuária e, especificamente, do abacaxi, que é uma cultura rústica e bem adaptada às condições edafoclimáticas da região.

A ausência/ineficiência das políticas macroeconômicas, agrícolas e de desenvolvimento é um fator que impede que o potencial da agricultura familiar seja explorado e que os obstáculos não prejudiquem a viabilidade do setor. A necessidade de contratação de mão de obra assalariada temporária e a instabilidade do mercado também podem agravar o processo.

A fruticultura mostra-se uma excelente opção de renda dentro da agricultura familiar por garantir uma boa margem de lucro e ser capaz de sobreviver na adversidade. Mesmo em condições de poucos recursos para investimentos e insegurança na comercialização, os produtores persistem em continuar na atividade, que tem sido responsável pela estabilização financeira de muitos pequenos produtores no município.

O cultivo do abacaxi está, portanto, presente em 25,8% das propriedades da região, predominantemente conduzido em regime de agricultura familiar e tem ajudado essas famílias a vencer a pobreza, dando uma nova dinâmica territorial onde anteriormente só existia a pecuária extensiva. Aproximadamente 83% da população rural da região se dedica à agricultura familiar e que merecem maior atenção na criação de planos de desenvolvimento, com políticas públicas que valorizem os atributos locais e o conhecimento tradicional.

Este trabalho permitiu demonstrar a forma de atuação das políticas públicas nas áreas de produção de abacaxi do Lote 8, da Colônia Joncon, e identificar o quanto os pequenos produtores persistem na atividade, apesar das inúmeras dificuldades decorrentes das falhas ou morosidade do serviço público, já que o abacaxi é um produto perecível.

O baixo índice de escolaridade dos produtores, agravado pela falta de recursos próprios faz com que permaneçam com grande dependência dos auxílios governamentais, apesar dos investimentos já realizados pelos programas federais de apoio à agricultura familiar. Os recursos liberados por esses programas foram, muitas vezes, aplicados indevidamente por falta de orientação ou de fiscalização, e não resultaram em produção de renda suficiente para a quitação dos empréstimos bancários, o que se pode confirmar pelo alto índice de inadimplência junto às instituições de crédito locais e no receio de liberação de novos créditos.

Mesmo não atingindo o rendimento ideal nas lavouras, com assistência técnica insuficiente, com logística extremamente comprometida por estradas sem manutenção adequada e dificuldade de aquisição de recursos, o cultivo do abacaxi tem se mantido como excelente opção de renda aos pequenos produtores, com boa margem de lucro e baixa exigência tecnológica. A atividade é de grande importância social por empregar boa parte da mão de obra disponível na região e oferecer a oportunidade de colheita durante todo o ano. Porém, grande também é o risco ao meio ambiente, aos agricultores e ao consumidor, devido à falta de conhecimento e/ou conscientização a respeito do uso indevido de agrotóxicos e da necessidade de preservação das Áreas de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, principalmente junto às fontes d'água.

A adoção do associativismo na região ainda é incipiente, mas já mostra resultados, dando representatividade ao grupo junto aos órgãos públicos e creditícios, possibilitando a aquisição de máquinas, implementos e a capacitação dos associados. A divulgação destes resultados tem feito com que outros polos produtores vejam a necessidade da organização dos grupos de produtores a fim de alcançar objetivos comuns.

Devido à representatividade econômica da abacaxicultura para o município, espera-se que instituições públicas colem rotineiramente informações que possibilitem melhor tomada de decisões e favoreçam a implementação de políticas públicas adequadas à realidade local. A estruturação dos órgãos públicos e prestadoras de serviço envolvidos na atividade, com a contratação e capacitação de equipes técnicas, aquisição e manutenção de veículos de campo, planejamento e supervisão de atividades de acompanhamento das lavouras, da produção à comercialização são condições básicas para que todos os órgãos envolvidos nesta cadeia produtiva possam obter bons resultados. Isso também possibilitaria a proposição de alternativas de industrialização da “borrêia”³² e dos demais restos culturais, oferecendo mais opções de aproveitamento da mão de obra feminina, de complementação da renda e evitando o desperdício de grande parte da produção, que hoje é abandonada no campo por não atingir os padrões exigidos pelo comércio dos frutos *in natura*.

8.1 PROPOSTAS E SUGESTÕES

Como contribuição diante dos inúmeros desafios que a abacaxicultura atravessa no sudeste paraense, à medida que este trabalho de pesquisa foi sendo desenvolvido, com as

³² Borrêia: frutos considerados inadequados pelo mercado de frutas frescas brasileiro por possuir menos de 1 kg.

diversas viagens a campo, um novo projeto foi gerado visando a difusão de tecnologia e, com isso, amenizar o fosso que há entre a prática e o conhecimento técnico sobre abacaxicultura.

O projeto “Produção Integrada de Abacaxi” já obteve apoio da Embrapa Amazônia Oriental, da Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura e Pesca-SEDAP, da Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia e do Instituto Federal do Pará – Campus Conceição do Araguaia para que seja iniciado neste novo ano agrícola que se inicia em agosto, tendo duração de 3 anos.

Este projeto propõe instalar campos de demonstração de 1ha da lavoura de abacaxi, onde serão adotadas as técnicas para a produção integrada da fruta, levando em conta todos os conceitos de sustentabilidade e de produção de alimento seguro propostas pela Embrapa. Através do monitoramento e da utilização de insumos na época e dosagem corretas, reduz-se o custo de produção em até 20%, além de preservar o meio ambiente e garantir a saúde no campo e do consumidor (APÊNDICE 4).

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY , Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo** – São Paulo em Perspectiva, Abr/jun, vol.11, nº 2:73:78, São Paulo, 2003.

ABRAMOVAY , Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999

ADEPARA. Disponível em <http://www.adepara.pa.gov.br/>. Acesso em 06.03.2015

ANVISA. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/wps/portal/anvisa/anvisa/busca/>. Acesso em 03.05.2015

BAUAINAIN et al. Agricultura familiare o novo mundo rural. Sociologias, Porto Alegre, ano 5, p.312-317, jul/dez 2003

BB. Disponível em <http://www.bb.com.br/portalbb/page100,8623,8658,0,0,1,1.bb?codigoNoticia=4195&codigoMenu=11721>. Acesso em 07.05.2015.

BNDES. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/A_Empresa/historia.html. Acesso em 25.03.2015

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desenvolvimento Agrário como Estratégia: balanço MDA, 2003-2006/Ministério do Desenvolvimento Agrário** – Porto Alegre: Nead, 2006

BRASIL, Lei 11.326/06, de 24 de junho de 2006. **Diário Oficial da União, Brasília:** Imprensa Nacional, ano 185, 25.07.2006.

CABRAL et al. **Abacaxi: produção- aspectos técnicos** / Embrapa Mandioca e Fruticultura – Brasília: Embrapa Comunicações para Transferência de Tecnologia, 2000.

CARNEIRO, Maria José. **Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf.** Estudos Sociedade e Agricultura. p.70 a 82. 08.04.1997

CAMPANHOLA, Clayton; Silva, José Graziano. **Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.11-40, jan/abr.2000

CEF. Disponível em <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>. Acesso em 02.05.2015

CUNHA et al. **O abacaxizeiro. Cultivo, agroindústria e economia** / Embrapa Mandioca e Fruticultura – Brasília: Embrapa Comunicações para Transferência de Tecnologia, 1999.

DICIONÁRIO SÓ HISTÓRIA. Disponível em <http://www.sohistoria.com.br/dicionario/popup.php?id=110>. Acesso em 22.06.2015

EMATER. Disponível em: http://www.emater.pa.gov.br/upload/ck/ckfinder/userfiles/files/Projeto_Regionais_Concei%C3%A7%C3%A3o_Araguaia.pdf. Acesso em 20.04.2015

EMBRAPA: **Sistemas de Produção.** Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Abacaxi/CultivodoAbacaxiRO/index.htm>. Acesso em 05 .12..2014

EMBRAPA: **Sistemas de Produção.** Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Abacaxi/SistemaProducaoAbacaxiExtremoSulBahia/custo.htm>. Acesso em 08 dez.2014. Acesso em 05.dez.2014

FAO. Disponível em <http://www.fao.org/family-farming-2014/home/what-is-family-farming/pt/>, Acesso em 21.12.2014

FAO. FoodandAgricultureOrganization. FAOSTAT Database. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/home/E>. Acesso em 15.07.2015.

GUILHOTO, Joaquim J. M. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul** / Joaquim J. M. Guilhoto ... [et al]. -- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 44 p.; 21 x 28 cm. -- (Estudos Nead; 9).

HOMMA, A.K.O.; CARVALHO, R.A.; PINTO, L.P.; SOUZA, A.F.; DIAS, A.R.; GLÓRIA, R.F.D. **Custo de produção de abacaxi no Sudeste Paraense**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2002. 35p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 130).

INCRA. Disponível em http://www.incra.gov.br/institucional_abertura. Acesso em 02.05.2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: População urbana. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf, Acesso em 10.12.2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: População urbana. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_pu_hom_mul.php?codigo=150270. Acesso em 11.06.2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: População rural. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_pr_hom_mul.php?codigo=150270. Acesso em 11.06.2015

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2003/comentario.pdf>. Acesso em: 17 out.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Cidades @**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=150270&search=%7Cconceicao-do-araguaia>. Acesso em 02 dez. 2014.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**-6 ed.- São Paulo. Atlas, 2011

MATOS, A. P. **Produção integrada de fruteiras tropicais**. Cruz das Almas – BA. Embrapa: Mandioca e Fruticultura Tropical. 2011. 312p

MATOS, A.P.; CUNHA, G.A.P.; VILAR, L.C.; SOUZA, L.F.S.; SANCHES, N.F. **Avaliação do nível tecnológico da cultura do abacaxi nas regiões produtoras de Capitão Poço e de Floresta do Araguaia, Pará**. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical. 2006. 23p. (Relatório de Assessoria Técnica).

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. **Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas**. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol 3, N.5, p.51-59, Set.2002.

MDA. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>. Acesso em 05.04.2015

PIRES, Elson L.S. et al. **Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos**. Geografia, Rio Claro, v.31, n. 3, p.437-454, set./dez. 2006.

ROSSI, V. P. **Plano de Aplicação dos Recursos para 2013 - Estado do Pará**. Banco da Amazônia, 45p. 2012.

SABOURIN., Eric. **Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?** Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia, n.31, v.1, p. 3-16, 2009.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações. **I Fórum Internacional Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza/CE, 2003.

SCHNEIDER, S; Tartaruga, I. **Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais**. Revista das Ciências Sociais, Paraíba, Universidade Federal Campina Grande, vol.23, nº 1 e 2, pg 99-117, jan-dez 2004

SCHNEIDER, Sergio et al. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SEAGRI. Disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/search/node/PRONAF>. Acesso em 12.06.2015.

SEDAP. Disponível em <http://www.sagri.pa.gov.br/pagina/Sobre%20a%20Sedap>. Acesso em 03.05.2015

SIROTHEAU et al. **PRONAF: Dimensões desta política pública direcionada à agricultura familiar no Brasil com ênfase ao estado do Pará – Região Norte**. Encontro da Rede de Estudos Rurais, 3 a 6 julho,2012

APÊNDICES

APÊNDICE 1- Questionário de pesquisa

ROTEIRO PARA ENTREVISTA – AGRICULTORES

1. Nome do entrevistador:

2. Nome do entrevistado (produtor): _____

3. Idade: _____

4. Origem: _____

5. Em que você trabalhava antes da chegada no lote? _____

6. Nome da Propriedade: _____

7. Tamanho do Lote (ha): _____

8. Tempo de ocupação da área? _____

9. Pretende ficar na terra?

SIM

D: disponível para venda

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

10-Faixa etária das pessoas que residem no lote			11-Nível de Escolaridade				12-Gên.		13-Função		
Até 14 anos	15 a 65 anos	Acima 65 anos	Analf a fund.	Médio incompl	Médio compl	Sup	H	M	Do lar	Agrop.	Fora da prop

14. Contrata mão de obra externa?

SIM

NÃO

Quantos? | - Quantos Permanente?
| - Quantos Temporários
| - Há troca de diárias? Quantidade de diárias trocadas

DADOS DA LAVOURA

15. Área cultivada (ha): _____

16. Variedade plantada de abacaxi:

Pérola

Jupi

Havaí

17. Sistema de plantio

s iro

ado

18. Espaçamento

Fila simples

Fila dupla

19. Número total de plantas: _____

20. Qde produzida (colhida):

800g a 1kg: _____

1kg a 1,2kg: _____

Acima de 1,2kg: _____

21. Destino dos restos culturais

q ia

it ora

f ce ao gado

e oeirar

22. Preparo do solo

Aração

gradagem

outro

Quantas?

Quantas?

O quê?

23. Faz calagem?

SIM

- Usou quanto?

NÃO

- Por quê?

24. Adubação de plantio

SIM

- qual adubo usou?

NÃO

- quanto aplicou?

25. Adubações pós plantio

SIM

NÃO

- qual(s) adubo usou?

- quanto aplicou em cada adubação?

26. Controle do mato

Cobertura morta cultura de cobertura cida pré-emerg pós-emerg

Capina

Produto usado: _____

27. Indução Floral

SIM

- qual produto?

NÃO

- quanto aplicou?

28. Fez controle químico de pragas?

SIM -em que época? NÃO

- qual(s) inseticida usou?

- dosagem

- número de aplicações:

29. Fez controle químico de doenças?

SIM -em que época? NÃO

- qual(s) fungicida usou?

- dosagem

-número de aplicações:

30. Qual o destino das embalagens tóxicas?

qna eha na lavoura reiza dlve para a revenda
ds

31. Qual a principal dificuldade enfrentada na produção?

- () falta de qualidade e alto custo da mão de obra
- () falta e ineficiência da assistência Técnica
- () oferta de insumos adequada
- () estradas de baixa qualidade
- () baixa qualidade de mudas
- () dificuldade de acesso ao crédito (falta de capital de giro)
- () falta de maquinário adequado

32. Qual a principal dificuldade enfrentada na comercialização?

- () baixa qualidade e alto custo da mão de obra de colheita e carregamento
- () falta de garantia na comercialização (calotes)
- () a baixa qualidade da produção dificulta a venda
- () escoamento da safra dificultado pelas estradas sem manutenção

33. Mercado atendido?

Local CEASAS indústria

34. Qual é a empresa que presta assistência técnica na sua região?
 EMATER Prestadora Outros Não tem
35. Como o Sr. (a) avalia os serviços prestado pela ATES no anos de 2013 e 2014 ?
 Excelente
 Bom
 Regular
 Muito ruim
 Não recebem assistências técnica
36. Frequência com que recebem assistência técnica nos lotes?
 Somente quando solicitado?
 Semanal e quando solicitado?
 Quinzenal e quando solicitado?
 Mensal e quando solicitado?
37. Quantidade de técnicos é suficiente para atender todo assentamento?
 SIM NÃO
38. Para que atividades recebeu orientações da assistência técnica?
a cultura pecuária O s
39. Após iniciarem uma atividade o Sr. observa se os técnicos voltam para monitorar/acompanhar/avaliar?
 SIM NÃO
40. O Sr. (a) já recebeu algum tipo de curso externo para alguma atividade realizada na propriedade?
 SIM NÃO
- Atividade apoiada?
 Agricultura Pecuária Outros
- Agencia financiadora
 SENAR SEBRAE IFPA Prefeitura Outros
41. Sr. (a) pretende mudar a maneira de realizar esta atividade?
 SIM NÃO
- POLÍTICA FUNDIÁRIA E AMBIENTAL**
42. Possui área de Preservação Permanente (APP) no lote?
 SIM NÃO

43. Possui área de Reserva legal (RL)?
 SIM NÃO

44. A área possui georreferenciamento feito pelo INCRA?
 SIM NÃO

45. A área possui CAR feito pelo INCRA?
 SIM NÃO

POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

46. Já teve acesso a alguma linha de crédito?
 SIM NÃO

47. Qual modalidade? (Pronaf, FNO, etc)

48. Quais as dificuldades na liberação?

49. Há acompanhamento da aplicação do recurso?
 SIM NÃO

50. O projeto inicial foi implantado financiado
 SIM NÃO

51. Como obtém informação sobre o crédito rural?

COMPOSIÇÃO DA RENDA BRUTA DA FAMÍLIA

52. A renda bruta da família é baseada em:

Agricultura Pecuária
Agroindústria

53. Possuem renda gerada por outros benefícios do Governo, como pensões, aposentadorias, bolsa escola, vale gás, etc.?
 SIM NÃO

54. Possuem renda complementar gerada fora do PA?

SIM

NÃO

55. Total da Renda mensal? _____

ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO

56. Tem participação ativa em associações ou cooperativas?

SIM

NÃO

POLÍTICA DE INFRAESTRUTURA

57. Qualidade da moradia

D venaria De madeira

58. Origem do recurso para a construção de moradis

RA

R própria

O

59. Origem da água consumida?

C ba ou represa

Poço o sterna

60. Origem dos recursos para a obtenção de água potável

RA

R própria

O

61. Condições das vias de acesso

Regular

im

62. Tem acesso ao transporte?

S Público NÃO

Particular

63. Possui energia elétrica?

SIM

NÃO

64. Tem acesso a programas de saúde pública?

S Rede púb a municipal NÃO

Rede pública estadual

Rede particular

65. É atendido por agente de saúde?

SIM

NÃO

66. Tem acesso à educação?

SIM

NÃO

67. Que programa educacional tem acesso?

Eja

Pronatec

Municipal

Estadual

Particular



PROJETO

PRODUÇÃO INTEGRADA: A FORÇA DO CONHECIMENTO

Transferência e difusão de tecnologia na produção integrada do abacaxi no município de Conceição do Araguaia - Pará

JANEIRO / 2015



RESUMO

O abacaxi é uma planta tropical, nativa da região amazônica, explorada no Brasil em cerca de 60.000 hectares, com predominância de minifúndios. Seguindo esta estatística, em Conceição do Araguaia, município com 37% da área destinada a assentamentos, a abacaxicultura vem se tornando uma tradicional alternativa de renda para a agricultura familiar. Condições edafoclimáticas favoráveis, mão de obra disponível e baixo custo de produção fazem do município o segundo maior em produção, a nível nacional.

Devido à imensa área destinada a assentamentos e estando estes ainda em fase inicial de estruturação, com baixo nível de renda para os colonos e condições ainda precárias de desenvolvimento, é importante e urgente para Conceição do Araguaia a análise de alternativas de investimento e direcionamento de políticas públicas. Buscando acelerar o desenvolvimento local, entidades de ensino, pesquisa e assistência técnica têm desenvolvido trabalhos no sentido de analisar as necessidades da atividade abacaxícola, propor soluções e conscientizar os produtores da região da necessidade de se organizarem para usufruir do importante papel social da atividade, por gerar emprego e renda no meio rural.

Apesar desta tendência de valores mundiais, e sem levar em conta conceitos ecológicos e cuidados com a preservação do meio ambiente, o cultivo do abacaxizeiro tem sido feito às custas da degradação dos recursos naturais, solo e flora nativa. A produção é prejudicada por problemas fitossanitários e deficiência nos tratamentos culturais, reduzindo sua competitividade, principalmente de exportação. A grande produção, portanto, se deve mais à extensão de área plantada do que propriamente à alta produtividade das lavouras, deixando como seqüela grandes danos ambientais.

O objetivo principal deste projeto é melhorar a qualidade da produção através da introdução do sistema de Manejo da Produção Integrada (MPI) no cultivo do abacaxizeiro. O MPI busca a produção de alimentos seguros à saúde do consumidor, proteção do meio ambiente e a elevação da competitividade das empresas rurais e redução de custos, mediante aperfeiçoamento dos processos produtivos.

O projeto PI de Abacaxi (PI-A) propõe-se a apoiar os agricultores do Lote-8, da Colônia Joncon, no município de Conceição do Araguaia, na obtenção de padrões de produção ecologicamente corretos, segundo procedimentos estabelecidos por normas específicas, referentes à Gestão Ambiental e certificação de qualidade. A metodologia será a seguinte: a) Criar um Comitê Gestor Voluntário (CGV/PI-A), que trabalhará em parceria com as instituições co-executoras e colaboradoras, com a participação de estagiários dos cursos de agronomia e curso técnico agropecuário; b) Implantar as Normas Técnicas Específicas, Grade de Agroquímicos e Cadernos de Campo e de Pós-colheita, em conformidade com a IN-

MAPA/20; c)Estabelecer diretrizes técnicas e normas, de acordo com os preceitos internacionais que tratam da qualidade na produção; d)Instalar cinco unidades demonstrativas ou campos de produção, com áreas de 1,0ha cada, onde serão realizados estudos comparativos “in loco”, entre os sistemas de PI e de produção em uso (convencional), envolvendo análises econômicas, de estatística multivariada e qualidade ambiental; será observado o impacto ambiental dos efeitos dos dois sistemas sobre os recursos naturais; e)Cadastrar e georreferenciar todos os produtores da região do Lote8-Joncon, constando a quantidade de mudas plantadas, data de plantio e provável colheita; f)Aplicar aos produtores cadastrados o questionário “Marco Zero”, para fim de diagnóstico técnico e socioeconômico, possibilitando avaliação comparativa com futuras safras; g)Promover capacitação de produtores através de cursos e dias de campo sobre técnicas de PI-A, incluindo monitoramento de pragas e doenças, emissão de balanço hídrico diário; uso de agroquímicos; instruções de uso de Cadernos de Campo e de Pós-colheita e de coletores eletrônicos; h)Promover palestras e oficinas com os temas: associativismo, comercialização; crédito agrícola; i)Instalar experimentos quantitativos que forneçam dados locais que sirvam de base para possíveis adaptações nas normas, a fim de atender às condições agroecológicas do Pará (adubação, espaçamento, indução, monitoramento de pragas e doenças, classificação de frutos).

No primeiro ano será criado o comitê gestor; a implantação das quadras sob o regime de produção do sistema PIF e procedimentos comparativos dos dois sistemas; cadastramento dos produtores e aplicação do questionário “Marco Zero”; cumprimento do calendário de cursos e palestras com o treinamento de agricultores e técnicos em PI-A, associativismo, comercialização e crédito rural; a adoção de Cadernos de Campo e de Pós-colheita; e o acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e sanidade das plantas. Nos anos seguintes, além dessas atividades, será feita a avaliação da produção e análises críticas, visando propor possíveis adaptações nas normas.

Palavras-chave: Abacaxizeiro, *Ananascomosus*, práticas culturais, fitossanidade, manejo integrado de pragas, qualidade da produção.

TÍTULO

PRODUÇÃO INTEGRADA: A FORÇA DO CONHECIMENTO - Transferência e Difusão de Tecnologia na produção do abacaxi no município de Conceição do Araguaia - Pará

IDENTIFICAÇÃO

Período de Execução: 3 anos

Instituições Proponentes:

- **IFPA - COORDENAÇÃO**

Instituições Parceiras:

- Embrapa Amazônia Oriental
- Secretaria de Estado de Agricultura do Pará (SAGRI)
- Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical
- Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia
- Associação dos Produtores de Abacaxi do Lote8- Joncon

Coordenação Geral:Stella de Castro Santos Machado

IFPA- Campus Conceição do Araguaia

Elaboração do Projeto de PI – ABACAXI

Jaqueline R. Verzignassi

Embrapa Amazônia Oriental

Geraldo dos Santos Tavares

Secretaria de Estado de Agricultura do Pará

Stella de Castro Santos Machado

IFPA – Campus Conceição do Araguaia

Embrapa Amazônia Oriental

Travessa Enéas Pinheiro, S/N

66095-100 – Belém – PA

(91) 3204-1160, 3204-1042, 3204-1112 Fax (91) 3276-9845

E-mail: aloyseia@cpatu.embrapa.br

Secretaria de Estado de Agricultura do Pará

Travessa do Chaco, 2232 – Marco

66.093-410 Belém –PA

(91) 4006-1250 (Gerência de Fruticultura)

E-mail: sagritavares@hotmail.com

Instituto Federal do Pará

Avenida Couto Magalhães, 2232 – S. Universitário

68.540-000 Conceição do Araguaia –PA

(94) 3421-1962 (Administração)

E-mail: stellacsmachado@hotmail.com

EQUIPE TÉCNICA E COLABORADORES

NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	FORMAÇÃO/ATIVIDADE
Stella de Castro Santos Machado	Instituto Federal de Educação – IFPA – Campus Conceição do Araguaia	Eng ^a Agrônoma, Mestranda em Gestão de Recursos Naturais e Desev. Local na Amazônia - Coordenação
Vitor Silva Barbosa	Instituto Federal de Educação – IFPA – Campus Conceição do Araguaia	Eng ^o Agrônomo, Mestre em Recursos energéticos– Apoio Técnico

Aloyséia Cristina da Silva Noronha	Embrapa Amazônia Oriental/ Pesquisador	Eng ^a Agrônoma, Dr. em Entomologia
Aristóteles Pires de Matos	Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical/ Pesquisador	Eng ^o Agrônomo, PhD e Post Doctor em Fitopatologia – Apoio Técnico
Geraldo dos Santos Tavares	SAGRI - Gerência de Fruticultura	Eng ^o Agrônomo, especialista em Manejo de Solos Tropicais- Apoio Técnico
Itamar Adão Machado	Casa do Campo/ Iniciativa privada	Eng ^o Agrônomo - Apoio Técnico

1. IMPORTÂNCIA DA ABACAXICULTURA PARA O ESTADO DO PARÁ

A cadeia produtiva da fruticultura na Amazônia no ano de 2007 gerou um PIB DE US\$ 123,18 milhões, ocupou cerca de 124 mil pessoas e exportou US\$ - 41,75 milhões . Desse total exportado, o Pará participou com US\$ - 32,25 milhões, ou seja , mais de 77%, o que representa um aumento de 27,23% em relação ao ano de 2006. Ainda em 2007, o Pará exportou 11,5 mil toneladas de polpa de frutas gerando uma receita de US\$ - 17,69 milhões (SANTANA , 2008).

A fruticultura é uma atividade em expansão no Estado, em dez anos (período 1996 a 2005) a área plantada passou de 149.621 hectares para 304.000 hectares, representando um incremento de 103%. Nos últimos três anos algumas culturas apresentaram expressivo crescimento na produção com destaque para o abacaxi (32%), limão (26,8%), goiaba (14,6%), açaí (13,5%) e acerola (11,5%) (IBGE/GCEA/LSPA,2007;Sist. SAGRI-PA); com isso o Estado se apresenta com destaque no ranking da fruticultura nacional, com ênfase para as culturas do Açaí, Abacaxi e Cupuaçu (1° produtor nacional, 2007), Cacau e Coco (2° produtor), Banana (4° produtor) e Maracujá e Laranja (7° produtor) (IBGE ,GEEMA-SAGRI, 2007).

Em 2012 o Estado do Pará foi o primeiro produtor nacional de abacaxi com uma produção de 317.127 mil frutos, seguido da Paraíba (294.640 mil frutos), Minas Gerais (250.576 mil frutos) e Rio de Janeiro (133.093 mil frutos), e uma área plantada de cerca de 19,67 mil hectares, em 2013 (IBGE, 2014). O Município de Floresta do Araguaia se destaca como principal produtor estadual seguido de Conceição do Araguaia, Salvaterra e Santarém; os municípios de Capitão Poço e Castanhal localizados na região Nordeste do Estado apresentam grande expansão da cultura consorciado com outras fruteiras regionais.

Floresta do Araguaia com uma produção de 210.000 mil frutos em 2011 (IBGE, 2014), é o principal produtor nacional. O município possui 6.000 hectares de área plantada, sendo

a atividade desenvolvida por cerca de 1200 produtores com impactante importância na economia da região. Em Floresta do Araguaia está localizada a maior indústria de processamento de suco concentrado de abacaxi do país; com o processamento de quatro mil toneladas de frutos/mês. O produto é exportado principalmente para países da União Européia, Estados Unidos, Israel e Mercosul.

Embora a cultura tenha importância para o Estado, poucas ações tem sido implementadas no sentido de melhorias no seu sistema de produção, e gargalos como comercialização, pragas e adubação inadequada ainda persistem.

2. SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO INTEGRADA DE FRUTAS NO PARÁ

No Estado do Pará, a situação da produção integrada de frutas tropicais é bastante diferente dos demais Estados da federação, a exemplo do Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, entre outros, onde a produção integrada de culturas como maçã, pêssego, mamão, citros, manga e uva já está sendo implementada. Embora ainda não existam quaisquer trabalhos direcionados para a produção integrada de frutas, os produtores de abacaxi do Estado do Pará têm manifestado interesse em se adequar e participar do sistema de produção integrada dessa cultura. Atualmente está em implantação pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) um projeto de Produção Integrada de Plantas Medicinais no município de Marituba, na zona metropolitana de Belém. No município de Floresta do Araguaia, a EMBRAPA, em conjunto com os produtores locais, desenvolveu projeto de difusão de tecnologia da PI-A, no período de 2010 a 2012, o que resultou em grande melhoria da qualidade de produção e profissionalização da atividade.

3. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVAS

A demanda por frutas, pela população em geral, tanto em termos nacionais quanto internacionais, seja como hábito alimentar mais saudável ou pela elevação da renda, está se tornando cada vez mais importante. Segundo dados do Banco Mundial, a população brasileira com renda na faixa de US\$10.000,00 anuais deverá aumentar o consumo de frutas em cerca de 180% nos próximos 10 anos. É também evidente a crescente demanda dos consumidores pela adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, onde as frutas e hortaliças desempenham alta importância.

A cultura do abacaxi sempre foi um destaque na fruticultura tropical, graças às qualidades de seu fruto, bastante apreciado em todo o mundo, onde é cultivado em mais de 60 países, e também por sua rentabilidade, responsáveis por sua grande demanda e importância econômica. Vale destacar que, em seu aspecto social, a cultura do abacaxizeiro é responsável pela geração direta de dois empregos por hectare, em média.

O Brasil é o terceiro produtor mundial de abacaxi, com quase 1,5 bilhão de frutos colhidos em cerca de 60.000 ha. O abacaxizeiro é a quinta fruteira mais cultivada no País, com

importante papel econômico e social de geração de emprego e renda. A produção é destinada ao mercado interno, exportando-se apenas menos de 1% do total produzido, isso devido à baixa qualidade dos frutos, falta de logística adequada e inexistência de um sistema de produção que atenda as exigências do consumidor, quanto a segurança alimentar e a proteção ambiental. As regiões Norte e Nordeste destacam-se como principais produtoras (CUNHA, 2005). Apesar da expansão da área plantada nos últimos anos, a produtividade da abacaxicultura brasileira ainda é baixa (21t/ha), quando comparada com a de outros países, que produzem de 45 a 55 t/ha (IBGE, 2005; REINHARDT et al., 2000). Segundo esses autores, fatores ambientais adversos, problemas fitossanitários, práticas culturais e manuseio do fruto na colheita e pós-colheita inadequados, e organização incipiente dos produtores têm concorrido para essa baixa produtividade. Outros aspectos adversos são a predominância de pequenos plantios, mais de 80% são de menos de 10 ha, em geral, em áreas arrendadas de latifúndios; infra-estrutura de escoamento da produção deficiente; frete com preços muito elevados em relação aos demais estados; longa distância dos grandes centros consumidores e comercialização mal estruturada (CUNHA, 2005).

Um dos principais pólos da produção de abacaxi no Brasil está no Estado do Pará. Isso se deve basicamente a alguns fatores entre os quais destacam-se: (i) condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento da cultura; (ii). grande disponibilidade de áreas apropriadas ao cultivo do abacaxizeiro; e (iii) produtividade média superior à nacional. Enquanto a média nacional gira em torno de 21 t/ha, a média do Pará chega a 25 t/ha (IBGE, 2005). É relevante para a produção do Pará o fato de que, a presença da fusariose, a mais devastadora doença que ataca o abacaxizeiro, encontra-se em plena expansão no Estado, tendo sido detectada nos municípios Floresta do Araguaia, Moju, Salvaterra, Capitão Poço, Castanhal, Conceição do Araguaia, Nova Timboteua, Peixe Boi e Cachoeira do Arari (VERZIGNASSI et al., 2007, submetido). Outro ponto relevante para a abacaxicultura paraense diz respeito ao período anual da safra que se concentra entre os meses de junho a novembro.

3.1. Da Produção Integrada de Frutas

O sistema de Produção Integrada de Frutas teve início na década de setenta, como uma extensão do manejo integrado de pragas, oportunidade em que se constatou a necessidade de redução no uso de agrotóxicos, e uma conseqüente melhoria na proteção ambiental assim como na segurança alimentar. Esses conceitos foram evoluindo gradativamente até que nas décadas de oitenta e noventa tiveram grande impulso devido, basicamente, aos movimentos de consumidores que buscavam frutas de qualidade e sem resíduos de agrotóxicos (SANSVINI, 1998; FACHINELLO, 1999). De maneira geral, a produção integrada utiliza um conjunto de práticas agrícolas que viabilize economicamente a propriedade, maximize o uso dos recursos naturais e assegure a redução de riscos ao homem, preservando o meio ambiente.

A produção integrada, de maneira geral, tem como público alvo os agentes da produção, do processamento, da distribuição e da comercialização, e, especialmente os consumidores de frutas. Em

nível de produtor, o sistema de produção integrada é um programa de adesão voluntária, desde que o produtor esteja disposto a seguir as normas técnicas da Produção Integrada de Frutas.

A produção integrada de frutas está fundamentada em dois princípios essenciais: (i) a produção de frutas deve obedecer aos princípios da produção integrada e de comum acordo com as autoridades do país e as associações de produtores, com o objetivo de alcançar e garantir padrões de qualidade para mercados exigentes; (ii) deve atentar para a garantia do processo como um todo, a fim de permitir o uso de uma marca ou selo de qualidade. Este tipo de atuação requer um trabalho cooperativo entre os setores público e privado, que resulte na elaboração das normas para a produção integrada e na assistência técnica aos produtores até os frutos atingirem o mercado (SANSVINI, 1998).

Como exemplo de resultado de sucesso, cita-se o PI da maçã, com: i) 60% da área total nacional de produção de maçã; ii) aumento de emprego e renda na ordem de 3,0%; iii) diminuição dos custos de produção na maçã (40,0% em fertilizantes); iv) diminuição da aplicação de agrotóxicos e de resíduos químicos nas frutas; e v) melhoria do meio ambiente, da qualidade do produto consumido, da saúde do trabalhador rural e do consumidor final (ANDRIGUETO et al., 2005).

No pólo de fruticultura do Vale do Rio São Francisco, estão sob regime PIF 36% da área total cultivada de videiras e 35% da área total de produção de manga (ANDRIGUETO et al., 2005).

3.2. Do Manejo Integrado do abacaxizeiro

Os principais problemas fitossanitários do abacaxizeiro no Estado do Pará são: fusariose (*Fusariumsubglutinans*, *f.s.pananas*), broca-do-fruto (*Strymonmegarus*), podridão-do-olho (*Phytophthoranicotianaear. parasitica*), mancha-negra-do-fruto (*Penicilliumfuniculosum* e *Fusarium moniliforme*) e a murcha associada à cochonilha (*Dysmicoccusbrevipes*) (MATOS, 2006).

No município de Conceição do Araguaia, a falta de treinamento dos produtores na seleção de mudas sadias e o livre comércio de mudas têm contribuído para a disseminação da fusariose, o principal problema fitossanitário regional. Os abacaxicultoresparaenses reconhecem a importância do controle e estão sensíveis para necessidade de adotar medidas de durante o ciclo produtivo da planta. Entretanto, por falta de conhecimento e orientação técnica, pouco vem sendo efetivo, tornando o problema cada vez mais sério.

3.2.1. Pragas e Doenças

Baseado em levantamento de campo feito no município de Florestado Araguaia, equipe de pesquisadores da EMBRAPA identificou a existência de ataque de cochonilhas das raízes (*Dysmicoccus brevipes*) e da broca do fruto (*Strymon megarus*). Com relação à broca do fruto foi observado um comportamento atípico da praga em ataque a mudas do tipo filhote. O tratamento de mudas por imersão em calda (fungicida + inseticida) não é prática corrente, sendo realizada por um número reduzido de produtores. Para o combate à broca do fruto são realizadas aplicações com inseticidas 60 dias após a indução floral e uma segunda aplicação 20 dias após a primeira. Outro grupo de produtores realiza esse controle com três aplicações quinzenais após a abertura das flores basais. O conhecimento atual sobre a praga mostra que a prática de controle está sendo realizada de maneira incorreta: As pulverizações estão sendo iniciadas atrasadas com intervalos muito amplos e em número insuficiente. No município de Conceição do Araguaia as informações ainda serão adquiridas e analisadas com base nas informações descritas acima, e documentadas através de projetos específicos.

De maneira geral, as doenças que incidem sobre o abacaxizeiro incitam sintomas externos característicos que permitem, facilmente, sua identificação. Esse é o caso da fusariose (*Fusarium subglutinans*), da podridão-do-olho (*Phytophthora nicotianae* var. *parasitica*), da podridão-negra (*Chalaraparadoxa*), entre outras. Por outro lado, doenças como a podridão-das-raízes (*Phytophthora cinnamomi*) exigem procedimentos laboratoriais para uma diagnose correta, haja vista que vários patógenos podem incitar sintomas externos semelhantes. Todas essas doenças requerem ações integradas de controle, que têm na aplicação de fungicidas um dos seus componentes principais. O uso abusivo e inadequado de agrotóxicos, sejam fungicidas, inseticidas, herbicidas ou outras moléculas químicas, pode ocasionar, não apenas problemas à saúde humana como também apresentar reflexos negativos ao meio ambiente.

As principais doenças do abacaxizeiro no Pará encontrados nos plantios visitados pela equipe que realizou o levantamento de campo para o diagnóstico da cultura no Estado, foram a **fusariose** causada pelo fungo *Fusarium subglutinans* e a **podridão-do-olho** causada por *Phytophthora nicotianae* var. *paraitica*, que originavam falhas nos plantios que variavam de 1,5 a 4,6%.

Apenas 15% dos produtores amostrados realizam controle da fusariose por meio de aplicações de fungicidas, sendo uma no início da floração e outra após o fechamento das flores. Outro programa de pulverizações observado, é realizado com três aplicações, iniciando com a abertura das flores basais e mais duas a intervalos quinzenais. Em ambos os casos a programação preconizada é falha, visto que essas pulverizações devem ser realizadas 40 dias após a indução floral e prosseguir em intervalos de sete dias até o fechamento de todas as flores, totalizando no mínimo cinco pulverizações. Note-se que os fungicidas Derosal e Manzate utilizados nas pulverizações não são registrados para a cultura. No município de Conceição do Araguaia estas informações ainda serão adquiridas e analisadas com base nas informações descritas acima, e documentadas através de projetos específicos.

3.2.2. Do manejo de solo e nutrição do abacaxizeiro

O equilíbrio nutricional tem constituído enfoque principal na melhoria da resposta das plantas cultivadas ao ataque de pragas e doenças. O abacaxizeiro é afetado por pragas e doenças de etiologia fúngica, cujas incidências variam com as condições ambientais, época de colheita, tipo de solo e estado nutricional das plantas. A manutenção do equilíbrio nutricional das plantas de abacaxi é também importante para a produção de frutos dentro dos padrões de qualidade e produtividade além de evitar sua utilização em excesso e, conseqüentemente, a poluição ambiental.

Nos locais de cultivo, em Floresta do Araguaia, o manejo do solo em muitas propriedades ainda é realizado de maneira inadequada, sem a devida atenção às práticas conservacionistas; existem também, indicações da necessidade de melhorias nos critérios de adubação.

No Pará os solos destinados ao plantio da cultura são solos de textura arenosa e de baixa fertilidade. A análise de solo é pouco utilizada para subsidiar as adubações, que de modo geral são empíricas e utilizam formulações incompatíveis com as reais necessidades do abacaxizeiro (NPK – 10-28-20 e 18-18-18).

Este fato aliado à falta de utilização da calagem para correção da acidez do solo originam quadros de deficiências nutricionais características de nitrogênio, potássio e magnésio, entre outros. Realidade similar deverá ser documentada no município de Conceição do Araguaia, em futuro levantamento.

4. OBJETIVOS

4.1. Gerais

- Fazer diagnóstico da atividade abacaxícola no município de Conceição do Araguaia, caracterizando todas as fases da produção.
- Organizar e implantar o sistema de Produção Integrada de Abacaxi no município, de acordo com as Diretrizes Gerais para a Produção Integrada de Frutas, estabelecidas pela Instrução Normativa n.º 20, de 27/9/2001, do MAPA, e internacionalmente, pelas normas da Organização Internacional de Controle Biológico (OICB), requisitos esses associados aos resultados alcançados em outros projetos dessa natureza referentes às Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle no Campo (APPCC – Campo) e aos Sistemas de Gestão Ambiental, recomendados pela ISO 14.000.

4.2. Específicos

- Realizar o diagnóstico da atividade através de levantamento de campo com foco nos seguintes itens: levantamento sócio-econômico da atividade; cadastramento dos produtores e número de mudas plantadas; práticas atualizadas no preparo do solo, aquisição de mudas, adubação, plantio, irrigação, controle de pragas e doenças, controle do mato, indução floral, colheita e classificação de frutos, comercialização.
- Promover ações no sentido de organizar a base produtora, com vistas a implantação do PI – Abacaxi, de acordo com as Diretrizes Gerais para a Produção Integrada de Frutas – DGPIF, estabelecidas pela IN 20/MAPA, de 27.9.2001;
- Instituir um Comitê Gestor Voluntário de Produção Integrada de Abacaxi (CGV– PIA) para viabilizar a incorporação de procedimentos de técnicas agrícolas, conforme a DGPIF e, principalmente, para implantar as Normas Técnicas Específicas, Grade de Agroquímicos e Cadernos de Campo e de Pós-colheita;
- Capacitar produtores e técnicos dentro dos princípios estabelecidos para a Produção Integrada de Frutas – Abacaxi;
- Testar normas gerais de produção integrada de abacaxi visando à adequação para o clima do Estado do Pará, visando gerar informações regionais que permitam a adaptação de técnicas específicas para o clima e legislações locais com adoção de selo de qualidade por produtores da PIF – Abacaxi no Estado do Pará;
- Implantar o sistema de Manejo Integrado de Pragas e monitorar e controlar a ocorrência de pragas e doenças, as propriedades químicas do solo e a nutrição da planta de Abacaxi nos dois sistemas: produção integrada e convencional em unidade piloto;
- Confrontar dados do monitoramento comparativo dos dois primeiros anos e propor medidas de controle fitossanitário e manejo de adubação para as condições do Pará, de acordo com as normas da PIA;
- Reduzir o impacto ambiental mediante uso de práticas racionais de manejo do solo e da planta, manejo de pragas e doenças, manejo em pré e pós-colheita e uso racional de agroquímicos de síntese, considerando-se os aspectos da devolução de embalagens de agrotóxicos, de acordo com a lei federal relativa ao assunto;
- Avaliar o crescimento, desenvolvimento das plantas e produtividade do abacaxi nos sistemas de produção integrada e convencional;
- Comparar a produção e a qualidade dos frutos do abacaxizeiro com base no estado nutricional das plantas, incidência de pragas em unidades conduzidas nos sistemas de produção integrada e da produção convencional.

5. METAS

1. Obter informações oficiais do município através de diagnóstico de campo, cadastramento de produtores e levantamento de número de mudas plantadas.
2. Instituir o Comitê Gestor Voluntário da Produção Integrada de Abacaxi (CGV– PIA);
3. Implementar Normas Técnicas Específicas, Grade de Agroquímicos e Cadernos de Campo e de Pós-colheita elaborados e operacionalizados junto à base produtora do sistema PIF;
4. Capacitar, pelo menos, 15 técnicos multiplicadores para aplicação dos princípios da PIF para atuação junto aos produtores de abacaxi do Estado Pará visando atingir a inserção de 30 produtores no sistema PIF – Abacaxi;
5. Fazer a implantação e condução das quadras sob o regime de produção do sistema PIF e procedimentos comparativos dos dois sistemas;

6. Capacitar pelo menos 30 produtores dentro dos princípios Produção Integrada de Frutas, para atuarem no Assentamento Lote8-Joncon, no Município de Conceição do Araguaia;
7. Reduzir em 10% o uso de agroquímicos mediante o manejo racional da planta e do solo, e o monitoramento integrado de pragas e doenças em relação ao manejo convencional;
8. Realizar análises de resíduos em um mínimo de 10 amostras de frutas coletadas entre os produtores integrados ao PIF – Abacaxi;
9. Realizar três dias de campo, dois seminários e três reuniões técnicas por ano;
10. Trabalhar a organização e motivação da base produtora, inculcando valores associativistas que favoreçam a implantação, condução e comercialização da lavoura;
11. Incrementar a oferta de frutas de qualidade ao mercado;
12. Definir técnicas de manejo da cultura, visando minimizar os prejuízos causados por problemas fitossanitários.

6. METODOLOGIA

6.1. Diagnóstico do nível tecnológico da cultura no município

A primeira atividade do projeto, considerada primordial para a implantação do sistema de produção integrada, é o levantamento/diagnóstico do nível tecnológico da cultura no município, com identificação de seus principais gargalos. O mesmo trabalho foi executado em Floresta do Araguaia, em 2006, com a ajuda da assessoria técnica composta por pesquisadores da Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical e extensionista da Emater-PB, resultando no documento “Avaliação do nível tecnológico da cultura do abacaxi nas regiões produtoras de Capitão Poço, Castanhal e de Floresta do Araguaia, Pará” (MATOS et al., 2006). Para a execução deste diagnóstico conta-se com o apoio técnico e/ou financeiro das seguintes instituições: IFPA, Embrapa Amazônia Oriental, ADEPARÁ, SAGRI, EMATER-PA e Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia. O assentamento será mapeado, dividido em setores; os produtores serão visitados, georreferenciados e responderão a um questionário com perguntas sócio-econômicas e técnicas, cobrindo todas as fases da lavoura.

6.2. Implantação do programa de produção integrada de abacaxi no Pará

a) Capacitação de técnicos e produtores através de palestras, dias de campo e assistência técnica.

Com o início da execução do projeto “Transferência e difusão de tecnologia na produção integrada de abacaxi no município de Conceição do Araguaia - Pará”, serão promovidas reuniões nas quais serão apresentadas aos produtores de abacaxi, as Diretrizes Gerais para a Produção Integrada de Frutas, estabelecidas pela Instrução Normativa n.º 20, de 27/9/2001, do MAPA e seu Anexos, e internacionalmente, pelas normas da Organização Internacional de Controle Biológico (OICB), requisitos esses associados a resultados

atualmente alcançados pelo conjunto de 56 projetos implantados sob o regime de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, sendo deste total 19 fruteiras; dentre elas as culturas da maçã, manga, uva, mamão, citros, banana, pêssego, goiaba, caqui, figo, maracujá, caju, coco, abacaxi, morango, mangaba e melão nos principais pólos frutícolas do País.

Tendo em vista que a produção integrada é um conceito novo no Pará, torna-se necessária a participação dos pesquisadores ligados à produção integrada, em cursos nacionais ou internacionais, de modo a que possam estar capacitados a encontrar soluções para os problemas da produção integrada do abacaxi no Pará, capacitar produtores, monitores e técnicos. A capacitação desses profissionais será mediante realização de dias de campo e cursos teóricos.

Os métodos, técnicas e processos da PIF incluem os requisitos de sistemas de qualidade como os da GLOBAL -GAP, Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle no Campo (APPCC – Campo) e os Sistemas de Gestão Ambiental, recomendados pela ISO 14.000. Amplo trabalho de motivação e consulta será desenvolvido para atração de produtores em integrarem o processo de implantação da PI – Abacaxi.

O projeto de “Transferência e difusão de tecnologia na produção integrada de abacaxi no município de Conceição do Araguaia - Pará” será conduzido em um esforço interdisciplinar e multiinstitucional, com a integração direta de equipes técnicas das instituições parceiras do projeto, no sentido de maximizar a utilização dos recursos humanos e financeiros com vistas a implementar as diretrizes da produção integrada de frutas.

Serão também realizados treinamentos com vistas à capacitação de técnicos e produtores nos locais onde a PIA estiver sendo implementada. Deverá ser orientada a utilização do Caderno de Campo e de Pós-colheita para registro de todas as atividades realizadas durante todo o ciclo da cultura e assegurar os procedimentos de rastreabilidade de todas as etapas de produção e processamento do abacaxi. Também serão feitas anotações que possibilitem o levantamento de custos, mediante planilhas, nas áreas de produção integrada de abacaxi no Pará. Essas ações serão complementadas com a promoção de seminários, dias de campo, assim como elaboração e publicação de documentos sobre o tema produção integrada.

Técnicos treinados deverão prestar assistência técnica aos produtores participantes do projeto de produção integrada de abacaxi.

b) Implantação de Unidades demonstrativas

Será criado o Comitê Gestor da Produção Integrada de Abacaxi do Estado do Pará (CG-PI – Abacaxi), em conformidade com as Diretrizes Gerais da Produção Integrada de Frutas – IN-MAPA/20. Esse comitê deverá apoiar a estrutura organizacional do Projeto, no que diz respeito ao planejamento e definição de responsabilidades das atividades, e elaboração das diretrizes técnicas e das normas práticas para sua implementação nas regiões produtoras do Estado. Também será de sua competência, a seleção e implantação das unidades de produção sob o regime da PIF. Como parte da condução do projeto será efetuado levantamento de custos através de planilhas das áreas de PIA.

O monitoramento será implantado no primeiro ano do projeto, em três plantios de abacaxi, de área igual ou superior a 2 hectare, na região do Lote8, na Colônia Joncon,

município de Conceição do Araguaia. Os plantios serão escolhidos pela equipe multidisciplinar, divididos em dois setores de 1 hectare cada um deles. Um setor será conduzido pelo produtor, usando o conjunto de tecnologias e recomendações disponíveis para a cultura no Pará, denominado de produção convencional (PC), e o outro será conduzido tendo-se como base as Normas Técnicas Nacionais, denominado de produção integrada de abacaxi (PIA).

6.3. Seleção de mudas

Dentre as técnicas de manejo empregadas na PI-A, a prioritária é a seleção rigorosa de mudas. Esta ação viabiliza a seleção de lotes pelo tamanho ou peso, homogeneizando o plantio e colheita. Além disso é feita visando a eliminação das mudas com incidência de pragas e doenças, evitando inúmeras intervenções futuras, o que reduz custos e danos ambientais.

O treinamento dos produtores ou de equipe de seleção de mudas é primordial para a identificação e descarte de mudas como pragas e doenças. Além disso, a participação de instituições fiscalizadoras nas áreas de produção de mudas e no transporte das mesmas, emitindo laudos de inspeção fitossanitária, garantiriam um controle mais rápido, eficiente e duradouro da dispersão das doenças e pragas.

6.4. Monitoramento e Manejo Integrado de Pragas - MIP

Em nível de Brasil, encontram-se registrados 14 princípios ativos de agroquímicos para controle de pragas oito pragas.

Tabela 1. Princípios ativos de agroquímicos registrados no Brasil para controle de pragas e doenças do abacaxizeiro (AGROFIT, 2007).

Agroquímicos (i.º)	Pragas/doenças
Fungicidas	
Captan	<i>C. paradoxa</i> , <i>Phytophthora nicotianavar. parasitica</i>
Fosetyl	<i>P. nicotiana var. parasitica</i>
Tebuconazole	<i>F. subglutinans</i>

Thiabendazole	<i>F. subglutinans</i>
Thiophanate-methyl	<i>F. subglutinans</i>
Triadimefon	<i>C. paradoxa</i>
Inseticidas	
<i>Bacillusthuringiensis</i>	<i>Strymonmegarus</i>
Beta-cyfluthrin	<i>S.megarus</i>
Carbaril	<i>S.megarus, Paradiophoruscrenatus</i>
Deltamethrin	<i>S.megarus</i>
Ethion	<i>Dysmicoccusbrevipes, S. megarus</i>
Imidacloprid	<i>D. brevipes, Syntermemolestus</i>
Tiamatoxam	<i>D. brevipes</i>
Trichlorphon	<i>P. crenatus</i>

Um sistema de produção integrada compreende técnicas de manejo de doenças e pragas, sendo essencial, para isso, a identificação e a quantificação das mesmas durante o ciclo da cultura. Esses dados são de fundamental importância para a tomada de decisão quanto aos produtos a serem aplicadas, as épocas e a frequência de aplicação.

Em cinco propriedades e nas cinco unidades demonstrativas será feito o monitoramento de pragas durante todo o ciclo da cultura, mediante amostragem visual de presença/ausência das pragas-chaves (cochonilha, brocas do talo e do fruto, nematóides e ácaros), das pragas secundárias (formigas e cupins) e de possíveis inimigos naturais, anotado-se os dados em ficha de amostragem e, posteriormente, transferido-os para um banco de dados. As propriedades amostradas terão registradas todas as ações com referência ao uso de agrotóxicos, adubação e manejo do mato, em caderneta de campo, sendo também, georreferenciadas com GPS.

Para o monitoramento da fusariose, nestas mesmas lavouras cinco áreas serão aleatoriamente inspecionadas dentro do plantio e em cada uma das áreas amostradas, serão observadas cinco linhas de plantio. Em cada linha serão efetuadas inspeções em 100 plantas em seqüência, observando-se a ocorrência da praga e expressão externa de sintomas da fusariose. Com esses dados serão calculados os percentuais de incidência da doença, assim como sua severidade de ataque. Esses resultados, associados às condições ambientais, permitirão a tomada de decisão quanto à necessidade de aplicação de fungicidas para controlar a fusariose durante o desenvolvimento da inflorescência.

Com referência à podridão-do-olho, o monitoramento obedecerá à mesma metodologia utilizada para a fusariose, devendo ser procedido em frequência mensal, nos primeiros seis meses após o plantio. Esses resultados fundamentarão a decisão de implementação ou não do controle químico dessa doença durante o período de indução floral.

Quanto à mancha-negra-do-fruto, doença que não apresenta manifestação externa de sintomas, mas que se encontra sob forte efeito sazonal, será necessário traçar sua curva de incidência durante o ano, e, com base na mesma, estabelecer um programa de controle.

6.5. Análise de resíduo de agroquímicos em abacaxi

Quando da colheita, frutos de abacaxi serão coletados de acordo com as normas do Codex Alimentarius (1996) e enviados para os laboratórios credenciados pelo MAPA para determinação da dosagem de resíduo por meio de cromatografia gasosa e/ou líquida, em conformidade com o Manual de Coleta e Análise – DDIV/MAPA. Os níveis de resíduo além de serem comparados com os limites aceitos pela comunidade internacional, serão também usados para avaliar a eficiência do programa fitossanitário e proporcionar informações para possíveis mudanças.

6.6. Monitoramento da nutrição do abacaxizeiro

A avaliação do manejo do solo, tanto no sistema de produção integrada quanto no de produção convencional, abordará os aspectos a seguir:

- a) **Caracterização inicial do solo** – Essa caracterização será feita mediante análises químicas e físicas, seguindo metodologia descrita pela Embrapa (1997).
- b) **Avaliação química do solo** – A fertilidade do solo será avaliada por meio de análises químicas do mesmo quando serão determinados os teores de macro e micronutrientes, matéria orgânica e pH.
- c) **Avaliação nutricional da planta** – Para avaliação do estado nutricional da planta do abacaxizeiro, folhas “D” serão periodicamente coletadas e enviadas a laboratório para análise foliar.
- d) **Avaliação estatística** – A comparação entre as unidades PI e PC será efetuada mediante análise estatística dos dados.

As adubações no e/ou sistema de produção integrada de abacaxi serão realizadas de acordo com as análises do solo e foliar. Para a aplicação dos fertilizantes, serão consideradas, além das características do solo, as fontes disponíveis na propriedade e/ou aquelas que tenham menor impacto ambiental

6.7. Avaliação da produção

A avaliação da produção será realizada computando-se o número e peso dos frutos, considerando todos os frutos produzidos na área de produção integrada e comparando com a produção da área sob técnicas convencionais.

Os frutos serão classificados de acordo com as exigências do mercado consumidor de frutos *in natura*, definindo como classe 1 (frutos de primeira, acima de 1,5 kg) e classe 2 (frutos de segunda, entre 1,2 e 1,5kg), classe 3 (frutos de terceira, entre 1,2kg e 800g) e classe 4 (borrêia, com frutos abaixo de 800g).

7. DIVULGAÇÃO PREVISTA

É imprescindível que a sociedade como um todo tenha conhecimento das ações implementadas com referência à produção integrada de frutas, e em especial, a do abacaxi. Para tanto, as Instituições oficiais do Pará, a exemplo como IFPA, Embrapa Amazônia Oriental, SFA/MAPA, ADEPARÁ, Prefeitura Municipal de Conceição do Araguaia, Associações de Produtores, entre outras, desempenharão papel fundamental na divulgação desse projeto junto à mídia. Os resultados obtidos serão divulgados ao público por meio de periódicos, folders e outros tipos de impressos.

8. RESULTADOS ESPERADOS

O Estado do Pará, com 21.176 ha de área plantada (IBGE, 2014), é o maior produtor brasileiro dessa fruta, com ampla tendência de crescimento da atividade. Dentre as principais metas para o Estado, destaca-se a busca pela viabilização de um sistema de produção dessa cultura que minimize o uso de agroquímicos sem comprometer, contudo, a produção e a produtividade da mesma, e que por outro lado, reduza substancialmente os custos de produção.

Adicionalmente, busca-se também oferecer ao consumidor um produto com um mínimo aceitável de resíduos de agroquímicos, em consonância com a filosofia de segurança alimentar e proteção ambiental.

8.1. Produtos resultantes ao final dos três anos de execução do projeto

1. Comitê Gestor Voluntário de Manejo da Produção Integrada de Abacaxi (CGV–PIA) instituído;
2. Normas Técnicas Específicas, Grade de Agroquímicos e Cadernos de Campo e de Pós-colheita operacionalizados junto a base produtora do sistema PIF;

3. Pelo menos, 15 técnicos multiplicadores para aplicação dos princípios da PIF capacitados para atuação junto aos produtores de abacaxi do Estado do Pará visando atingir a inserção de 30 produtores no sistema PI – abacaxi;
4. Pelo menos 100 produtores capacitados dentro dos princípios Produção Integrada de Frutas, para atuarem nas diferentes regiões produtoras de abacaxi do município de Conceição do Araguaia;
5. Redução mínima de 10% no uso de agroquímicos mediante o manejo racional da planta e do solo, e o monitoramento integrado de pragas e doenças em relação ao manejo convencional;
6. Análises de resíduos realizadas em um mínimo de 10 amostras de frutas coletadas entre os produtores integrados ao PI – Abacaxi;
7. Realização de, no mínimo, três dias de campo, dois seminários e três reuniões técnicas por ano;
8. Base produtora organizada e motivada, conhecedora das vantagens do associativismo para a condução da lavoura e comercialização;
9. Técnicas de manejo integrado da cultura, visando minimizar os prejuízos causados por problemas fitossanitários, implementadas.

9. ORÇAMENTO CONSOLIDADO

O projeto que terá a duração inicial de três anos, está orçado em R\$- 195.860,00 (Cento e noventa e cinco mil, oitocentos e sessenta reais), de acordo com o orçamento detalhado, em anexo.

Tabela 2 - Orçamento consolidado

PRIMEIRO ANO (Janeiro 2015-setembro 2016)	VALOR (R\$)
1. Investimento	4.600,00
2. Material de consumo	19.740,00
3. Deslocamento e estadia de pesquisadores e técnicos	18.480,00
4. Serviços de terceiros pessoa jurídica	315,00
Total	43.135,00
SEGUNDO ANO (Outubro 2016 – setembro 2017)	
1. Material de consumo	18.540,00

2. Deslocamento e estadia de pesquisadores e técnicos	18.480,00
3. Serviços de terceiros pessoa jurídica	0,00,00
Total	37.020,00
TERCEIRO ANO (Outubro 2017 – setembro 2018)	
1. Investimento	-
2. Diárias e passagens	18.480,00
3. Serviços de terceiros pessoa jurídica	10.200,00
Total	28.680,00
TOTAL GERAL	108.835,00

10 - DETALHAMENTO DO ORÇAMENTO

ORÇAMENTO 1. PRIMEIRO ANO (janeiro 2015-setembro 2016)

DISCRIMINAÇÃO	Unid/Quant	Valor unitário	Valor total
1. Investimento			
Refratômetro manual	Unid./3	500,00	1.500,00
Balança tipo relógio c/tripé (campo)	Unid./1	400,00	400,00
Roçadeira costal 52CV	Unid/3	900,00	2.700,00
Subtotal 1			4.600,00
2. Material de consumo (plantio e acomp. 3 uniddemosntr)			
Herbicida	Litro/18	65,00	1.170,00

Combustível (gasolina)	Litro/3.000	3,40	10.200,00
Óleo 2T	Litro/150	14,00	2.100,00
Defensivos agrícolas	Kg ou L/18	65,00	1.170,00
Fertilizantes	Saco / 30	170,00	5.100,00
Subtotal 2			19.740,00
3. Deslocamento e estadia de pesquisadores e técnicos			
Passagens aéreas Salvador-Palmas-Salvador	Unid/6	2.000,00	12.000,00
Passagens aéreas Belém-Araguína-Belém	Unid/6	600,00	3.600,00
Diárias internas (hospedagem + alimentação interior)	Unid./24	120,00	2.880,00
Subtotal 3			18.480,00
4. Serviços de terceiros pessoa jurídica			
Análises de solo e água	Unid (3)	105,00	315,00
Subtotal 4			315,00
TOTAL GERAL DO 1º ANO			43.135,00

150ml/bb 20B/ha

ORÇAMENTO 2. SEGUNDO ANO (outubro 2016-setembro 2017)

DISCRIMINAÇÃO	Unid/Quant	Valor unitário	Valor total
1. Material de consumo			
Herbicida	Litro/18	65,00	1.170,00
Indutor de floração (ethrel)	Litro/6	150,00	900,00
Combustível	Litro/3.000	3,40	10.200,00

Óleo 2T	Litro/150	14,00	2.100,00
Defensivos agrícolas	Kg ou L/18	65,00	1.170,00
Fertilizantes	Saco / 30	170,00	5.100,00
Subtotal 1			18.540,00
2. Deslocamento e estadia de pesquisadores e técnicos			
Passagens aéreas Salvador-Palmas-Salvador	Unid/6	2.000,00	12.000,00
Passagens aéreas Belém-Araguaína-Belém	Unid/6	600,00	3.600,00
Diárias internas (hospedagem + alimentação interior)	Unid./24	120,00	2.880,00
Subtotal 2			18.480,00
TOTAL GERAL DO 2º ANO			37.020,00

ORÇAMENTO TERCEIRO ANO (Outubro 2017- setembro 2018)

DISCRIMINAÇÃO	Unid/Quant	Valor unitário	Valor total
1. Investimento	-	-	-
2. Custeio			
Passagens aéreas Salvador-Palmas-Salvador	Unid/6	2.000,00	12.000,00
Passagens aéreas Belém-Araguaína-Belém	Unid/6	600,00	3.600,00
Diárias internas (hospedagem + alimentação interior)	Unid./24	120,00	2.880,00
Subtotal 3			18.480,00

3. Serviços de terceiros pessoa jurídica			
Publicação dos resultados	Unid/10	200,00	2000,00
Análises de resíduo em frutos	Unid./10	1000,00	10.000,00
Subtotal 3			10.200,00
TOTAL GERAL – 3° ANO			28.680,00

10. LITERATURA CONSULTADA

AGROFIT. http://extranet.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons(acesso em 29/08/2008).

ANDRIGUETO, J.R. **Marco Legal da Produção Integrada de Frutas no Brasil**; SARC/MAPA; Brasília, DF, 2002.

ANDRIGUETO, J.R.; NASSER, L.C.B.; TEIXEIRA, J.M.A. **Situação atual da Produção Integrada de Frutas**, 2005.

CAVALCANTI, R.N. **As normas da série Isso 14.000**. In: ROMEIRO, A.R; REYDON, B.P; LEONARDI, M.L.A (orgs.). *Economia do Meio Ambiente: teoria, políticas e a gestão dos espaços regionais*. Campinas: UNICAMP.IE, 1996. p.205-218.

CUNHA, G.A.P. Situação atual e perspectivas da produção integrada de abacaxi na Bahia, Paraíba e Pernambuco. In: Guimarães, J.A.; Sarria, S.D.; Oliveira, V.H. Ed. *Seminário Brasileiro de Produção Integrada de Frutas, 7. Programa e resumos...* Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical. 2005. 264p. (Embrapa Agroindústria Tropical. Documentos, 99).

DYNIA, J.F; FERRACINI, V.; SILVA, C.M.M de S; DORNELAS DE SOUZA, M. **Proposta do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Hortifruticultura Irrigada do Nordeste**. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 1996.

EMBRAPA Meio Ambiente. Métodos de detecção e de acompanhamento *in loco* dos resíduos de agrotóxicos nas frutas de manga e uva para exportação no semi-árido brasileiro – EcoFIN .Jaguariúna : EMBRAPA-CNPMA, 1999c (Projeto 11.0.99.222).

EMBRAPA Meio Ambiente. **Monitoramento ambiental em fruticultura irrigada no agropolo Petrolina (PE)/Juazeiro (BA), com vias a obtenção de certificação de qualidade** – Ecolso . Jaguariúna : EMBRAPA-CNPMA, 1999d (Projeto 11.0.99.222).

GARRIZ, P.I.; ALVARES, J.A. Características y perspectivas de la producción integrada en fruticultura. **Fruticultura Profesional** – PruducciónIntergrada, Barcelona, n.70 – Especial, p.16-24, abr. 1995.

GERMA, F.C.I. De la fruticultura tradicional a la producción integrada de frutales (I.F.P). Exigencias de calidad. **Fruticultura Profesional** – Producción Integrada, Barcelona, n.70 – Especial, p.10-15, abr. 1995.

IBGE. **Levantamento sistemático da Produção Agrícola: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil**. Rio de Janeiro. v.17, n.12, p.1-77, 2005.

IBGE. Produção agrícola, produção agrícola municipal 2005. Disponível em http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/. Acesso em 10/03/2007.

LAL, H; HOGENBOOM, G.; CALIXTE, J-P; JONES, J.W.; BEINROTH, F.H. **Using crop simulation models and GIS for regional productivity analysis**. Transactions of ASSAE, v.36 (1): January-February, 10p., 1993.

MADHUN, Y.A; FREED, V.H. **Impact of pesticides on the environment**. In: CHENG, H.H ed. Pesticides in the soil environment: Process, Impacts, and modeling. Wisconsin: Soil Science Society of America, 530p., 1990. (Chapter12).

MATOS, A.P.; CUNHA, G.A.P.; VILAR, L.C.; SOUZA, L.F.S.; SANCHES, N.F. **Relatório de assessoria técnica: Avaliação do nível tecnológico da cultura do abacaxi nas regiões produtoras de Capitão Poço, Castanhal e Floresta do Araguaia, PA**. Cruz das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura. 2006. 23p.

MELZER, R. **Produção Integrada da Macieira Avaliação do sistema na Argentina**. In: NACHTIGALL, G.R; SANHUEZA, R.M.V.; KOVALESKI, A.; PROTAS, J.F. DA S. (eds). I Reunião sobre sistemas de produção integrada de macieira no Brasil. Bento Gonçalves, RS, 1998. p.06-10. Anais...Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 1998. 48p.

NACHTIGALL, G.R; SANHUEZA, R.M.V.; KOVALESKI, A.; PROTAS, J.F. DA S. (eds). I Reunião sobre sistemas de produção integrada de macieira no Brasil. Bento Gonçalves, RS, 1998. **Anais...** Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 1998. 48p.

PESSOA, M.C.P.Y.P; LUCHIARI JUNIOR, A; FERNANDES, E.N.F; LIMA M.A DE. **Principais modelos e simuladores utilizados para análise de impactos ambientais das atividades agrícolas**. Jaguariúna: EMBRAPA-CNPMA, 86p., 1997. (EMBRAPA-CNPMA, Série Documentos).

REINHARDT, D.H.R.C.; CABRAL, J.R.S.; SOUZA, L.F. da S. **Abacaxi. Produção: aspectos técnicos**. Embrapa M&F e CTT, Brasília, 77 p. 2000.

REINHARDT, D.H.R.C.; SOUZA, J. da S. Pineapple industry and research in Brazil. **Acta Horticulturae**, Holanda, n. 529, p. 57-65, maio, 2000.

SANHUEZA, R.M. V.; KOVALESKI, A.; PROTAS, J.F. da S. Produção Integrada das maçãs no Brasil – Projeto de Pesquisa. IN: NACHTIGALL, G.R; SANHUEZA, R.M.V.; KOVALESKI, A.; PROTAS, J.F. DA S. (eds). I Reunião sobre sistemas de produção integrada de macieira no Brasil. Bento Gonçalves, RS, 1998, **Anais...**Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 1998, p. 28-29.

SANTANA, A. C. DE; CARVALHO, D. F.; MENDES, F. A. T. **Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial**. Belém: Banco da Amazônia, 2008. 255p:il

TITI, A.; BOLLER, E.F; GENDRIER, J.P. **Producción Integrada: Principios y Directrices Técnicas**. IOBC/WPRS Bulletin, vol.18 (1,1), 1995. 22p.

TSIHRINTZIS, V.A.; HAMID, R.; FUENTES, H.R. Use of geographic information systems (GIS) in water resources: a review. **WaterResourcesManagement.**, 10: 4, 1996, p.251-277.

VERZIGNASSI, J.R.; Poltronieri, L.S.; Benchimol, R.L.; MATOS, A.P.; Santos, M.F.; Sanches, N.F. **Ocorrência da mancha negra do fruto do abacaxizeiro no Pará.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. 2p. (Comunicado Técnico, 72).

VERZIGNASSI, J.R.; SANTOS, M.F.; MATOS, A.P.; BENCHIMOL, R.L.; POLTRONIERI., L.S. **Fusariose do abacaxizeiro no estado do Pará.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007. (Comunicado Técnico, s.n.).

ANEXOS

ANEXO 1- Quadro Resumo-Grupos e Linhas de Crédito do PRONAF/2014 e 2015

PRONAF - AGRICULTURA FAMILIAR						
Linha	Risco	Beneficiários ¹⁾	Finalidade	Limites (R\$)	Juros	Prazo/Carência
CUSTEIO						
Pronaf Custeio Grupo "A/C"	TNFCO	Assentados da Reforma Agrária	Custeio das atividades agropecuárias	até 5.000,00	1,5% a.a.	Até 2 anos
Pronaf Custeio "B"	Banco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos "A", "B" e "A/C"	Custeio para atividades agropecuárias	Até 10.000,00 Acima de 10.000,00 e até 30.000,00 Acima de 30.000,00 e até 100.000,00	1,5% a.a. 3% a.a. 3,5% a.a.	Até 3 anos: açúcar e palmeiro Até 2 anos: culturas biológicas Até 1 ano: demais culturas
COMERCIALIZAÇÃO						
Pronaf Agroindústria	Banco	Agricultores familiares e empreendimentos rurais familiares enquadrados no Pronaf, suas cooperativas e associações, exceto os enquadrados no Grupo "A", "B" e "A/C"	Custeio do beneficiamento e industrialização da produção, formação de estoques de insumos, matéria-prima, do produto final, serviços de apoio à comercialização, armazenagem e conservação de produtos para venda futura e aquisição de insumos para fornecimento a cooperados.	PF: até 12.000 e PJ: até 30 milhões	4% a.a.	Até 1 ano
INVESTIMENTO						
Pronaf "A"	TNFCO	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiados pelo Crédito Fundiário	Investimentos para estruturação das propriedades	Até 21.500,00	0,5% a.a.	Até 10 anos/ até 5 anos
Pronaf Programas Especiais - Recupera "A"	TN	Assentados da Reforma Agrária até 01.08.2002 ou Beneficiados pelo Crédito Fundiário	Financiamento da recuperação de unidades familiares dos agricultores beneficiados com crédito do PROCHRA do PRONAF A, do Crédito Fundiário	Até 6.000,00 por beneficiário em uma única operação	1% a.a.	Até 10 anos/ até 3 anos
Pronaf Investimento Grupo "B"	TN	Renda bruta anual familiar até R\$ 20.000,00	Investimentos agropecuários e não agropecuários	R\$ 2.500,00 por operação. Admitida apenas uma operação "em ser"	0,5% a.a.	Até 2 anos
Pronaf Investimento (Mais Alimentos) ²⁾	Banco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de R\$ 10.000,00 até R\$ 360.000,00, exceto os nos grupos "A", "A/C" e "B"	Investimento para atividades agropecuárias e não agropecuárias	Até 10.000,00 Acima de 10.000,00 e até 100.000,00 ou até 300.000,00 quando destinado à pecuária, subpecuária e fruticultura.	1% a.a. 2% a.a.	Até 06 anos/ Até 01 ano quando destinado à veículos e motocicletas, exceto caminhões Até 10 anos/ até 3 anos Até 15 anos/ até 3 anos quando financiamento destinado à estrutura de armazenagem
Pronaf Agroindústria	Banco	Agricultores familiares e empreendimentos rurais familiares enquadrados no Pronaf, suas cooperativas e associações, exceto os enquadrados no Grupo "A", "B" e "A/C"	Investimentos, inclusive em infra-estrutura, que visem o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais, de extratos, de produtos artesanais e de exploração de turismo rural.	PF e Empreend. Familiar Rural: até 10.000,00 Associações e Cooperativas: até 1 milhão, limitado a R\$ 10.000,00 por associado PJ: acima de 10.000,00 e até 150.000,00 Empreend. Familiar Rural: acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 300.000,00 e PJ de 1 milhão até 25 milhões, limitado a R\$ 45.000,00/associado	1% a.a. 2% a.a.	Até 10 anos/ até 3 anos Até 15 anos/ até 3 anos quando financiamento destinado à estrutura de armazenagem
Pronaf Programas Especiais - Semi-Árido	TN	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf	Investimento em projetos de comercialização com o Semi-Árido, focado na sustentabilidade dos agropecuários, e destinados à implantação, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura produtiva.	Até R\$18.000,00	1% a.a.	Até 10 anos/ até 5 anos
Pronaf Programas Especiais - Jovem	TN	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, maiores de 16 com até 29 anos.	Investimento para atividades agropecuárias e não agropecuárias de interesse do(a) jovem agricultor(a)	Até R\$ 15.000,00	1% a.a.	Até 10 anos/ até 5 anos
Pronaf Florestal	TN	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf	Investimento para sistemas agroflorestais, exploração extrativa ecoturística sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recuperação e manutenção de áreas de preservação, enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal.	> Sistemas Agroflorestais: até R\$ 30.000,00, exceto "A", "A/C" e "B" > Demais Finalidades: até R\$ 25.000,00 "A" e "A/C" até R\$ 15.000,00	1% a.a.	Até 20 anos/ até 12 anos
Pronaf Agroecologia	Banco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos "A", "A/C" e "B"	Investimento para implantação de sistemas de base agroecológica ou orgânicos	Até 150.000,00	1% a.a.	Até 10 anos/ até 3 anos

Linha	Risco	Beneficiários ⁸⁾	Finalidade	Limites (R\$)	Juros	Prazo/Carência
Pronaf Mulher	Banco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf	Investimento para atividades agropecuárias e não agropecuárias de interesse da mulher agricultora	"A", "AC" e "B": até 2.500,00	"A", "AC" e "B": 0,5% a.a.	Até 2 anos "A", "AC" e "B"
				Até 10.000,00	1% a.a.	Até 10 anos/até 3 anos
Pronaf Eco	Banco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos "A", "AC" e "B"	Investimento para implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e correção de solo	Até 150.000,00	1% a.a.	- Mini-usinas biocombustíveis: Até 12 anos/até 5 anos - Silvicultura: Até 12 anos/até 8 anos(6) - Demais final: até 10 anos/até 5 anos - Correção solo: até 08 anos/até 2 anos
				Acima de 10.000,00 e até 150.000,00	2% a.a.	
Pronaf Eco/Donde Semirqueita	Banco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto os classificados no grupo "B"	Investimento para implantação da cultura do dendê/seringueira, com consórcio associado para a manutenção da cultura até o quarto ano	até R\$ 10.000,00	1% a.a.	Até 14 anos/até 6 anos
				acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 50.000,00	2% a.a.	

1. É obrigatória a apresentação do CAP para acessar o crédito (CAP principal referente à unidade familiar, DAP acessória referente a mulher agricultora e o jovem agricultor, CAD especial identifica os beneficiários de agropecuária).

2. No caso do crédito agrícola é obrigatória a adesão ao Programa Mais ou Programa Tradicional.

3. Para as operações de crédito, as taxas de juros serão fixadas em função do valor do somatório dos créditos contratados pelo produtor, em cada linha.

4. Para as operações de investimento, as taxas de juros serão fixadas em função do somatório das operações contratadas no mesmo ano agrícola.

5. No caso de financiamento para silvicultura, no Línea Pronaf Eco, com recursos do FCO, o prazo poderá ser elevado para até 16 anos, quando a atividade assistida requerer e o projeto técnico ou a proposta de crédito comprovar a necessidade.

6. Em financiamento para município cujo empreendimento esteja localizado no território do território do Desenvolvimento do Nordeste (Duvidere) a taxa de juros é de 3% para operações até R\$ 10 mil, 2% entre R\$ 10 mil e R\$ 30 mil e 1% para operações acima de R\$ 30 mil e R\$ 100 mil.

7. Em financiamento para município cujo empreendimento esteja localizado no território do território do Desenvolvimento do Nordeste (Duvidere) e que contemplem bens relacionados a desastres naturais, a taxa de juros é de 1% para operações de valor até R\$ 30 mil e 1,5% para operações maior que R\$ 30 mil até R\$ 60 mil.

8. Agricultores enquadrados no Grupo B: permissão concedida de crédito de custeio com risco do Banco, para agricultores com histórico de atuação em operações com risco do Banco, observadas as mesmas condições aplicáveis aos agricultores familiares enquadrados no Grupo AF.

ANEXO 2 - Classificação dos candidatos a financiamento através do PRONAF

Grupo A: agricultores assentados da reforma agrária que, com a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), passaram a ser atendidos pelo PRONAF. Pelas regras do Plano de Safra 2003/0411, esses agricultores poderiam financiar até R\$ 2.500,00 para custeio da safra e até R\$ 13.500,00 para investimentos. No caso de crédito de custeio, o prazo para pagamento seria de dois anos e as taxas de juros são de 2% ao ano. Já para o crédito de investimento esses números seriam de 10 anos (5 anos de carência) e 1,15% ao ano, respectivamente. Foi previsto, também, um desconto de 46% sobre o valor financiado, desde que o pagamento ocorra dentro dos prazos estipulados;

Grupo B: agricultores familiares e remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas com renda bruta anual atual de até R\$ 2.000,00. Esse grupo inclui as famílias rurais com baixa produção e pouco potencial de aumento da produção no curto prazo localizadas em regiões com concentração de pobreza rural. Os valores dos financiamentos (custeio mais investimento) eram limitados em até R\$ 1.000,00 para qualquer atividade geradora de renda, com juros de 1% ao ano e prazo para pagamento de dois anos, sendo um de carência. Nessa modalidade de crédito, o tomador pode se beneficiar de um desconto de 25% sobre o valor financiado, quando os prazos de ressarcimento do empréstimo forem respeitados;

Grupo C: agricultores familiares com renda bruta anual atual entre R\$ 2.000,00 a R\$14.000,00, que apresentem explorações intermediárias com bom potencial de resposta produtiva. Os limites de financiamento para custeio eram de R\$ 2.500,00, com juros de 4% ao ano, desconto (rebate) de R\$200,00 e prazo de pagamento de até dois anos. Já para investimentos, o limite é de R\$ 5.000,00 e o prazo de pagamento de até oito anos, com a mesma taxa de juros. Além do rebate, o agricultor poderia se beneficiar de um bônus de 25% sobre os juros, desde que observados os prazos;

Grupo A/C: agricultores oriundos do processo de reforma agrária e que passam a receber o primeiro crédito de custeio após terem obtido o crédito de investimento inicial que substituiu o antigo programa de apoio aos assentados. Os limites de financiamento de custeio variavam de R\$ 500,00 até R\$ 2.500,00, com juros de 2% ao ano e prazo de pagamento de até dois anos. Esse grupo também seria beneficiado por um desconto de R\$200,00 sobre o valor emprestado desde que quitado dentro dos prazos estabelecidos;

Grupo D: agricultores estabilizados economicamente com renda bruta anual entre R\$14.000,00 e R\$40.000,00, sendo que o limite para custeio era de até R\$ 6.000,00, com juros de 4% ao ano e prazo de até dois anos. Já para investimento o limite de financiamento era de até R\$ 18.000,00, com prazo de até oito anos e juros iguais ao do custeio, podendo ser reduzido em 25% o valor referente aos juros para os pagamentos no prazo;

Grupo E (Proger Familiar Rural): agricultores com renda bruta anual entre R\$ 40.000,00 a 60.000,00. Os limites de financiamento para custeio eram de R\$ 28.000,00, com juros de 7,25% ao ano e prazo de pagamento de dois anos. Já para investimento, o limite de financiamento era de R\$ 36.000,00, com juros idênticos ao crédito de custeio e prazo de pagamento de até 8 anos, com 3 anos de carência, sem previsão de descontos.

ANEXO 3: Termo de Ajuste de Conduta



DIÁRIO OFICIAL Nº. 31182 de 04/06/2008

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE TERMO DE CONDUTA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PELO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) E SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE (SEMA), REFERENTE À EXECUÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA LOCALIZADOS NO ESTADO DO PARÁ.

I - AS PARTES

- 1. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA**, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n. 1.110, de 09 de julho de 1970, alterado pela Lei n. 7.231, de 23 de outubro de 1984, mantido pelo Decreto Legislativo n. 02, de 29 de março de 1989, publicado no DOU de 31 de março de 1989, situado no Setor Bancário Norte, Edifício Palácio do Desenvolvimento, 18º andar, Brasília - DF, CNPJ/MF nº 00375972/0001-60, doravante denominado simplesmente **INCRA**, neste ato representado pelos seus Superintendentes Regionais no âmbito do Estado do Pará, **ELIELSON PEREIRA DA SILVA**, Superintendente Regional do Pará - SR (01), nomeado pela portaria INCRA nº 168/2006, de 13 de maio de 2006, residente e domiciliado em Belém-PA, portador da Carteira de Identidade nº 3.335.216 PC/PA e do CPF/MF n. 615.362.102/34, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto n. 5.735, de 27 de março de 2006, publicada no Diário Oficial de 28 de março de 2006; **RAIMUNDO OLIVEIRA FILHO**, Superintendente Regional do Sul do Pará - SR (27), nomeado pela portaria INCRA nº 265/06, residente e domiciliado em Marabá-PA, portador da Carteira de Identidade nº 1581916-PA e do CPF/MF n. 292.096.252-34 no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto n. 5.735, de 27 de março de 2006, publicada no Diário Oficial de 28 de março de 2006 e **LUCIANO GREGORY BRUNET**, Superintendente Regional do Oeste do Pará - SR (30/E), nomeado pela portaria INCRA nº 22/08, residente e domiciliado em Santarém-PA, portador da Carteira de Identidade nº 58.145 SSP-RS e do CPF/MF nº 349.411.340-87, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 da Estrutura Regimental do INCRA, aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, publicada no Diário Oficial de 28 de março de 2006;
- 2. O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ** através da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE - SEMA**, criada pela Lei n. 7.026, de 30 de junho de 2007, com sede nesta capital, na Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, doravante denominado **SEMA**, neste ato representado por seu Secretário, **VALMIR GABRIEL ORTEGA**, nomeado pelo Decreto, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará nº 30.834 de 02 de janeiro de 2007, alterado pelo Decreto nº 30.983 publicado no Diário Oficial do Estado do Pará de 10 de agosto de 2007, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 388.428 - SSP/MS, CPF/MF nº 368.129.431-34, residente e domiciliado em Belém/PA, adiante denominado **COMPROMITENTE**;

II - CONSIDERANDOS

1. Considerando a necessidade de implementar políticas que busquem a conciliação entre a preservação, a conservação dos recursos ambientais e o desenvolvimento sócio-econômico;
2. Considerando o dever da sociedade e do Poder Público na defesa do meio ambiente na forma do artigo 225 da Constituição Federal e 252 a 259 da Constituição do Estado do Pará;
3. Considerando a relevância e o impacto social da Política Nacional de Reforma Agrária (Lei nº. 4.504, de 30 de Novembro de 1964; Constituição Federal -1988: Título VII, Capítulo III.; e Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993);
4. Considerando a necessidade de, concomitante a essa política, serem implementados os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981);
5. Considerando a necessidade de efetivar o Licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, conforme Resolução Conama nº 387, de 27 de dezembro de 2006, para garantir o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua da qualidade de vida dos assentados da reforma agrária;
6. Considerando o Decreto Estadual nº 857, de 30 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental, no território do Estado do Pará;
7. Considerando a premente necessidade do estabelecimento das bases necessárias para convergir interesses, visando tanto o licenciamento ambiental desses assentamentos, quanto às atividades agrárias a serem desenvolvidas no seu interior;

8. Considerando o propósito de convergir o melhor de seus esforços e estabelecer as ações adequadas, conforme a responsabilidade de cada uma das PARTES, para atingir o objetivo a seguir identificado;
9. Considerando que esses Projetos de Assentamento de Reforma Agrária devem obter as licenças ambientais (Licença Prévia e/ou a Licença de Instalação e Operação) a serem concedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA);
10. Considerando que a partir da Resolução Conama nº 387/2006, o Laudo Agronômico, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA) passaram a ser aceitos como instrumentos hábeis para os procedimentos de regularização ambiental;
11. Considerando que a alínea *g* do inciso III do art. 6º da Portaria Conjunta SAF/INCRA nº 17, de 14 de agosto de 2003 qualificou a adequação às normas ambientais como ação e condição necessária para a concessão de crédito rural aos pequenos agricultores assentados nos Projetos de Reforma Agrária criados pelo INCRA, nas modalidades de que cuida a Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008, do Conselho Monetário Nacional do Banco Central do Brasil, que alterou o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);
12. Considerando o disposto no Acórdão 2633/2007 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU que determina entre outras, que o INCRA: se abstenha de criar assentamentos sem a observância ao disposto na Resolução CONAMA 387/2006; que atente para a necessidade de delimitação e caracterização da Reserva Legal quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento e crie programa de Regularização Ambiental de todos os projetos de assentamentos existentes no que diz respeito ao licenciamento ambiental, que contemple as metas a serem cumpridas, as ações a serem adotadas, o cronograma de implantação e os recursos necessários tendente a eliminar o seu passivo ambiental;
13. Considerando que a existência de expressiva demanda para a criação e implantação de infra-estrutura e a concessão do crédito rural dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, com execução impossibilitada em razão da ausência do licenciamento ambiental;
14. Considerando a relevância do estabelecimento de bases necessárias para convergir interesses, visando tanto a gestão ambiental desses assentamentos, quanto o apoio financeiro das atividades contempladas pelo sistema de crédito rural desenvolvidas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família;

RESOLVEM, celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA**.

III - CLÁUSULAS

DO OBJETO

Cláusula Primeira - O presente Termo tem por objetivo ajustar a conduta do INCRA, efetivando o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento enquanto instrumento de defesa, conservação e preservação do meio ambiente, observando o cumprimento das exigências legais referidas na Lei nº 6.938/1981, art. 10, na Resolução/CONAMA nº 387/2006, bem como no Decreto Estadual nº 857/2004.

DAS OBRIGAÇÕES

Cláusula Segunda - Todos os signatários se comprometem a operacionalizar as seguintes compromissos:

- a) Designar, através de portaria conjunta a ser editada imediatamente após a publicação do presente termo, grupo de trabalho específico para definir procedimentos e rotinas a serem adotadas nos processos de licenciamento ambiental dos assentamentos;
- b) Promover ações necessárias à implementação da gestão ambiental integrada e o desenvolvimento sustentável nos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, que concilie a preservação e a conservação dos recursos ambientais com as expectativas de crescimento e desenvolvimento socioeconômico da população beneficiária;
- c) Promover capacitação para técnicos da SEMA e do Incra, e dos beneficiários da reforma agrária, com vistas à gestão ambiental integrada e ao desenvolvimento sustentável dos assentamentos;
- d) Promover as ações necessárias à integração e atualização das bases de dados ambientais e cartográficas.

Cláusula Terceira - Caberá ao INCRA

- a) Apresentar em 30 dias após a assinatura do presente termo, sob pena de nulidade do presente Termo de Ajustamento de Conduto, plano de ação, contendo cronograma com prazos e metas para o licenciamento da totalidade dos projetos de assentamentos federais localizados no Estado, incluindo a previsão orçamentária para o ano corrente, que uma vez aprovado pela SEMA, passará a ser parte integrante deste instrumento;
- b) Apresentar no prazo máximo de 12 meses Plano de Ação que indique medidas de prevenção e recuperação ambiental associada à assistência técnica e ao financiamento público;
- c) Realizar contratos, ou celebrar convênios interinstitucionais ou com entidades afins, para elaboração de estudos e implementação das ações voltadas à recuperação de danos ambientais em áreas protegidas dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, em consonância com as metas de regularização do licenciamento ambiental.

- d) Solicitar, por projeto de assentamento, devidamente fundamentada, autorização para supressão de vegetação ou uso alternativo do solo para fins de produção agrícola de subsistência, anteriormente à concessão da LIO, observado as restrições da legislação vigente;
- e) Solicitar, por projeto de assentamento, devidamente fundamentada, autorização para implantação de infra-estrutura mínima essencial à sobrevivência das famílias assentadas (estradas, habitação, abastecimento de água e energia elétrica, dentre outras), anteriormente à concessão da LIO, observadas as restrições da legislação ambiental vigente;

Clausula Quarta – Caberá a SEMA;

- a) Conferir prioridade na análise e concessão da licença ambiental dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, tendo em vista a sua urgência e a relevância social;
- b) Expedir autorização para supressão de vegetação ou uso alternativo do solo para fins de produção agrícola de subsistência, anteriormente à concessão da LIO, observado o cumprimento do calendário agrícola e as restrições da legislação vigente, mediante solicitação do INCRA devidamente fundamentada;
- c) Expedir autorização para implantação de infra-estrutura mínima essencial à sobrevivência das famílias assentadas (estradas, habitação, abastecimento de água e energia elétrica, dentre outras), anteriormente à concessão da LIO, observados o cumprimento do cronograma de execução e as restrições da legislação ambiental vigente, mediante solicitação do INCRA devidamente fundamentada;
- d) Proceder à análise dos custos relativos ao licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento, visando uma redução destes, de modo a proporcionar ao INCRA o provimento de recursos para fazer face às despesas decorrentes desta cobrança.

DA VIGÊNCIA

Cláusula Quinta - O presente Termo de Ajustamento de Conduta entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá vigente por cinco anos, sendo o Plano de Trabalho atualizado anualmente com a indicação do orçamento na LOA, podendo ser prorrogado, de acordo com a conveniência das partes.

DO DESCUMPRIMENTO E DAS SANÇÕES

Cláusula Sexta - Configura descumprimento ou violação, total ou parcial, de compromisso deste Termo de Ajustamento de Conduta, qualquer conduta comissiva ou omissiva imputável conclusivamente aos COMPROMISSADOS, que se revele incompatível com as obrigações assumidas nas cláusulas acima.

Cláusula Sétima - No caso de descumprimento das obrigações assumidas, as partes poderão, mediante notificação prévia, exigir o cumprimento das obrigações, sem prejuízo das sanções administrativas competentes, bem como da proposição das ações judiciais competentes.

Parágrafo Único - Não se imputará aos COMPROMISSADOS ação específica por omissão que advenha, ou dependa, de ato ou abstenção de terceiros, incluídos outros órgãos de qualquer dos poderes da esfera administrativa federal, ou de administrações estaduais, nem se considerará inadimplemento o descumprimento justificado por razão de força maior, caso fortuito ou fato do príncipio.

DAS DESPESAS

Cláusula Oitava - As despesas decorrentes deste Termo de Ajustamento de Conduta correrão por conta dos respectivos orçamentos de cada uma das entidades partícipes do presente termo.

DA REVISÃO DOS COMPROMISSOS

Cláusula Nona - O presente Termo de Ajustamento de Conduta poderá ser revisto a qualquer tempo por requerimento das partes, dentro do seu prazo de validade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Décima - O foro para discutir eventuais divergências entre as partes será a Justiça Federal.

Belém - Pará, 27 de Maio de 2008.

ELIELSON PEREIRA DA SILVA
Superintendente Regional
INCRA - SR 01
PRIMEIRO COMPROMISSADO

RAIMUNDO OLIVEIRA FILHO
Superintendente Regional
INCRA - SR 27
PRIMEIRO COMPROMISSADO

LUCIANO GREGORY BRUNET
Superintendente Regional
INCRA - SR 30
PRIMEIRO COMPROMISSADO

VALMIR GABRIEL ORTEGA
Secretário de Estado de Meio Ambiente - SEMA
COMPROMITENTE

TESTEMUNHAS:

1. NOME: _____
CPF nº: _____
Assinatura: _____

2. NOME: _____
CPF nº: _____
Assinatura: _____


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO
SBN – Palácio do Desenvolvimento 15º andar, sala 1514/1515 CEP 70057-900 Brasília-DF
Telefone: (61) 3411-7439 – www.incra.gov.br

NOTA TÉCNICA INCRA/DD

- Brasília-DF, XX de XXXXXXX de 2014.

1 OBJETIVO

A presente Nota Técnica tem por objetivo explicar e orientar a atuação dos servidores do INCRA, em relação à operacionalização dos novos créditos de instalação no programa de reforma agrária.

2 LEGISLAÇÃO

2.1 Medida Provisória 636, de 26/12/13 – Dispõe sobre liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências;

2.2 Decreto 8.256 de 26/05/14 – Regulamenta o inciso V da caput do art. 17 da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre os créditos de instalação no programa de reforma agrária.

3 MODALIDADES E APLICAÇÕES

O Crédito de Instalação será concedido nas seguintes modalidades:

3.1 Apoio Inicial I – para apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, no valor de até R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) por família assentada;

3.2 Apoio Inicial II - para apoiar a aquisição de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) por família assentada;

3.3 Fomento - para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo da geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), dividido em duas operações de até R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), por família assentada;



3.4 Fomento Mulher - para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), em operação única, por família assentada.

Parágrafo Único: é vedada a aquisição de bebidas alcoólicas, fumo, armas de fogo e munição;

4 PRÉ REQUISITOS

Nos projetos de assentamento criado pelo INCRA, para acessar o crédito, o beneficiário deverá ter o Contrato de Concessão de Uso – CCU ou Contrato de Concessão de Direito Real do Uso – CCDRU, emitido pelo SIPRA, ou outro sistema que o INCRA adote;

Nos projetos de assentamento reconhecidos pelo INCRA, para acessar o crédito, a entidade gestora do projeto de assentamento deverá fornecer ao INCRA documento equivalente ao Contrato de Concessão de Uso – CCU ou Contrato de Concessão de Direito Real do Uso – CCDRU.

4.1 APOIO I

Para receber o Apoio Inicial I, os beneficiários devem, cumulativamente:

- I - Não ter recebido anteriormente o crédito de instalação nas modalidades previstas nos incisos do § 1º do art. 3º da Medida Provisória no 636, de 26 de dezembro de 2013;
- II - Ter seus dados atualizados perante o Incra, nos termos do art. 9º do Decreto 8256/2014;
- III - não ter contratado operações do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - Proceara e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Grupo A
- IV - Ser elegíveis ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e atender ao critério de renda familiar mensal de que trata o art. 4º, caput, inciso II, do Decreto no , que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências.

Parágrafo único. As famílias beneficiadas com o Apoio Inicial I devem ser encaminhadas para inserção no CadÚnico de que trata o Decreto no 6.135, de 2007, no prazo de cento e oitenta dias, contado da assinatura do contrato para concessão do crédito.

4.2 APOIO II

Para receber o Apoio Inicial II, de que trata o inciso II do caput do art. 2º, os beneficiários devem, cumulativamente:

- I - ter seus dados atualizados perante o Incra;
- II - ter recebido o Apoio Inicial I há mais de um ano;
- III - não ter contratado operações do Procefa e do Pronaf Grupo A;
- IV - estar inscritos no CadÚnico e atender ao critério de renda familiar mensal de que trata o inciso II do caput do art. 4º do Decreto no 6.135, de 2007;
- V - possuir unidades habitacionais construídas a partir de março de 2013 nos lotes de reforma agrária.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão do benefício de que trata este artigo aos beneficiários do financiamento para aquisição de bens de consumo duráveis ao amparo do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, nos termos do § 9º do art.6º da Lei no 12.793, de 2 de abril de 2013, e do § 6º do art. 2º da Lei no 12.868, de 15 de outubro de 2013.

4.3 FOMENTO

Para receber o Fomento, de que trata o inciso III do caput do art. 2º, os beneficiários devem, cumulativamente:

- I - ter seus dados atualizados perante o Incra, nos termos do art. 9º;
- II - ser atendidos por serviço de assistência técnica e extensão rural - Ater, conforme definido no inciso I do caput do art. 2º da Lei no 12.188, de 11 de janeiro de 2010, responsável por apresentar projeto de estruturação da unidade produtiva;
- III - não ter recebido anteriormente o crédito de instalação na modalidade prevista no inciso VIII do § 1º do art. 3º, da Medida Provisória no 636, de 2013;
- IV - não ter contrato de operações do Pronaf Grupo "A" ou outra operação de crédito rural com risco bancário firmado a partir de 2010;
- V - estar inscritos no CadÚnico e atender ao critério de renda familiar mensal de que trata o inciso II do caput do art. 4º do Decreto no 6.135, de 2007.

Serão priorizadas as famílias assentadas a partir de 2011 e as assentadas anteriormente que atendam ao critério de renda familiar mensal de que trata o art. 18 do Decreto no 5.209, de 17 de setembro de 2004, sem prejuízo de outros critérios a serem definidos pelo Incra.

As famílias beneficiadas pelo Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, previsto no art. 9º da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, ou com o crédito de instalação

na modalidade prevista no inciso VII do § 1o do art. 3o da Medida Provisória no 636, de 2013, só poderão acessar uma operação da modalidade Fomento

A liberação da segunda operação de Fomento fica condicionada à apresentação de laudos de acompanhamento das unidades produtivas familiares pela equipe de assistência técnica, atestando o progresso no desenvolvimento do projeto da primeira operação de Fomento, na forma definida pelo Incra

4.4 FOMENTO MULHER

Para receber o Fomento Mulher, a mulher titular de lote da reforma agrária deve, cumulativamente:

- I - ter os dados da unidade familiar atualizados perante o Incra, nos termos do art. 9o;
- II - ser atendida por serviço de Ater, conforme definido no inciso I do caput do art. 2o da Lei no 12.188, de 2010, responsável por apresentar projeto de estruturação da unidade produtiva, podendo ser individual ou coletivo;
- III - não ter recebido anteriormente o crédito de instalação na modalidade Apoio mulher
- IV - estar inscrita no CadÚnico e atender ao critério de renda familiar mensal de que trata o art. 4o, caput, inciso II, do Decreto no 6.135, de 2007.

A liberação da segunda operação de Fomento fica condicionada à apresentação de laudos de acompanhamento das unidades produtivas familiares pela equipe de assistência técnica, atestando o progresso no desenvolvimento do projeto da primeira operação de Fomento, na forma definida pelo Incra.

5 DAS ATRIBUIÇÕES

5.1 São atribuições do INCRA Sede:

Para segurança na elegibilidade das famílias a serem atendidas pelos créditos:

- 5.1.1 Disponibilizar relação nominal atualizada dos Assentados Cadastrados no CADUNICO;
- 5.1.2 Disponibilizar relação nominal atualizada dos assentados com operações de crédito Pronaf "A", Procera, ou outra operação de crédito Rural com risco bancário;
- 5.1.3 Disponibilizar meios para consulta da situação de atualização cadastral dos Assentados;

- 5.1.4 Disponibilizar no SIPRA, relatório gerencial consolidado, com todas as informações contidas nos espelhos das unidades familiares necessárias para elegibilidade das famílias e qualificação das demandas;
- 5.1.5 Recepcionar demandas qualificadas das Superintendências Regionais e enviar ao Agente Financeiro os dados cadastrais dos beneficiários;
- 5.1.6 Recepcionar do Agente Financeiro, os dados referente à disponibilização dos créditos e o efetivo saque dos recursos pelos beneficiários e disponibilizar a informação às Superintendências Regionais;
- 5.1.7 Definir procedimentos para apuração de denúncias relacionadas à concessão e à utilização dos Créditos Instalação;
- 5.1.8 Providenciar junto ao Banco Central as operações financeiras de Pronaf "A" e Procefa firmadas a qualquer tempo e outras operações de crédito rural com risco bancário firmadas a partir de 2010 contratadas pelos beneficiários do PNRA.
- 5.1.9 Disponibilizar relatório gerencial no SIPRA com a data da última atualização cadastral dos beneficiários.
- 5.1.10 Apoiar, coordenar e monitorar a aplicação dos créditos junto às Superintendências Regionais;

5.2 São atribuições das Superintendências Regionais:

- 5.2.1 Identificar e qualificar as demandas de acordo com os critérios de elegibilidade e encaminhar ao INCRA Sede;
- 5.2.2 Articular, divulgar e orientar os beneficiários e prestadoras de ATER, conforme definido no inciso I do *caput* do art. 2º da Lei nº 12.188/10, quanto à aplicação do crédito instalação e a necessidade de atualização cadastral;
- 5.2.3 Emitir os contratos de Crédito Instalação em suas diversas modalidades para os beneficiários que preenchem os critérios de elegibilidade;
- 5.2.4 Formalizar e instruir processo de aplicação do Crédito Instalação em nome do Projeto de Assentamento, para cada modalidade;
- 5.2.5 Fazer juntada dos contratos de Crédito Instalação das respectivas modalidades, no processo individual dos beneficiários;
- 5.2.6 Realizar a prestação de contas, contendo as informações sobre o efetivo repasse dos valores ao beneficiário;

5.2.7 Alimentar o Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação – SNCCI com as informações referentes a Demanda e aplicação do Crédito Instalação;

5.2.8 Apoiar, coordenar e monitorar a aplicação dos créditos no âmbito de sua circunscrição;

6 DA INSTRUÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

6.1 A Superintendência Regional deve instruir os processos administrativos de concessão de créditos por modalidade em nome do PA, com os seguintes documentos:

- a) Decreto 8.256/2014 e Nota Técnica XXXXXXXXXXXX;
- b) Cópia da Portaria de Criação do PA;
- c) Relação de Beneficiários – RB atualizada, emitida pelo SIPRA;
- d) Ordem de Serviço designando os servidores para concessão do crédito;
- e) Relação dos beneficiários elegíveis ao crédito registrados no SNCCI;
- f) Relação de beneficiários enviada pelo Agente Financeiro;
- g) Contratos dos beneficiários aptos à concessão do crédito;
- h) Relação dos beneficiários com a efetiva utilização dos recursos pelos beneficiários.

7 DA OPERACIONALIZAÇÃO

7.1 APOIO I e II

7.1.1 A Superintendência Regional elege as famílias de acordo com os critérios estabelecidos e com base nas informações obtidas no SIPRA, SNCCI e fornecidas pelo INCRA SEDE;

7.1.2 A Superintendência Regional formaliza processo administrativo de concessão de crédito da modalidade;

7.1.3 A Superintendência Regional registra a demanda no SNCCI.

7.1.4 O INCRA SEDE recebe as demandas qualificadas das Superintendências Regionais via SNCCI e envia os dados cadastrais dos beneficiários ao Agente Financeiro;

- 7.1.5 O INCRA SEDE recebe do Agente Financeiro, o retorno dos dados cadastrais referentes à disponibilização dos créditos e encaminha a informação via SNCCI à Superintendência Regional;
- 7.1.6 A Superintendência Regional emite os contratos do Crédito, através do SNCCI, em 3 (três) vias (beneficiário, processo individual e processo administrativo de concessão de crédito)
- 7.1.7 A Superintendência Regional coleta Assinatura dos Contratos e orienta sobre a aplicação dos créditos;
- 7.1.8 A Superintendência Regional junta 01 via do contrato no processo individual do beneficiário e outra no processo administrativo de concessão de crédito;
- 7.1.9 A Superintendência Regional registra no SNCCI a data da concessão do crédito;
- 7.1.10 Após o registro no SNCCI da data de concessão do crédito, O INCRA SEDE envia os dados cadastrais dos beneficiários ao Agente Financeiro a liberação dos recursos;
- 7.1.11 O INCRA SEDE recebe do Agente Financeiro, o retorno dos dados cadastrais referentes a liberação dos créditos aos beneficiários e encaminha a informação via SNCCI à Superintendência Regional;
- 7.1.12 A Superintendência Regional orienta aos beneficiários a dirigirem-se ao Agente Financeiro para o procedimento de retirada dos Cartões e Boleto de pagamento do crédito. Para o Apoio II não há necessidade da retirada de novo cartão.
- 7.1.13 O Agente Financeiro informará ao INCRA SEDE sobre a efetiva utilização dos recursos pelos beneficiários;
- 7.1.14 O INCRA SEDE disponibilizará a informação às Superintendências Regionais, via SNCCI, da efetiva utilização dos recursos pelos beneficiários;

7.2 FOMENTO

- 7.2.1 A Superintendência Regional elege as famílias de acordo com os critérios estabelecidos e com base nas informações obtidas no SIPRA, SNCCI e fornecidas pelo INCRA SEDE;
- 7.2.2 A Superintendência Regional formaliza processo administrativo de concessão de crédito da modalidade;

- 7.2.3 O INCRA SEDE recebe as demandas qualificadas das Superintendências Regionais via SNCCI e envia os dados cadastrais dos beneficiários ao Agente Financeiro;
- 7.2.4 O INCRA SEDE recebe do Agente Financeiro, o retorno dos dados cadastrais referentes à disponibilização dos créditos e encaminha a informação via SNCCI à Superintendência Regional;
- 7.2.5 A Superintendência Regional emite os contratos do Crédito, através do SNCCI, em 3 (três) vias (beneficiário, processo individual e processo administrativo de concessão de crédito);
- 7.2.6 A Superintendência Regional envia às prestadoras de ATER a demanda, para discussão com os beneficiários e elaboração do Projeto Produtivo, conforme roteiro sugerido no Anexo 1 e providencia a assinatura dos contratos;
- 7.2.7 A Superintendência Regional recebe o Projeto Produtivo via Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIATER;
- 7.2.8 A Superintendência Regional junta 01 via do contrato no processo individual do beneficiário e outra no processo administrativo de concessão de crédito;
- 7.2.9 A Superintendência Regional registra no SNCCI a data da concessão do crédito;
- 7.2.10 Após o registro no SNCCI da data de concessão do crédito, O INCRA SEDE envia os dados cadastrais dos beneficiários ao Agente Financeiro para liberação dos recursos;
- 7.2.11 O INCRA SEDE recebe do Agente Financeiro, o retorno dos dados cadastrais referentes a liberação dos créditos aos beneficiários e encaminha a informação via SNCCI à Superintendência Regional;
- 7.2.12 A Superintendência Regional orienta aos beneficiários a dirigirem-se ao Agente Financeiro para o procedimento de retirada dos Cartões e Boleto de pagamento do crédito e comunica a Prestadora de ATER para acompanhamento do Projeto. Não há necessidade da retirada de novo cartão para os beneficiários que acessaram o Apoio;
- 7.2.13 O Agente Financeiro informará ao INCRA SEDE sobre a efetiva utilização dos recursos pelos beneficiários;
- 7.2.14 O INCRA SEDE disponibilizará a informação às Superintendências Regionais, via SNCCI, sobre a efetiva utilização dos recursos pelos beneficiários;
- 7.2.15 A Superintendência Regional recebe da Prestadora de ATER, via SIATER, os Laudos de acompanhamento das unidades produtivas familiares, atestando o progresso no desenvolvimento do projeto da operação de fomento;

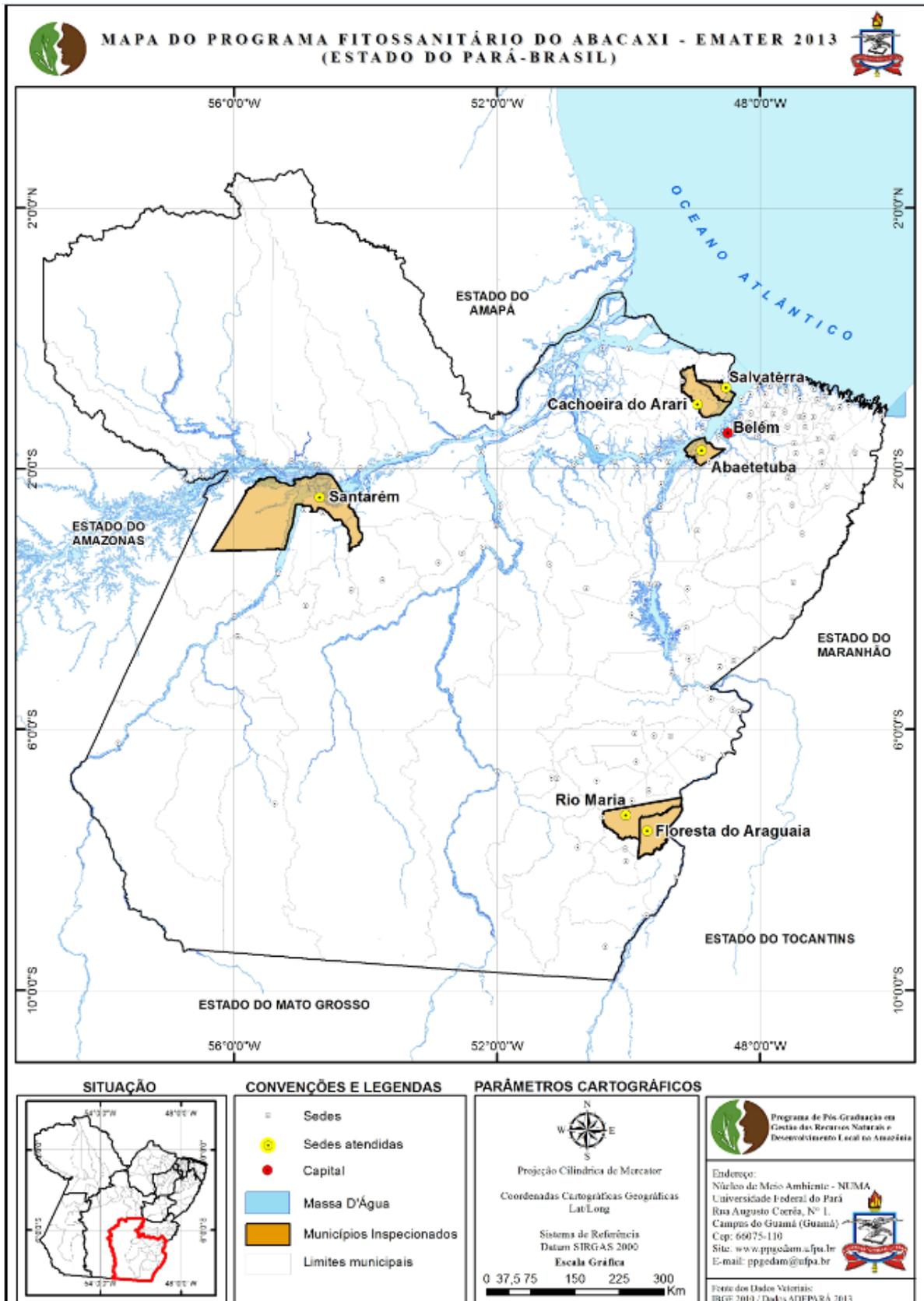
- 7.2.16 O Laudo referido no item anterior encerra a primeira operação do Fomento.
- 7.2.17 Nos casos em que o beneficiário seja elegível para duas operações do Fomento e quando o Laudo Técnico de ATER atestar o progresso no desenvolvimento do projeto, a Superintendência Regional registra a conclusão da primeira operação no SNCCI e solicita a liberação da segunda operação de Fomento;
- 7.2.18 Após o registro no SNCCI da solicitação da segunda operação, O INCRA SEDE envia os dados cadastrais dos beneficiários ao Agente Financeiro para liberação dos recursos;
- 7.2.19 O INCRA SEDE recebe do Agente Financeiro, o retorno dos dados cadastrais referentes à liberação dos créditos aos beneficiários e encaminha a informação via SNCCI à Superintendência Regional;
- 7.2.20 A Superintendência Regional orienta aos beneficiários sobre a disponibilidade dos recursos, a retirada do Boleto de pagamento do crédito junto ao Agente Financeiro e comunica a Prestadora de ATER para acompanhamento do Projeto.
- 7.2.21 O Agente Financeiro informará ao INCRA SEDE sobre a efetiva utilização dos recursos pelos beneficiários;
- 7.2.22 O INCRA SEDE disponibilizará a informação às Superintendências Regionais, via SNCCI, sobre a efetiva utilização dos recursos pelos beneficiários;
- 7.2.23 A Superintendência Regional recebe da Prestadora de ATER, via SIATER, os Laudos de acompanhamento das unidades produtivas familiares, atestando o progresso no desenvolvimento do projeto da operação de fomento;
- 7.2.24 O Laudo referido no item anterior encerra a segunda operação do Fomento.

7.3 FOMENTO MULHER

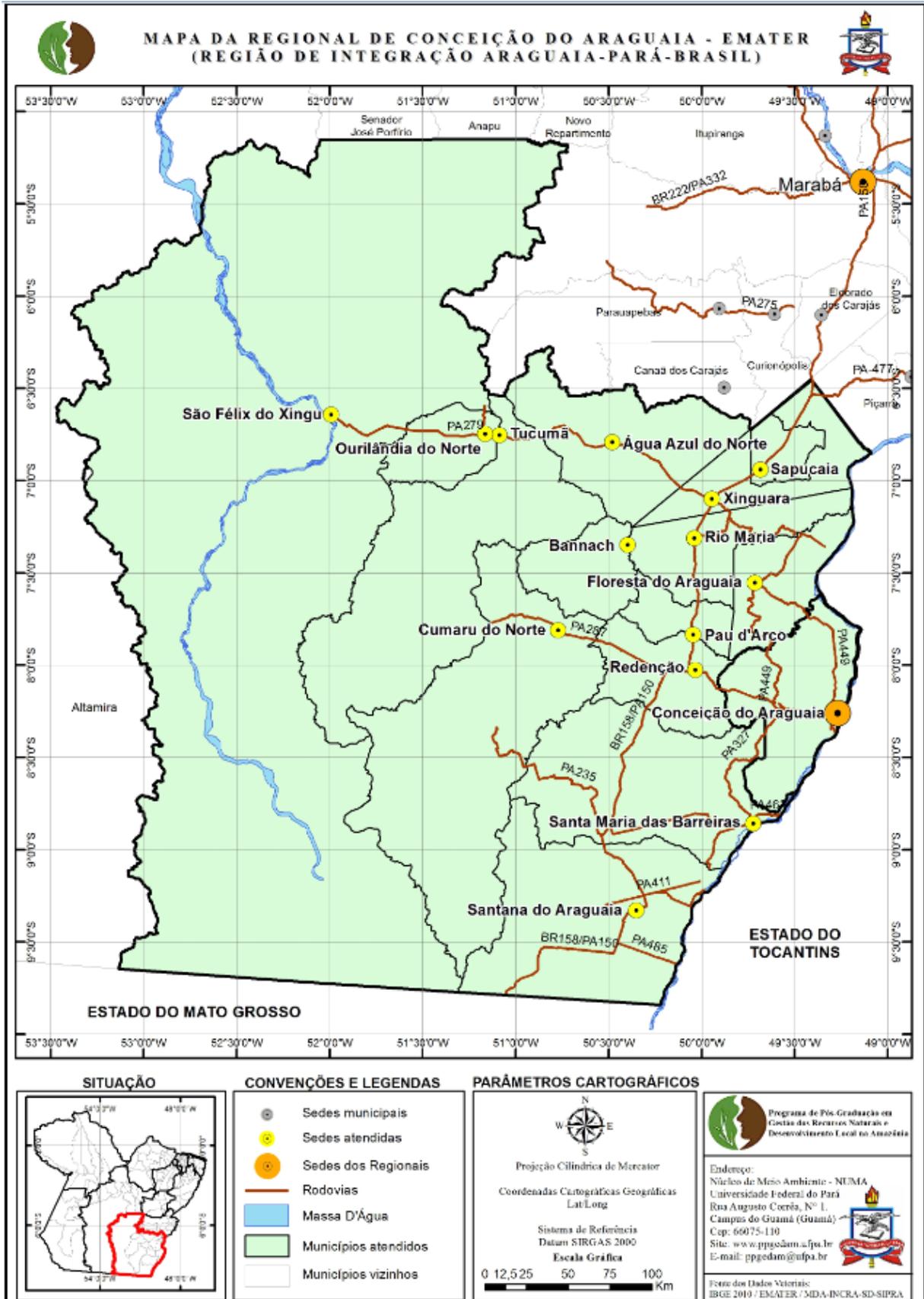
- 7.3.1 A Superintendência Regional elege as mulheres beneficiárias de acordo com os critérios estabelecidos e com base nas informações obtidas no SIPRA, SNCCI e fornecidas pelo INCRA SEDE;
- 7.3.2 A Superintendência Regional formaliza processo administrativo de concessão de crédito da modalidade;
- 7.3.3 O INCRA SEDE recebe as demandas qualificadas das Superintendências Regionais via SNCCI e envia os dados cadastrais das beneficiárias ao Agente Financeiro;

- 7.3.4 O INCRA SEDE recebe do Agente Financeiro, o retorno dos dados cadastrais referentes à disponibilização dos créditos e encaminha a informação via SNCCI à Superintendência Regional;
- 7.3.5 A Superintendência Regional emite os contratos do Crédito, através do SNCCI, em 3 (três) vias (beneficiário, processo individual e processo administrativo de concessão de crédito);
- 7.3.6 A Superintendência Regional envia às prestadoras de ATER a demanda, para discussão com as beneficiárias e elaboração do Projeto Produtivo, conforme roteiro sugerido no Anexo 2 e providenciará a assinatura dos contratos
- 7.3.7 A Superintendência Regional recebe o Projeto Produtivo via Sistema Informatizado de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIATER;
- 7.3.8 A Superintendência Regional junta 01 via do contrato no processo individual da beneficiária e outra no processo administrativo de concessão de crédito;
- 7.3.9 A Superintendência Regional registra no SNCCI a data da concessão do crédito;
- 7.3.10 Após o registro no SNCCI da data de concessão do crédito, O INCRA SEDE envia os dados cadastrais das beneficiárias ao Agente Financeiro para liberação dos recursos;
- 7.3.11 O INCRA SEDE recebe do Agente Financeiro o retorno dos dados cadastrais referentes à liberação dos créditos às beneficiárias e encaminha a informação via SNCCI à Superintendência Regional;
- 7.3.12 A Superintendência Regional orienta as beneficiárias a dirigirem-se ao Agente Financeiro para o procedimento de retirada dos Cartões e Boleto de pagamento do crédito e comunica a Prestadora de ATER para acompanhamento do Projeto. Não há necessidade da retirada de novo cartão para as beneficiárias que acessaram o Crédito Apoio ou Fomento;
- 7.3.13 O Agente Financeiro informará ao INCRA SEDE sobre a efetiva utilização dos recursos pelas beneficiárias;
- 7.3.14 O INCRA SEDE disponibilizará a informação às Superintendências Regionais, via SNCCI, sobre a efetiva utilização dos recursos pelas beneficiárias;
- 7.3.15 A Superintendência Regional receberá da Prestadora de ATER, via SIATER, os Laudos de acompanhamento das unidades produtivas familiares, atestando aplicação dos recursos;
- 7.3.16 O Laudo referido no item anterior encerra a operação do Fomento Mulher.

ANEXO 5: Mapa dos Municípios onde foram realizadas inspeções do Programa Fitossanitário do abacaxi - ADEPARA



ANEXO 6: Mapa do Campo de atuação do Escritório Regional de Conceição do Araguaia-Pará - EMATER





AGENCIA DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PARA
DIRETORIA TECNICA AGROPECUARIA E FLORESTAL
GERENCIA DE DEFESA VEGETAL
GERENCIA DE PROGRAMAS DE PRAGAS DE IMPORTANCIA ECONOMICA

RELATÓRIO TÉCNICO

Programa Fitossanitário da cultura do



Janeiro a Dezembro de 2014

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVOS	1
3. META	1
4. PRAGAS A SEREM PROCURADAS.	2
4.1. PRAGAS ALVO	2
. OUTRO INSETO A SER PROCURADO	3
5. ÁREA DE ABRANGÊNCIA	3
6. AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA	3
7. RESULTADOS	4
8. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA EM 2014	8
9. LEVANTAMENTOS FITOSSANITÁRIOS	10
10. RESULTADOS COMPARATIVOS DE 2007 A 2014	11
11. CONCLUSÃO	11

GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE PRAGAS DE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

1. INTRODUÇÃO

A cultura do abacaxi *Ananascomosus* var. *comosus* tem grande importância econômica no agronegócio para o Estado do Pará, já que atualmente é o maior produtor da cultura com a produção de 317.127 milhões, tendo o município de Floresta do Araguaia como o maior município produtor de Abacaxi do mundo, produz suco para exportação e também pela demanda solicitada dos produtores rurais para **PREVENÇÃO** e **CONTROLE** das pragas que atacam a cultura, a **AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO PARÁ (ADEPARA)** trabalha na **Defesa** e controle de pragas na abacaxicultura paraense para evitar prejuízos econômicos, através do Programa Fitossanitário da Cultura do Abacaxi, e dentre as ações desenvolvidas, está o levantamento fitossanitário de pragas na cultura do abacaxi nos municípios produtores.

2.OBJETIVOS

- Levantamento Fitossanitário de Ocorrência de Pragas na abaxicultura;
- Cadastrar as propriedades nos municípios que cultivam a Cultura;
- Prover técnicos de informações e medidas para a identificação da praga.

3.META

- Controle das pragas alvo em todos os municípios envolvidos.

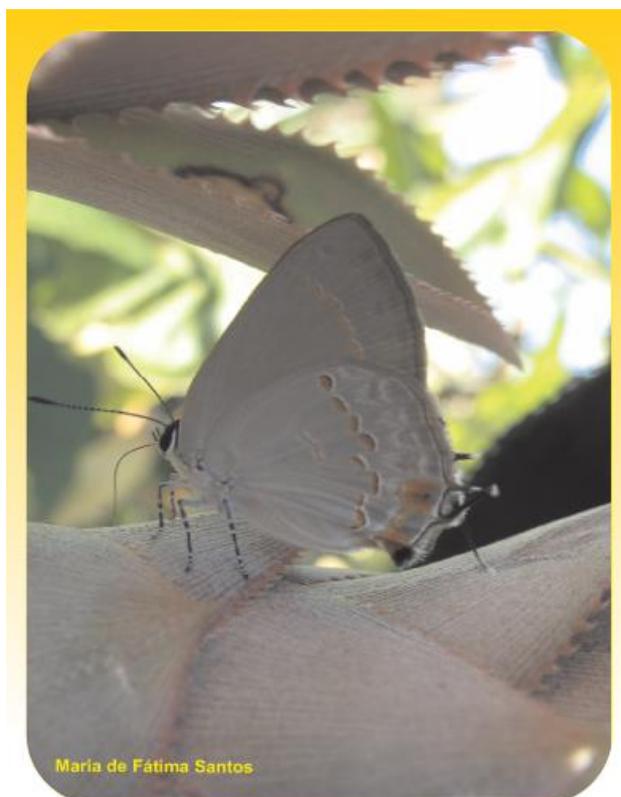
4.PRAGAS A SEREM PROCURADAS.

4.1.PRAGAS ALVO

➔ Fusariose (*Fusariumguttiforme*)

Fruto	Mudas
 <p data-bbox="263 649 383 672">Silva, A. T. de A.</p> <p data-bbox="494 649 614 672">Fadul, M. A.</p> <p data-bbox="263 694 821 907">A infecção no fruto ocorre pelas flores abertas, ocorrendo a podridão dos lóculos do ovário, com a presença de goma, sendo esta exudada pelos frutinhos atacados.</p>	 <p data-bbox="997 638 1093 660">Santos, MF.</p> <p data-bbox="925 660 1380 907">Nas mudas, o fungo causa podridão dos tecidos infectados e, às vezes, a liberação de goma. Quando a infecção é severa pode ocorrer a morte das mudas (filhote).</p>

➔ Broca do fruto (*Strymunmegarus*)



O que é?

O adulto é uma borboleta de coloração cinza. A broca-do-fruto, *Strymon megarus*, é considerada uma das principais pragas do abacaxi.

✓ ➔ Broca do fruto (*Strymunmegarus*)

Ovos

A borboleta realiza as posturas dos ovos desde a saída da inflorescência até o fechamento das últimas flores.



Lagarta

Após cinco dias da postura dos ovos nasce a lagarta e inicia o ataque.



OUTRO INSETO A SER PROCURADO

- ✓ Formigas-de-fogo.

5.ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Gerências (07) e municípios (13) envolvidos:

- Gerência de **Soure**: Cachoeira do Arari e Salvaterra;
- Gerência de **Xinguara**: Floresta do Araguaia e Rio Maria
- Gerência de **Santarém**: Mojuí dos Campos
- Gerência de **Redenção**: Conceição do Araguaia e Redenção;
- Gerência de **Castanhal**: Santo Antônio do Tauá, Castanhal, Vigia
- Gerência de **Capanema**: Nova Timboteua;
- Gerência de **Abaetetuba**: Abaetetuba, Concordia do Pará;

6.AÇÕES DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA

As ações realizadas no Programa são baseadas em:

- ✓ Inspeções fitossanitárias para levantamento da ocorrência de: fusariose, murcha associada cochonilha e broca do Abacaxi..
- ✓ Orientação ao produtor quanto ao controle e prevenção de pragas.

- ✓ Marcação de pontos (Coordenadas) em “__° __’ __. __” de plantios com cultivos de Abacaxi em municípios do estado do Pará.
- ✓ Coleta e envio de amostras de vegetais, suspeitas de pragas.
- ✓ Atendimento a suspeitas de ocorrência de pragas.

7.RESULTADOS

Os resultados mostrados a seguir foram obtidos a partir de dados de fichas de inspeção encaminhadas de campo.

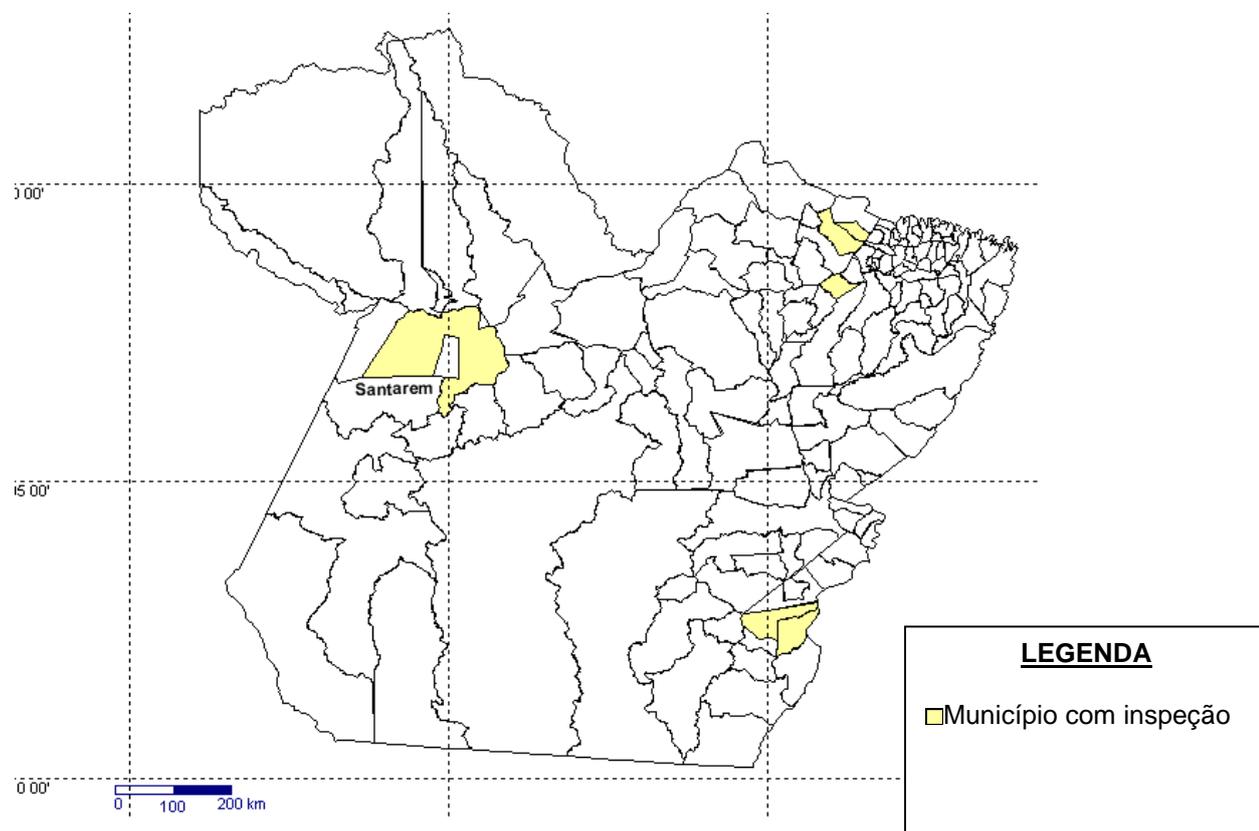
Somente os municípios de Abaetetuba, Conceição do Araguaia, Rio Maria, Floresta do Araguaia, Salvaterra e Cachoeira do Arari, passaram por atividades de levantamento de pragas.

Serão apresentados os gráficos dos Municípios citados anteriormente, com os resultados relativos a “Variação Percentual da Suspeita da Incidência das pragas em propriedades”.

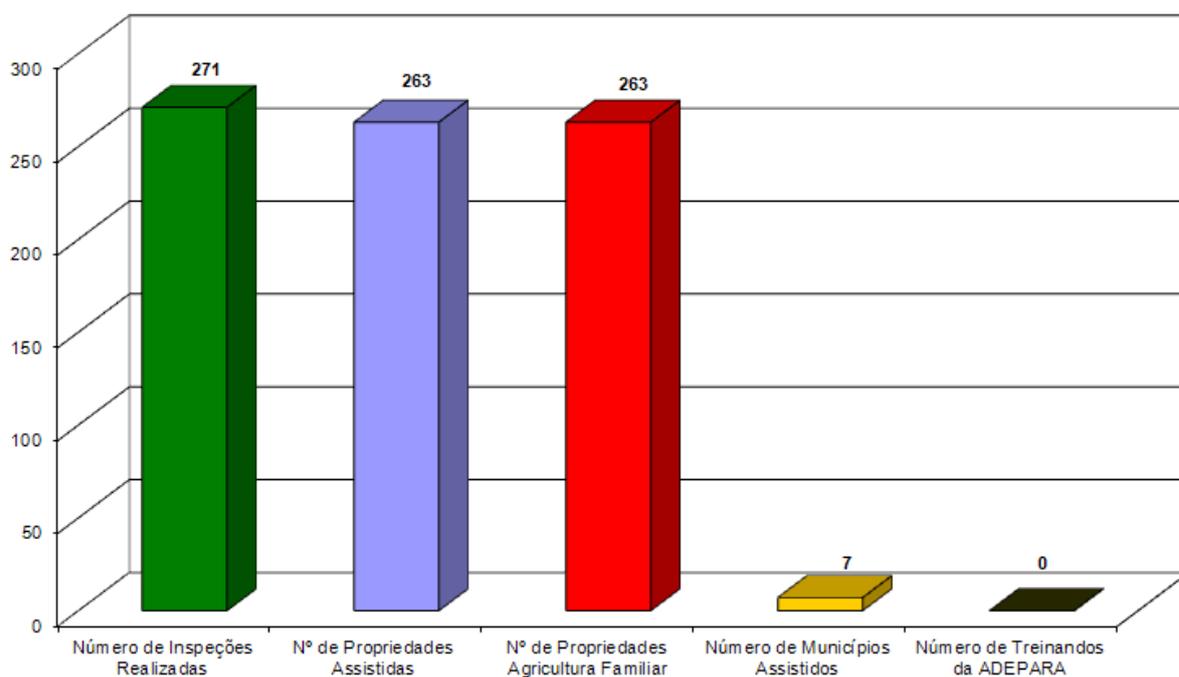
Tabela – Valores de indicadores relativos ao Programa Fitossanitário da Cultura do abacaxi no Estado do Pará em 2014.

INDICADOR	QUANTIDADE
Nº de municípios assistidos	7
Nº de propriedades assistidas	263
Nº de inspeções	271
Nº de propriedades com agricultura familiar	263

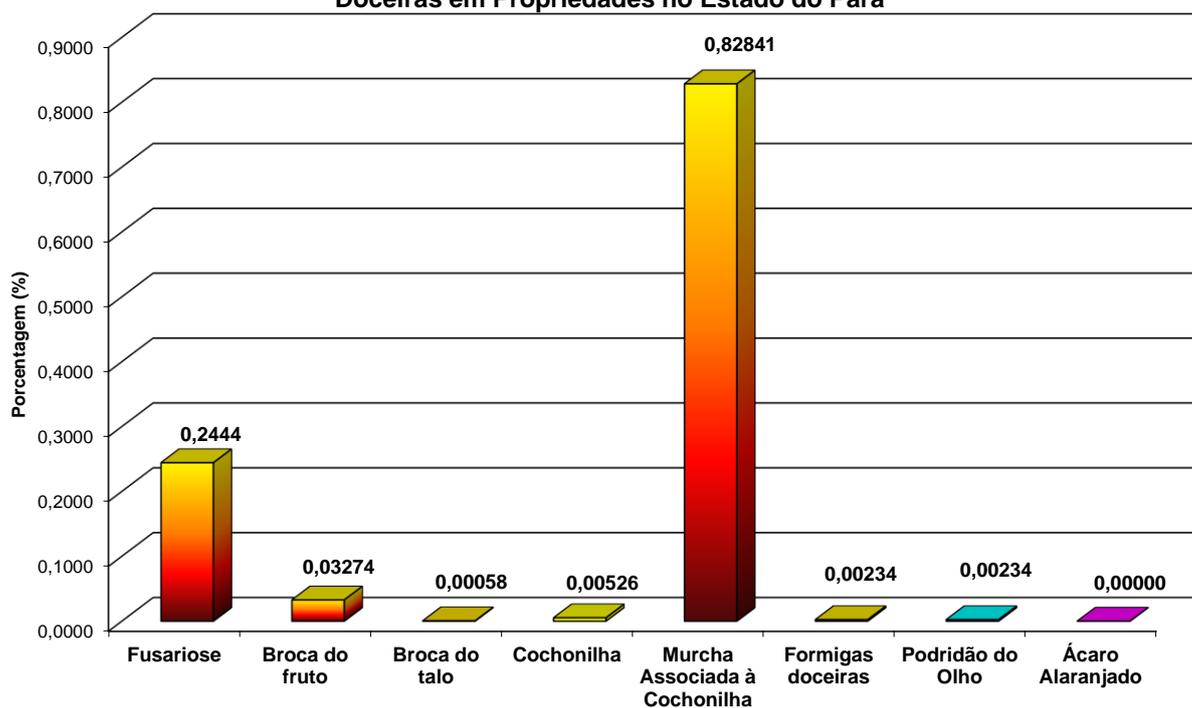
Municípios **onde são** Realizadas Inspeções do Programa Fitossanitário do abacaxi



Varição de Indicadores Relativos ao Programa Fitossanitário da Cultura do Abacaxi no Estado do Pará em 2014

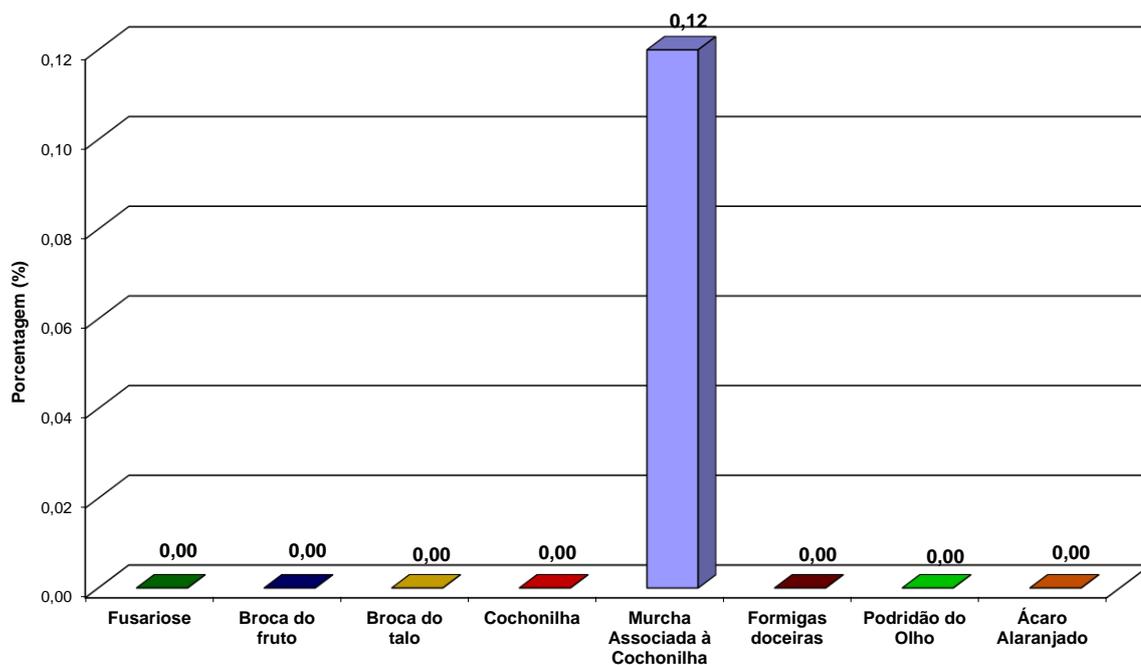


Varição Percentual da Suspeita da Incidência de Pragas do Abacaxi e de Formigas Doceiras em Propriedades no Estado do Pará

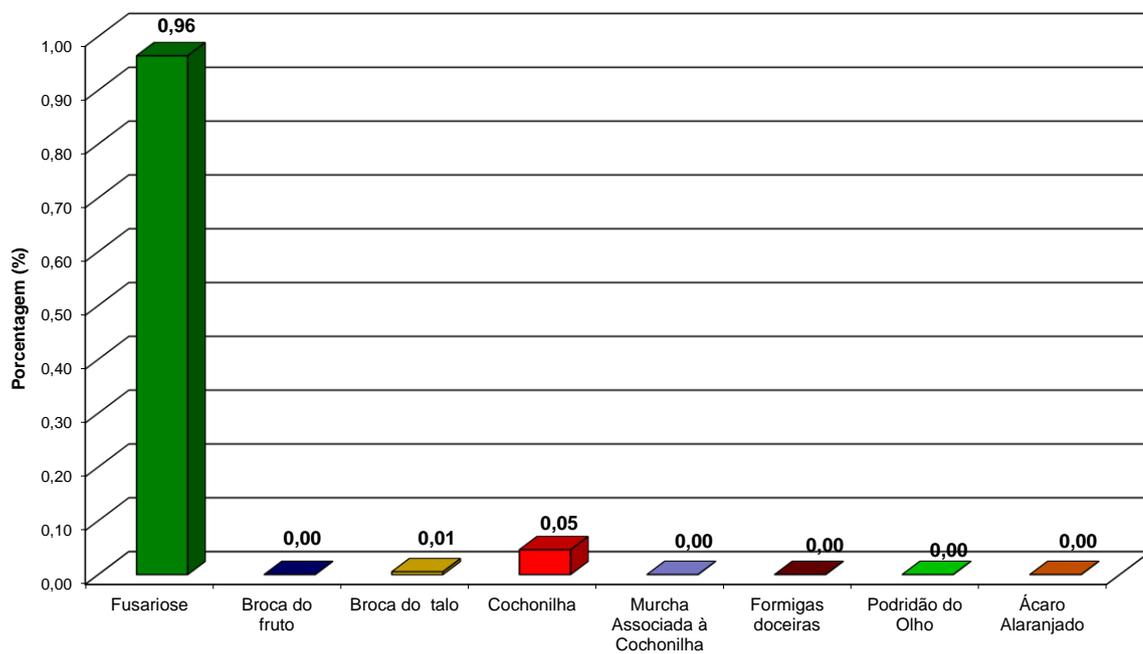


Obs.: Dados relativos a um total de 261 propriedades.

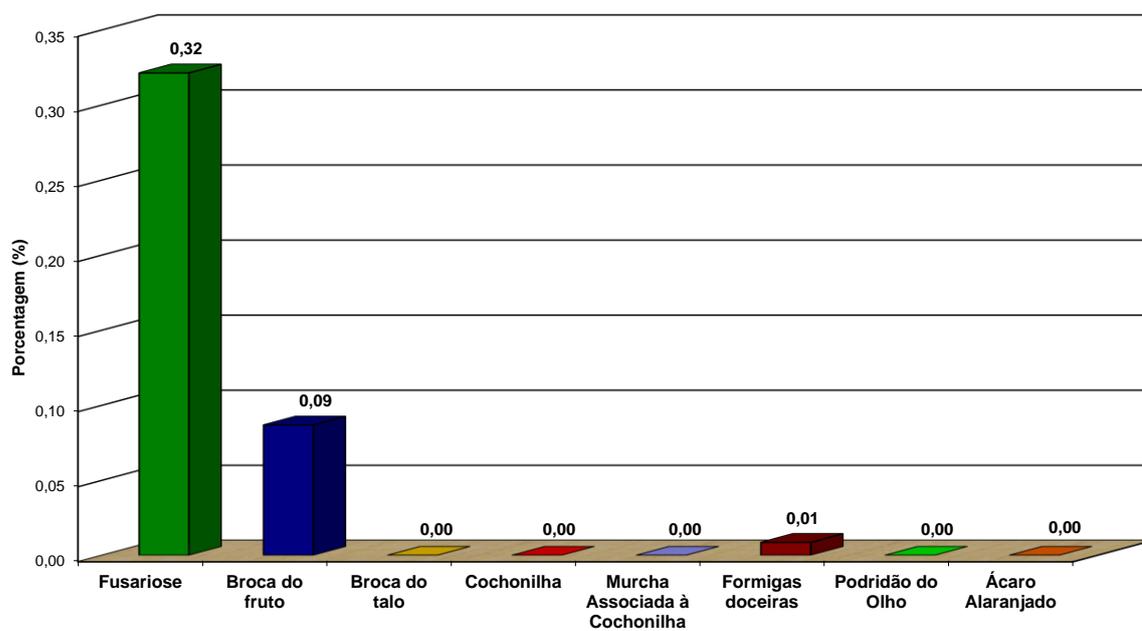
Varição Percentual da Suspeita da Incidência de Pragas do Abacaxi em Propriedades do Município de Cachoeira do Arari 2014



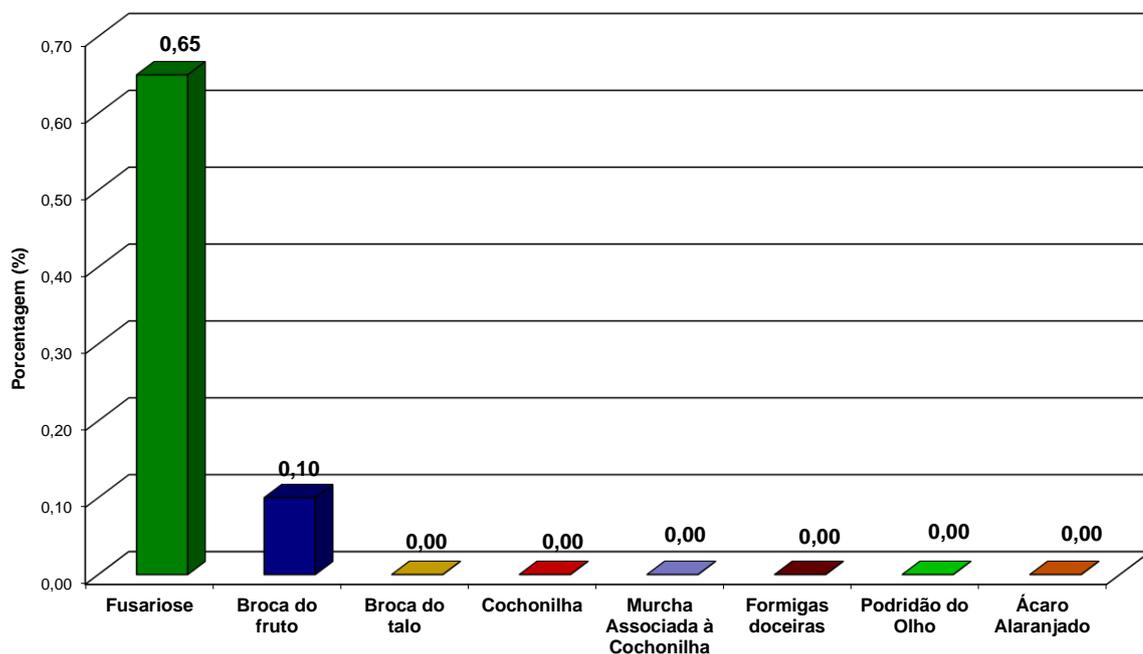
Variação Percentual da Suspeita da Incidência de Pragas do Abacaxi em Propriedades do Município de Conceição do Araguaia 2014



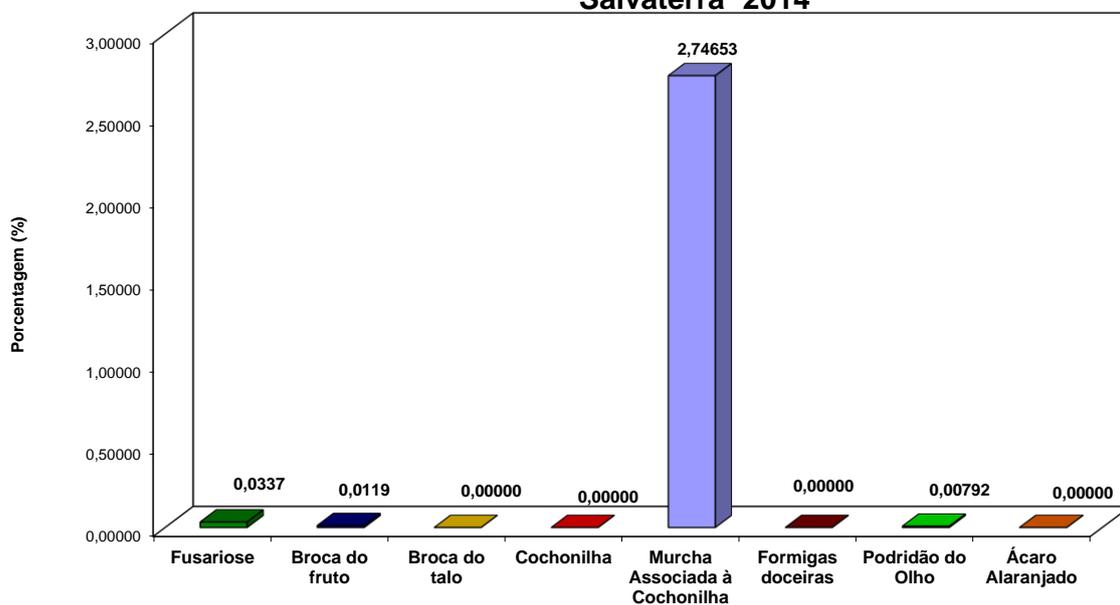
Variação Percentual da Suspeita da Incidência de Pragas do Abacaxi em Propriedades do Município do Floresta do Araguaia Ano 2014



Varição Percentual da Suspeita da Incidência de Pragas do Abacaxi em Propriedades do Município de Rio Maria 2014



Varição Percentual da Suspeita da Incidência de Pragas do Abacaxi e Formigas Doceiras em Propriedades do Município de Salvaterra 2014



08. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO PROGRAMA EM 2014

- Realização de 271 inspeções de campo para levantamento de ocorrência de pragas na cultura do Abacaxi, e marcação de pontos (Coordenadas) em “__° __’ __.” de

plantios com cultivos de Abacaxi em municípios do estado do Pará, com 263 propriedades assistidas em 07 municípios do Estado.

- Manutenção e aprimoramento de banco de dados.

- Análise das fichas de inspeção vindas de campo, seguida de inserção das informações em banco de dados, organização e arquivamento na GPPIE.

- Elaboração de mapas com base nas coordenadas de plantios com cultivos de pimenta-do-reino.

- Elaboração de arquivo digital para acompanhamento mensal do nº de inspeções recebidas pela GPPIE referente ao programa.

- Backup* de dados do programa, trabalhados em 2013 e 2014.

- Procura de informações relacionadas ao Abacaxi no que se refere a dados estatísticos, trabalhos científicos e pragas.

- Realização de repasse de informações para técnicos da ADEPARA sobre o Programa e o reconhecimento de pragas.

- Solicitação de diárias para inspeções de campo.

- Contato telefônico com técnicos do interior para:

- Tirar dúvidas sobre algumas fichas de inspeção encaminhadas a GPPIE.

- Saber da execução das inspeções de campo.

- Atendimento a técnicos do campo para retirada de dúvidas quanto a ficha de inspeção.

- Revisão do “MANUAL DE PROCEDIMENTOS GPPIE 2014”, no que se refere ao Programa, a fim de que fosse encaminhado para os técnicos da ADEPARÁ.

- Cobrança das fichas de inspeção, junto aos colegas de campo, que viajaram para realizar levantamento fitossanitário de pragas na cultura do abacaxi;

- Contato junto a Pesquisador da EMBRAPA, objetivando conseguir material informativo relacionado a boas práticas para a cultura do Abacaxi no Estado do Pará.

- Confecção de memorandos para algumas Regionais, visando:

- Ressaltar que as inspeções fitossanitárias referentes a cada programa, deve(m) ser realizada(s) no(s) município(s) relacionado(s).

- Lembrar que as inspeções devem ocorrer mensalmente, e as cópias das fichas de inspeção deverão ser encaminhadas à GPPIE.

- Solicitar a realização do cadastro das propriedades inspecionadas, objetivando a inserção destes dados no SIAPEC.

- Encaminhamento dos PROCEDIMENTOS TÉCNICOS, referentes ao Programa Fitossanitário da Cultura do abacaxi..

- Solicitar a(s) justificativa(s) relacionada(s) ao não cumprimento do planejamento de Levantamento Fitossanitário de Pragas da cultura do Abacaxi, caso o mesmo tenha sido descumprido, seja como, por exemplo, problemas de: 1) Pessoal (Falta de FEA e/ou AFA em determinado município, transferências e afastamento, ou férias, ou exoneração,

ou não treinamento, ou quantitativo insuficiente de pessoal, ou licença), 2) Infraestrutura (Falta de veículo, ou combustível, ou GPS) e 3) Outros motivos que devem ser relacionados.

●Elaboração de apresentação visando o tema “RESULTADOS DO PROGRAMA FITOSSANITÁRIO DA CULTURA DO ABACAXI”.

9.LEVANTAMENTOS FITOSSANITÁRIOS

Levantamento Fitossanitário para detecção de Pragas na cultura do abacaxi.

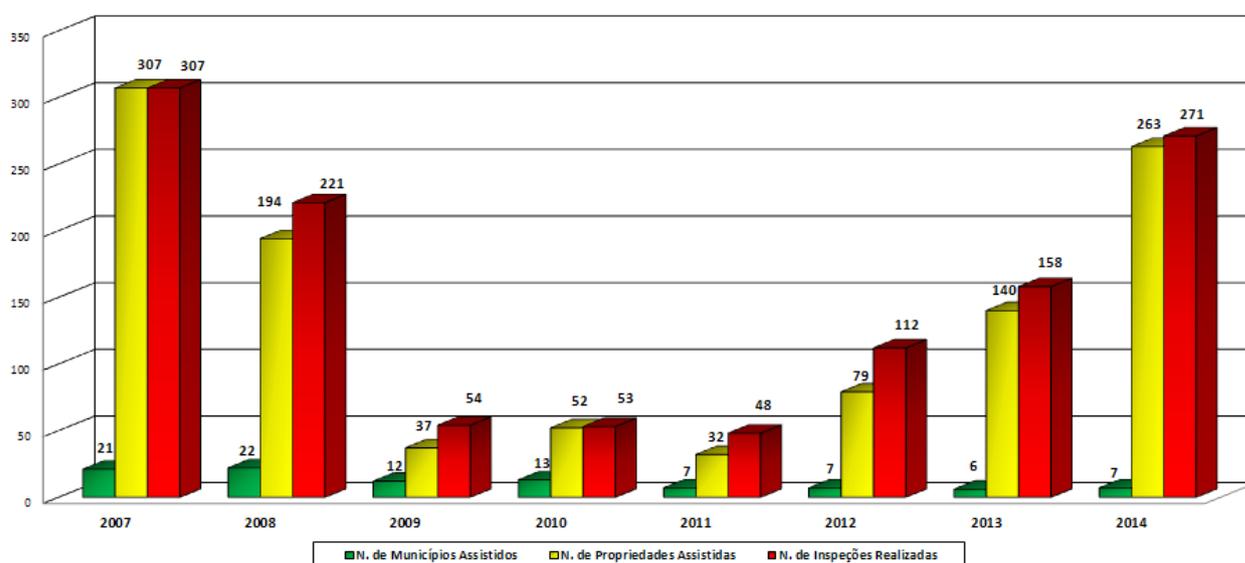
LOCAL DA AÇÃO (MUNICÍPIO)	PERÍODO DA AÇÃO (MÊS)	TOTAL DA META ALCANÇADA (PRODUTO)
Abaetetuba	Janeiro	2
	Junho	1
Cachoeira do Arari	Agosto	12
	Setembro	13
Castanhal	Dezembro	03
Conceição do Araguaia	Abril	7
	Maio	4
	Julho	20
	Set	5
	Out	24
Floresta do Araguaia	Janeiro	4
	Fevereiro	6
	Março	3
	Abril	8
	Maio	36
	Junho	01
	Julho	14
	Setembro	21
	Março	22

Salvaterra	Julho	8
	Agosto	7
	Outubro	9
	Novembro	9
	Dezembro	13
Rio Maria	Junho	19
	Total	271

Fonte:GPPIE/GEDV/ADEPARA – Janeiro a Dezembro de 2014 (Dados sujeitos a alteração conforme chegada novas fichas de inspeção de campo)

10.RESULTADOS COMPARATIVOS DE 2007 A 2014

Comparativo da variação de Indicadores Relativos ao Programa Fitossanitário da Cultura do Abacaxi no Estado do Pará



11.CONCLUSÃO

Até o momento foram realizadas 271 inspeções de campo em 263 propriedades em 06 municípios, sempre visando cadastrar essas áreas no SIAPEC. Hoje contamos com 921 propriedades cadastradas, com aproximadamente 3.540 hectares de área plantada, sendo distribuído da seguinte forma: Município de Conceição do Araguaia 221 propriedades com um total 588,398 hectares; Floresta do Araguaia 589 propriedades com 2.675 hectares; Rio Maria com 18 propriedades com 74 hectares, Mojuí dos Campos 171 propriedades com 171,11 hectares; Cachoeira do Arari com 62 propriedades com 31 hectares. Implementar o SISTEMA DA PRODUÇÃO INTEGRADA E SELEÇÃO DE MUDAS SAUDAVEIS, objetivando o controle das pragas já que podem causar prejuízo que variam de 50 a 80% de perdas

na produção, justificando a importância do trabalho dos técnicos da ADEPARA junto aos produtores no momento da realização das inspeções de campo, Além do que, entre os benefícios do sistema de Produção Integrado estão os seguintes pontos:

- É um sistema de fácil aplicação e baixo custo;
- Minimiza a incidência de pragas no plantio.
- Minimiza aplicação dos Defensivos agrícolas;
- Reduz a exposição do produtor e do Meio Ambiente aos defensivos Agrícolas,
- Diminui a disseminação do fungo da fusariose em novas áreas de plantio;
- É uma tecnologia limpa.

ANEXO 8 – Relatório Interno EMATER-2015



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP
Endereço: Rod. BR - 316 / Km 12 - Marituba-Pará - CEP: 67.200-970
Fone/Fax: (91) 3299-3400 / 3404 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br



Conceição do Araguaia, 24 de Fevereiro de 2015.

Ilm^ª Sr^ª Stella Castro Santos Machado, conforme documento enviado por V.Sa; datada em 20/02/2015, estamos atendendo sua solicitação e esperamos contribuir para o êxito do seu trabalho científico.

- **A EMATER-PARÁ, tem como missão:** contribuir com soluções para a agricultura familiar com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisa baseadas nos princípios éticos e agroecológicos.
- **Objetivos propostos pela EMATER-PARÁ:**
- Colaborar com os órgãos competentes da Secretaria de Estado de Agricultura, com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na formulação e execução das Políticas de ATER do Estado do Pará;
- Planejar coordenar e executar programas de ATER, visando a difusão de conhecimentos da natureza técnica, econômica, e social, para o aumento da produção e da produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Pará, de acordo com as políticas de ação do Governo Estadual e do Governo Federal.
- Desenvolver pesquisas e lavras de jazidas minerais, diretamente ou em cooperação com instituições próprias, referente à mineração e outras modalidades compreendidas na área de coordenação da Secretaria Especial de Estado de Produção;
- Pesquisar, produzir e comercializar organismos aquáticos e materiais botânicos;
- Desenvolver tecnologias alternativas através da aplicação e experimentação.



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
 Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP
 Endereço: Rod. BR - 316 / Km 12 - Marituba-Pará - CEP: 67.200-970
 Fone/Fax: (91) 3299-3400 / 3404 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br



RESULTADOS ALCANÇADOS MENSALMENTE NO ANO DE 2013

ESCRITÓRIO LOCAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.

MÊS	PROJETO/ATIVIDADE											TOTAL GERAL			
	CADEIA VEGETAL	CADEIA ANIMAL	PECUA E AQUICULTURA	ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	BIODIVERSIDADE	RESERVA EXTRATIVISTA	REPOSIÇÃO AQUÍFICA	DESENVOLV. SUSTENTÁVEL	MUNICÍPIOS VISITADOS	CAR EMISSO	VISITÓRIA		D/AP	PROJETO ELABORADO BB	PROJETO ELABORADO BASA
/13	70	60	50	40	-	-	50	-	-	17					287
/13	91	113	30	113	-	-	102	-	-						449
/13	75	78	37	85	-	-	88	-	-						363
/13	23	70	11	104	-	-	53	-	-	56	1	58	12	1	400
/13	45	201	94	68	-	10	94	-	2	4	4	33	26	12	608
/13	40	92	11	61	0	0	50	0	3	5	6	65	13	9	350
/13	47	45	0	43	0	0	21	5	24	3	3	25	7	6	228
/13	82	103	55	179	-	-	69	8	-	-	-	11	14	10	536
/13	144	60	123	358	-	-	164	2	1	1	1	26	8	6	893
/13	139	147	46	312	0	0	179	0	4						826
/13	208	120	0	330	0	0	214	0	3						935
/13	170	148		64	0	0	156	2	2						490
TOTAL	1506	1706	457	1757	0	10	1219	17	85	31	217	79	44	36	6355



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuario e da Pesca - SEDAP
Endereço: Rod. BR - 316 / Km 12 - Marituba-Pará - CEP: 67.200-970
Fone/Fax: (91) 3299-3400 / 3404 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br



ações desenvolvidas pelo Escritório Local de Conceição do Araguaia ano 2014

Subprojetos Trabalhados no Esloc em 2014

SUBPROJETO	UF ASSISTIDA	ATENDIMENTOS
Sistema Alternativo de Criação de Galinha Caipira	97	76
Mais Leite	449	290
Desenvolvimento da Cadeia Produtiva de Fruticultura e Olericultura	423	323
Fortalecimento do Processo Produtivo das Culturas alimentares: Arroz, milho e mandioca	420	320
Recuperação de Mananciais com espécies nativas, implantação de Sistemas agroflorestais e elaboração de CAR	82	90
Organização Social nas comunidades fortalecendo iniciativas produtivas com vista ao comércio justo e economia solidaria	476	222
Aquicultura e Pesca Artesanal	63	44
Apicultura	11	08
Educação Ambiental nas comunidades	65	28



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP
Endereço: Rod. BR - 316 / Km 12 - Marituba-Pará - CEP: 67.200-970
Fone/Fax: (91) 3299-3400 / 3404 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br



CHAMADA PÚBLICA DO LEITE 2014

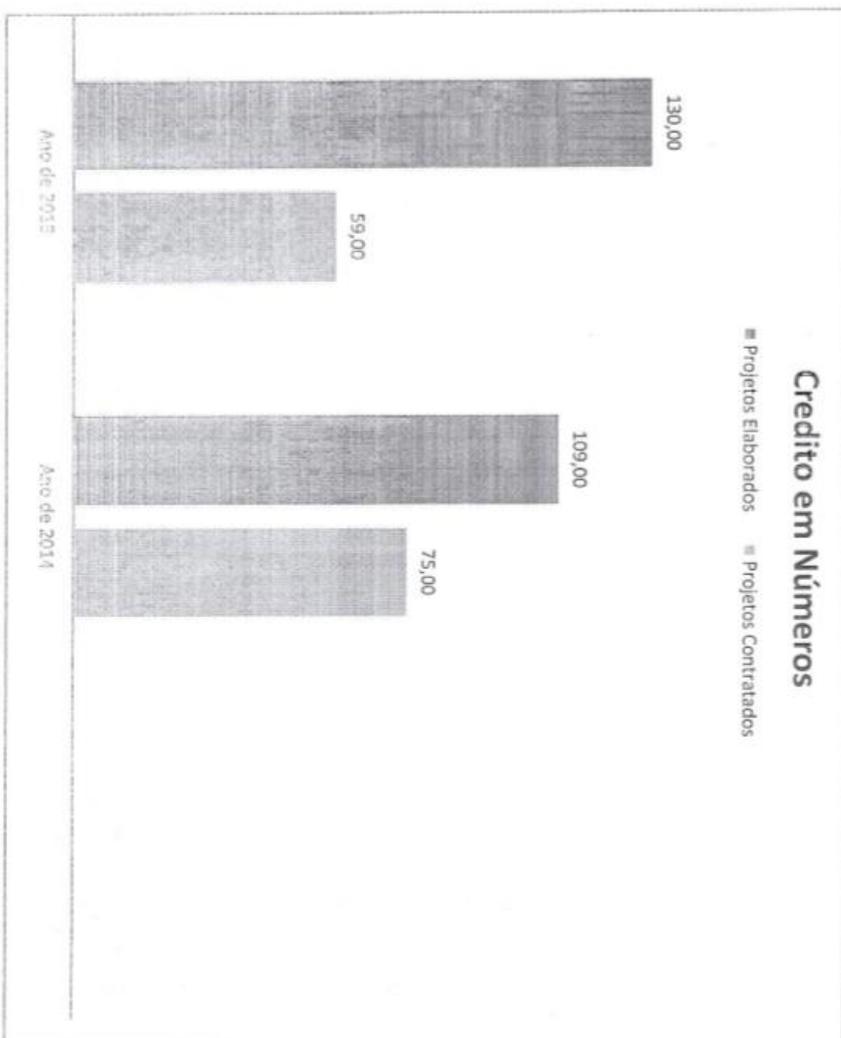
Ações Realizadas	Estratégia Utilizada	Resultado Alcançado (UF)
Mobilização Municipal	Reunião	08
Mobilização e seleção de famílias	Visitas	114
DRP –coletivo	Oficinas	04
Caracterização da UPF	Visitas	114
Mobilização e Diagnósticos de Unidade de Referência	Visitas	06



EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP
Endereço: Rod. BR - 316 / Km 12 - Marituba-Pará - CEP: 67.200-970
Fone/Fax: (91) 3299-3400 / 3404 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br

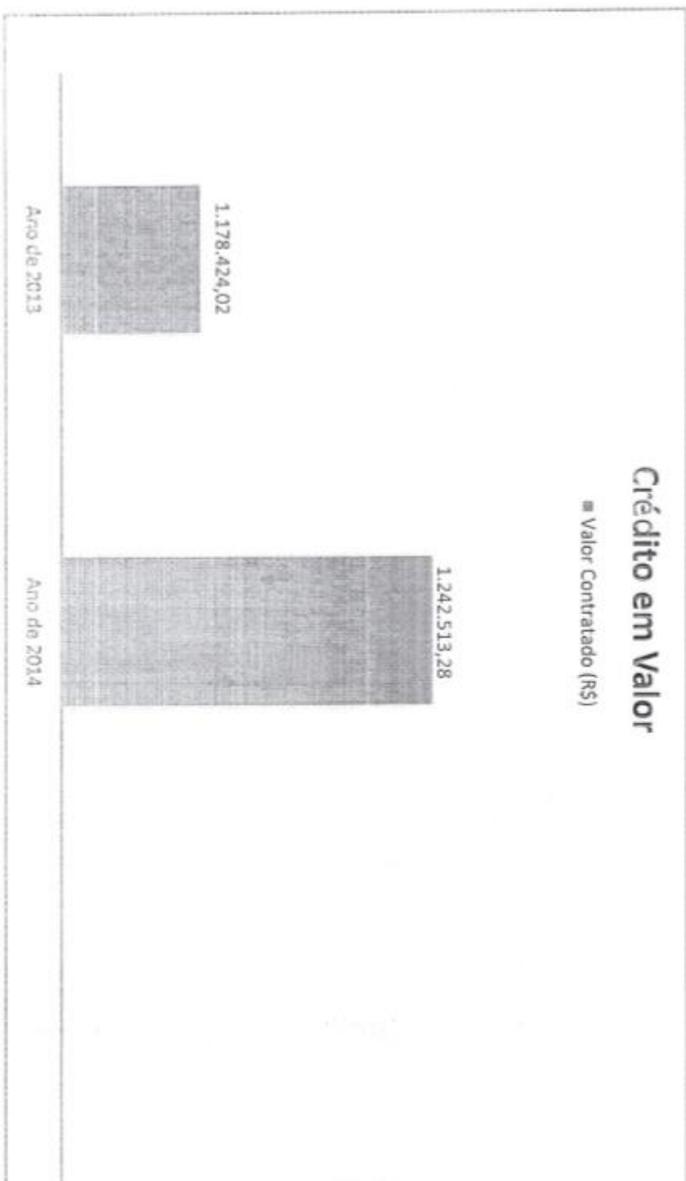


Credito em Números





EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ
Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP
Endereço: Rod. BR - 316 / Km 12 - Marituba-Pará - CEP: 67.200-970
Fone/Fax: (91) 3299-3400 / 3404 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br



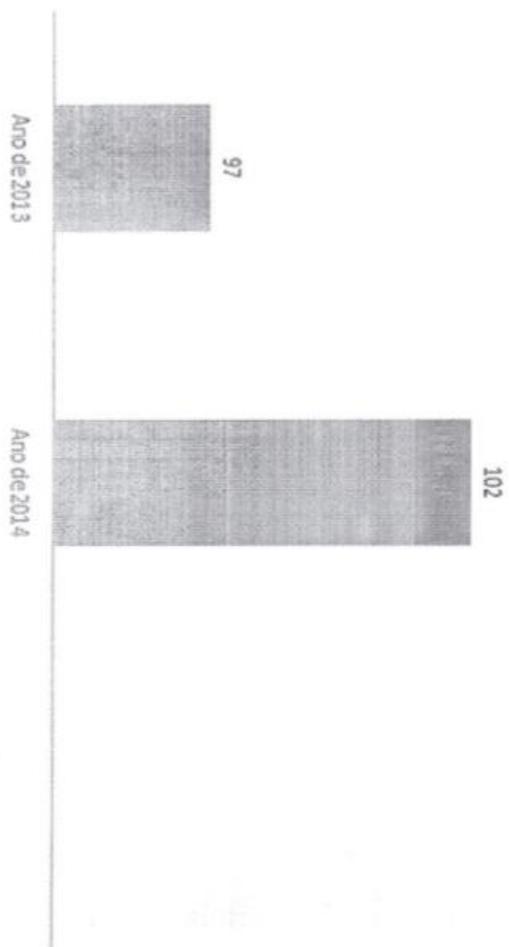


EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARA
Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP
Endereço: Rod. BR - 316 / Km 12 - Marituba-Pará - CEP: 67.200-970
Fone/Fax: (91) 3299-3400 / 3404 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br



DAP's Elaboradas pela EMATER-PA

■ Número de DAP Elaborada





EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARA
Vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuario e da Pesca - SEDAP
Endereço: Rod. BR - 316 / Km 12 - Marituba-Pará - CEP: 67.200-970
Fone/Fax: (91) 3299-3400 / 3404 - E-mail: presidencia@emater.pa.gov.br



Número de Famílias Participando do PAA e PNAE com Auxílio da EMATER-PA

■ Número de Famílias no PAA e PNAE

0
A-09-08-2013



9
A-09-08-2014



PRODUÇÃO DE ABACAXI NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA.

A cultura do abacaxi é explorada na região de Conceição do Araguaia predominantemente em pequenas propriedades, onde se emprega mão-de-obra familiar e na maioria das vezes recursos próprios para implantação e manutenção da lavoura. Grande parte das lavouras do município apresenta baixas produtividades, devidas principalmente ao baixo nível tecnológico empregado (adubações; controle de plantas daninhas, doenças e pragas; déficit hídrico, etc.). A elevação dos custos dos insumos e, sobretudo, as exigências crescentes dos mercados em relação à qualidade dos frutos têm determinado a necessidade de melhorias nas técnicas de cultivo e do manejo dos frutos na colheita e póscolheita. Além disso, tem sido observado o aumento de perdas causadas pela doença fusariose e pela praga broca dos frutos, assim como uma crescente degradação dos solos e dos demais recursos naturais, demandando a adoção de um conjunto de medidas de controle da referida doença e praga, e de práticas de conservação da vegetação natural e dos solos cultivados com abacaxi.

OBJETIVOS GERAL

Repassar aos produtores do município tecnologias disponíveis a cultura do abacaxi, a fim de incrementar a produtividade nos empreendimentos assistidos, tendo como centro o desenvolvimento da agricultura familiar visando à melhoria da qualidade de vida dos (as) agricultores (as) assentados (as), aproveitando suas potencialidades, visando agregar novos valores socioeconômicos e ambientais que contribuam para a organização e bem estar social, bem como, geração de emprego e renda fortalecendo a agricultura familiar.

ESPECÍFICO

Repassar as tecnologias desenvolvidas nos centros de pesquisa, aos nossos produtores assistidos, visando aumento de produtividade em seus empreendimentos. · Orientar as famílias sobre planejamento e administração rural visando ações produtivas para melhor aproveitamento dos recursos existentes na propriedade, procurando diversificar ao máximo as atividades a serem desenvolvidas no imóvel rural; · Orientar as famílias a respeito do crédito rural e endividamento agropecuário; · Orientar as famílias a respeito de como aumentar a produtividade na cultura do abacaxi; · Orientar as famílias a respeito da importância da preservação da natureza, assim como as leis que devem ser seguidas; · Contribuir para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção; · Estimular a produção de alimentos · Orientar as famílias a respeito de mercado e comercialização, antes de implantarem qualquer atividade em suas propriedades; · Apoio e assessoramento aos agricultores familiares e suas organizações, para construção e adaptação de tecnologias de produção adotadas. · Orientar os agricultores familiares sobre a importância de práticas agroecológicas no manejo da cultura. · Incentivar a verticalização da produção através do associativismo.



METAS

Incentivar e acompanhar lavouras de abacaxi irrigado no município e acompanhar lavouras de abacaxi sequeiro no município .

Repassar a produtores assistidos tecnologias adequadas à implantação das lavouras.

Repassar a produtores assistidos tecnologias adequadas à condução das lavouras.

Elaborar propostas de crédito junto aos agentes financeiros, conforme demandas.

Difundir emprego de tecnologias disponíveis, através de: contatos, visitas, demonstração de métodos, reuniões, palestras, etc...

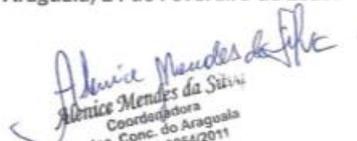
LOCALIDADES ASSISTIDAS PELA EMATER FORA DE ÁREA DE REFORMA AGRÁRIA (Conceição do Araguaia):

- ✦ Lajedo do cadeno
- ✦ Volta Nova
- ✦ Santa Helena
- ✦ Campos Altos
- ✦ Pequizeiro/olho d'água
- ✦ Palmerinha
- ✦ Aroeira
- ✦ Bacabal
- ✦ Pedreira

ASSENTAMENTO ASSISTIDOS PELA EMATER ESLOC CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA:

- ✦ Gleba Arraias
- ✦ PA-Santa Cruz
- ✦ PA-Joncon
- ✦ PA-Pecosa
- ✦ PA-Canarana
- ✦ PA-Curral de Pedras
- ✦ PA-Novo Araguaia
- ✦ PA-Lontras

Conceição do Araguaia, 24 de Fevereiro de 2015.


Alencar Mendes da Silva
Coordenadora
Estoc. Conc. do Araguaia
Portaria nº 0054/2011
EMATER-PA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA

INFORMAÇÕES DO PROJETO

01 - CONTROLE

01	Código do Projeto	MB0005000
02	DATA DA CONSULTA:	15/06/2015
	PÁGINA:	1

02 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

01	NOME DO PROJETO (TABELA I)				04	ÁREA DO PROJETO (ha)
	PA JONCON/3 IRMÃOS					25211,7089
02	TIPO DO PROJETO					
	1 - Assentamento Federal					
03	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO			UF	% DE ÁREA	
	MUNICÍPIO 1	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	PA		
	MUNICÍPIO 2					
	MUNICÍPIO 3					
	MUNICÍPIO 4					
	MUNICÍPIO 5					
05	DISTÂNCIAS DA SEDE DO PROJ. EM RELAÇÃO A:				06	ESFERA DE RESPONSABILIDADE
	CAPITAL DO ESTADO 900 (Km)					1 - FEDERAL
	SEDE DO MUNICÍPIO 50 (Km)					

03 - ASPECTOS DE CONSTITUIÇÃO DO PROJETO

01	PROCESSO DE CRIAÇÃO					
	NÚMERO: 00000000000000000000			DATA: 07/08/1987		
02	CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO					
	ATO DE CRIAÇÃO/RETIFICAÇÃO					
	TIPO	NÚMERO	DATA	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO	
	POR	00670	07/08/1987	420	08/08/1987	
03	FASE				04	ADMINISTRAÇÃO
	06 - Assentamento em Consolidação					1 - SOMENTE INCRA
05	EMANCIPAÇÃO					
	DEC - DECRETO	ATO	NÚMERO	DATA	Nº FAMÍLIAS	ÁREA (ha)
	POR - PORTARIA					
	RES - RESOLUÇÃO	RES	034	26/11/2001	251	26220,5700
	OUT - OUTROS					

04 - INFORMAÇÕES DA ORIGEM DO PROJETO

01	DESCRIÇÃO DA ORIGEM

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD
SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA
INFORMAÇÕES DO PROJETO

01 - CONTROLE

01	Código do Projeto	MB0005000
02	DATA DA CONSULTA:	15/06/2015
	PÁGINA:	2

05 - ASPECTOS DE OBTENÇÃO DO IMÓVEL

01	IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL			03	ÁREA DO IMÓVEL (ha)
	CÓDIGO: 9500334465301				25211,7089
	NOME: FAZ. JONCON - TRÊS IRMÃOS				
02	MUNICÍPIO DO IMÓVEL (TABELA II)				
	DENOMINAÇÃO: CONCEICAO DO ARAGUAIA				
	CÓDIGO: 049018				
04	FASE/FAMÍLIAS EXISTENTES			05	PROCESSO ADMINISTRATIVO OBTENÇÃO
	VISTORIA/AVALIAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	DATA		NÚMERO: 000000000000000
		420	07/08/1987		DATA: 01/01/1987
06	FORMA DE OBTENÇÃO				
	01 - Desapropriação				
07	ATO DE OBTENÇÃO				
	TIPO	NÚMERO	DATA	ÁREA (ha)	DATA PUBLICAÇÃO D.O.
	DEC	92.275	07/01/1986	26220,8706	08/01/1
				TIPO DE OBTENÇÃO	
				DEC - DECRETO	
				POR - PORTARIA	
				ECV - ESCRITURA DE COMPRA E VENDA	
				OUT - OUTROS	
08	IMISSÃO DE POSSE			09	REGISTRO
	DATA:				MATRÍCULA/REGISTRO/AVERBAÇÃO LIVRO
					19000 2BV FOLHA/FICHA
					001
					CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
					CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
					MUNICÍPIO
					CONCEICAO DO ARAGUAIA
					CÓDIGO TABELA(I
					049018
10	VALOR DA INDENIZAÇÃO DO IMÓVEL				
	PAGAMENTO	DEPÓSITO INICIAL		DEPÓSITO DEFINITIVO	
	TERRA NUA	R\$ 136.930.269,00		R\$ 0,00	
	BENFEITORIA	R\$ 856.642,47		R\$ 0,00	
	DATA	23/04/1986			

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD

SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA

INFORMAÇÕES DO PROJETO

CONTROLE

Código do Projeto
MB0005000

DATA DA CONSULTA: **15/06/2015**

PÁGINA: **3**

06 - ASPECTOS FÍSICOS DO PROJETO

01 TOPOGRAFIA/PERÍMETRO C.G.C DO RESPONSÁVEL: MÉTODO UTILIZADO: 1 - TOPOGRAFIA CONVENCIONAL PERÍMETRO MEDIDO (km): 0 LINHAS INTERNAS(km): 0 DATA PAGAMENTO: VALOR PAGO: R\$ 0,00			
02 RECURSOS NATURAIS C.G.C DO RESPONSÁVEL: ÁREA ESTUDADA (ha): DATA PAGAMENTO: VALOR PAGO: R\$ 0,00			
03 PLANEJAMENTO FÍSICO ADOPTADO - NÚMERO DE NÚCLEOS:		04 ANTEPROJETO DE PARCELAMENTO FASES ELABORAÇÃO APROVAÇÃO	
05 TOPOGRAFIA/PARCELAMENTO C.G.C DO RESPONSÁVEL: MÉTODO UTILIZADO: 1 - TOPOGRAFIA CONVENCIONAL LINHAS DE PARCELAS/ÁREAS COMUNITÁRIAS (km): PARCELA RURAL QUANTIDADE 420 ÁREA(ha) 0 PARCELA PARA RURAL QUANTIDADE ÁREA(ha) 0 ÁREA COMUNITÁRIA QUANTIDADE 25211,7089 ÁREA(ha) 25211,7089			

07 - INFRA-ESTRUTURA

TIPO (TABELA X)	CÓDIGO	NOME	QUANTIDADE
01	3301 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 3 - Precário C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	Cerca de Perímetro (Arame Farpado) CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 27	20 CUSTO TOTAI R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAG
01	3501 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 3 - Precário C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	Casa Sede (Ampliação) CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 27	2 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAGA
01	3701 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 1 - Bom C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	Centro de Manejo CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 14	1 CUSTO TOTAL R\$ 17.500,0 MÊS E ANO DO PAGA
01	3702 CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO 3 - Precário C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	Curral CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV) 27	1 CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAGA
01	- CÓD. DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO - C.G.G. DO RESP.(CONSTRUÇÃO)	- CÓD. ORIGEM RECURSOS (TABELA XIV)	QUANTIDADE CUSTO TOTAL R\$ 0,00 MÊS E ANO DO PAGA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SD SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA INFORMAÇÕES DO PROJETO

CONTROLE

Código do Projeto	MB0005000
DATA DA CONSULTA:	15/06/2015
PÁGINA:	5

08 - ASSOCIATIVISMO

01 ORGANIZAÇÃO EXISTENTE	NOME: CÓDIGO: TOTAL DE ASSOCIADOS: TOTAL DE ASSOCIADOS ATUANTES: CARACTERÍSTICA: - DATA DA FUNDAÇÃO: NÚMERO DO C.G.C.: NOME DO PRESIDENTE: TELEFONE:
01 ORGANIZAÇÃO EXISTENTE	NOME: CÓDIGO: TOTAL DE ASSOCIADOS: TOTAL DE ASSOCIADOS ATUANTES: CARACTERÍSTICA: - DATA DA FUNDAÇÃO: NÚMERO DO C.G.C.: NOME DO PRESIDENTE: TELEFONE:

09 - PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO - PDA

01 NÍVEL DE ELABORAÇÃO DO PDA	02 FASES (CONCLUSÃO)
-	ELABORAÇÃO: APROVAÇÃO:

10 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

01 RESPONSÁVEL PELA ASSISTÊNCIA	02 NÍVEL DE ATENDIMENTO
2 - EMPRESA ESTADUAL	3 - PRECÁRIO

11 - PROBLEMAS NO PROJETO

01 PROBLEMAS (LISTAGEM DE CINCO)					
<table border="1"> <thead> <tr> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>IDENTIFICADOR</th> <th>DATA</th> <th>SOLUCIONADO</th> <th>ENCAMINHAMENTO</th> </tr> </thead> </table>	DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR	DATA	SOLUCIONADO	ENCAMINHAMENTO
DESCRIÇÃO	IDENTIFICADOR	DATA	SOLUCIONADO	ENCAMINHAMENTO	